



SENADO FEDERAL

SECRETARIA DE COMISSÕES
COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO
COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA – CCT

1ª SESSÃO LEGISLATIVA
55ª LEGISLATURA

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2015

Brasília – 2016

S umário

APRESENTAÇÃO	5
1 – COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO	6
2 – REUNIÕES DA COMISSÃO	8
3 – DEMONSTRATIVOS GRÁFICOS DO ANO DE 2015.....	9
4 – AUDIÊNCIAS PÚBLICAS	15
4.1 – AVALIAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA – FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS EM CT&I...	105
4.2 – SEMINÁRIOS INTERNACIONAIS	119
5 – PROPOSIÇÕES APRECIADAS	134
5.1 – PROJETO DE LEI DO SENADO –PLS (TERMINATIVO)	134
5.2 – PROJETO DE LEI DO SENADO –PLS (NÃO TERMINATIVO).....	135
5.3 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA – PLC	138
5.4 – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO – PDS.....	139
5.5 – REQUERIMENTOS – RCT	161
5.6 – OFÍCIOS “S” – OFS	178
6 – EMENDAS DA CCT AO PROJETO DE LEI N.º 06/2015–CN – PPA 2016-2019.....	185
7 – EMENDAS DA CCT AO PROJETO DE LEI N.º 01/2015–CN – PLDO 2016.....	186
8 – EMENDAS DA CCT AO PROJETO DE LEI N.º 07/2015–CN – PLOA 2016	187



A PRESENTAÇÃO

Senhoras Senadoras,

Senhores Senadores,

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal apresenta o relatório de suas atividades no ano de 2015. Mais uma vez, a CCT se destaca pela relevância das matérias apreciadas e deliberadas, mostrando ser o fórum natural para os debates acerca do futuro do Brasil como nação desenvolvida e inovadora.

Em 2015 realizamos 52 reuniões, sendo 22 deliberativas, nas quais foram apreciadas 299 proposições, e 28 audiências públicas sobre temas variados, além de duas reuniões para instalação e eleição.

Dos projetos aprovados por esta Comissão, podemos destacar o que dispõe sobre o subsídio para o serviço de banda larga; o que define prazo máximo para exame de pedido de registro, marcas e patentes; o que dispõe sobre a proteção, tratamento e uso dos dados pessoais; o que assegura aos usuários do serviço de telecomunicações o direito à informação sobre o progresso de procedimentos de instalação e manutenção.

Mas o maior destaque deve ser dado ao projeto com estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação, o PLC nº 77, de 2015, que foi aprovado no Plenário do Senado Federal em dezembro e sancionado pela Presidente Dilma Rousseff com poucos vetos.

É preciso ainda destacar a avaliação de políticas públicas que, conforme artigo 96-B do RISF, analisou em 2015 o Programa Ciência sem Fronteiras, sob a competente relatoria do Senador Omar Aziz.

As Audiências Públicas realizadas pela CCT mostraram-se muito concorridas e também merecem destaque – entre elas as realizadas para instruírem o PLC nº 34, de 2015, sobre a rotulagem de produtos transgênicos, em audiência conjunta com a CMA, e o PLS nº 200, de 2015, sobre pesquisas clínicas em seres humanos; e as audiências sobre Proteção de Dados Pessoais; sobre Impactos dos Cortes Orçamentários na Pós-Graduação; sobre Eliminação de Tarifas de Importação para Produtos Voltados à Ciência e à Tecnologia; e sobre Desenvolvimento de Pesquisa com a Fosfoetanolamina.

Cabe também mencionar a realização de dois Seminários Internacionais: um sobre o uso de Usinas Nucleares – Lições da Experiência Mundial, e outro sobre Estratégias Legislativas para o Investimento Privado em Ciência, Tecnologia e Inovação, este último realizado com a Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados. Este último contou com uma participação de importantíssimos agentes do investimento privado no Brasil e especialistas internacionais sobre o tema.

É preciso destacar que, sem a dedicação das senhoras senadoras e dos senhores senadores que compõem esta Comissão, esse excelente desempenho não teria sido possível. Dessa forma, esta Presidência registra seu agradecimento e conta com o renovado empenho de todos para o exercício de 2016.

Senador **CRISTOVAM BUARQUE**

Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação,
Comunicação e Informática do SENADO FEDERAL

C OMPOSIÇÃO DA COMISSÃO

1



Senador CRISTOVAM BUARQUE – Presidente



Senador HÉLIO JOSÉ – Vice-Presidente

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA – CCT

PRESIDENTE: SENADOR CRISTOVAM BUARQUE – PDT/DF

VICE-PRESIDENTE: SENADOR HÉLIO JOSÉ – PMB/DF

(17 TITULARES E 17 SUPLENTES)

TITULARES

SUPLENTES

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)			
CRISTOVAM BUARQUE – PDT	DF – 2281	1. ZEZE PERRELLA – PDT	MG – 2191
LASIER MARTINS – PDT	RS – 2323	2. JORGE VIANA – PT	AC – 6371
WALTER PINHEIRO – PT	BA – 6790/6788	3. DELCÍDIO DO AMARAL – PT	MS – 7319/2457
ÂNGELA PORTELA – PT	RR – 6103/6108	4. TELMÁRIO MOTA – PDT	RR – 6315/6317
IVO CASSOL – PP	RO – 6328/6329	5. GLADSON CAMELI – PP	AC – 1123/1223
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB)			
VALDIR RAUPP – PMDB	RO – 2252/2258	1. SANDRA BRAGA – PMDB	AM – 6227/6230
JOÃO ALBERTO SOUZA – PMDB	MA – 6352/6349	2. EDISON LOBÃO – PMDB	MA – 2311/2313
SÉRGIO PETECÃO – PSD	AC – 6706/6713	(VAGO)	
OMAR AZIZ – PSD	AM – 6502/6581	ROSE DE FREITAS	ES – 1134/1156
HÉLIO JOSÉ – PMB	DF – 6640/6645	(VAGO)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)			
DAVI ALCOLUMBRE – DEM		1. José Agripino – DEM	RN – 2361/2362
ALOYSIO NUNES FERREIRA – PSDB	SP – 6063/6064	(VAGO)	
FLEXA RIBEIRO – PSDB	PA – 2342	(VAGO)	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)			
JOSÉ MEDEIROS – PPS	MT – 1146/1148	FERNANDO BEZERRA COELHO – PSB	PE – 2183
RANDOLFE RODRIGUES – REDE	AP – 6567/6568	ROBERTO ROCHA – PSB	MA – 1435/1437
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)			
MARCELO CRIVELLA – PRB	RJ – 2525/5730	1. EDUARDO AMORIM – PSC	SE – 6205
ELMANO FÉRRER – PTB	PI – 3056	2. (Vago)	

Secretária: Égli Lucena Heusi Moreira

Telefones da Secretaria: 3303-1120/3623

E-mail: scomcct@senado.leg.br

Atualizada em: 15-12-2015

REUNIÕES DA COMISSÃO

2

TOTAL DE REUNIÕES CONVOCADAS E REALIZADAS FEVEREIRO/DEZEMBRO 2015

TABELA 1 – RESUMO POR MODALIDADE

Tipo	Quantidade
Reuniões Extraordinárias Realizadas	52
Reuniões Deliberativas Realizadas (RD)	22
Audiências Públicas Realizadas (AP)	28
Audiências Públicas Conjuntas (AC)	02
Total de Reuniões Realizadas	52

TABELA 2 – QUADRO POR TIPO DE PROPOSIÇÃO

PARECERES	OFS	PDS	PLC	PLS (NT)	PLS (T)	RCT	MIN
PELA APROVAÇÃO		171	2	4		27	1
PELA APROVAÇÃO COM EMENDA(S)		2	2	3	1		
PELA APROVAÇÃO (SUBSTITUTIVO)			1	2	1		
PELA REJEIÇÃO			1		1		
PELA PREJUDICIALIDADE				4			
PELO ARQUIVAMENTO	4						
PELO SOBRESTAMENTO	1	1					
PELA APRESENTAÇÃO DE REQUERIMENTO	23	1					
TOTAL	28	177	06	13	03	71	01

TOTAL GERAL: 299

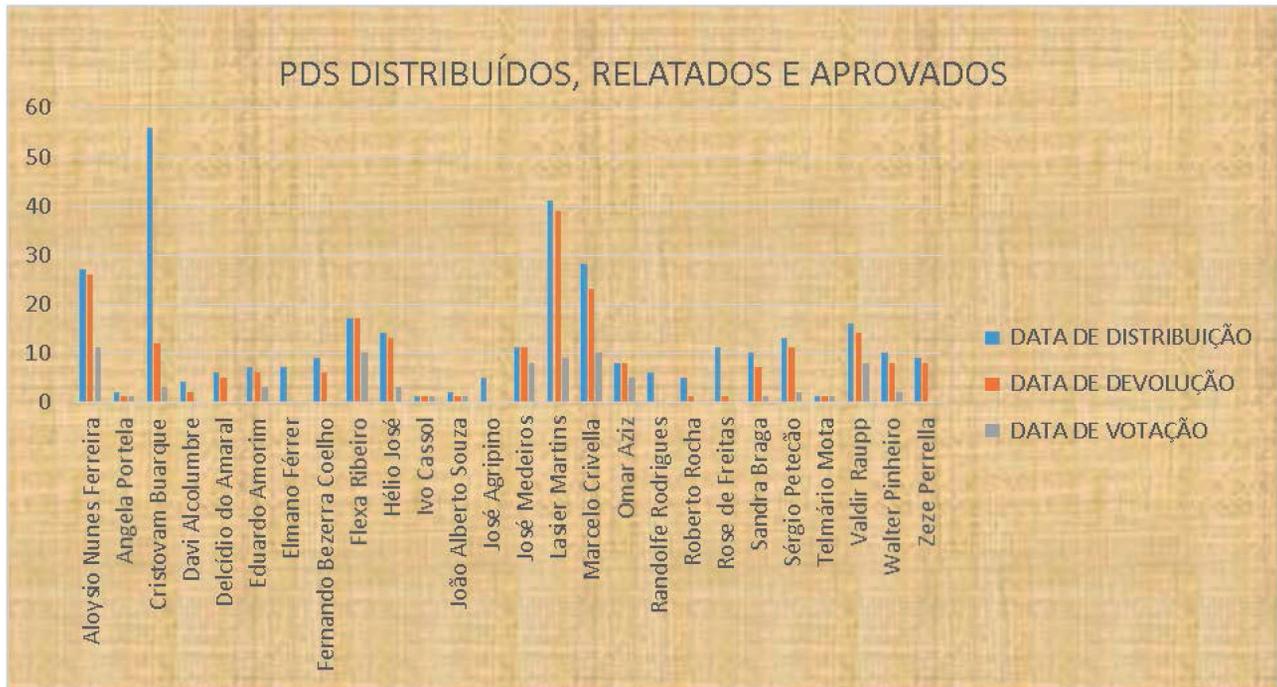
SIGLAS

OFS – Ofício “S”
PDS – Projeto de Decreto Legislativo
PLC – Projeto de Lei da Câmara – Não Terminativo
PLS (NT) – Projeto de Lei do Senado – Não Terminativo
PLS (T) – Projeto de Lei do Senado – Terminativo
RCT – Requerimento e Aditamento a Requerimento
MIN – Minuta de Requerimento

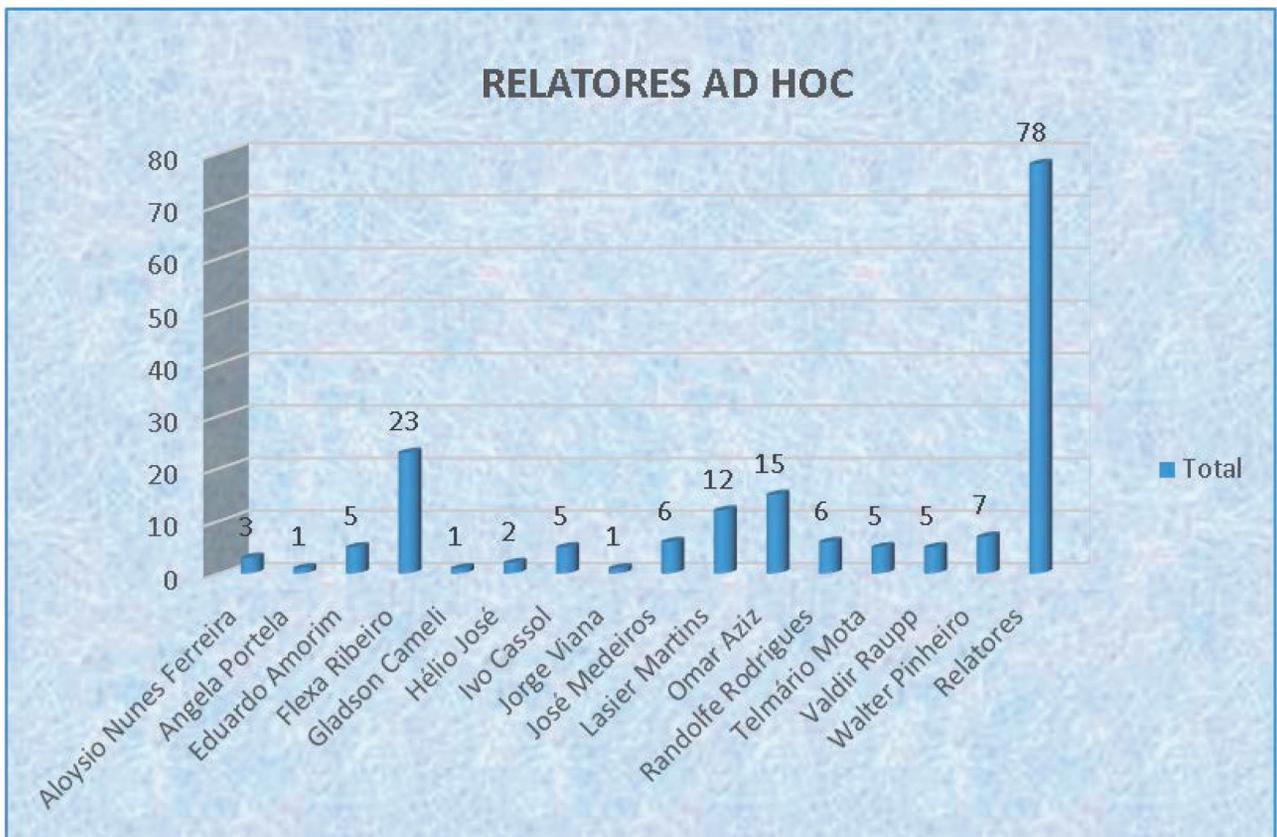
DEMONSTRATIVOS GRÁFICOS DO ANO DE 2015

3

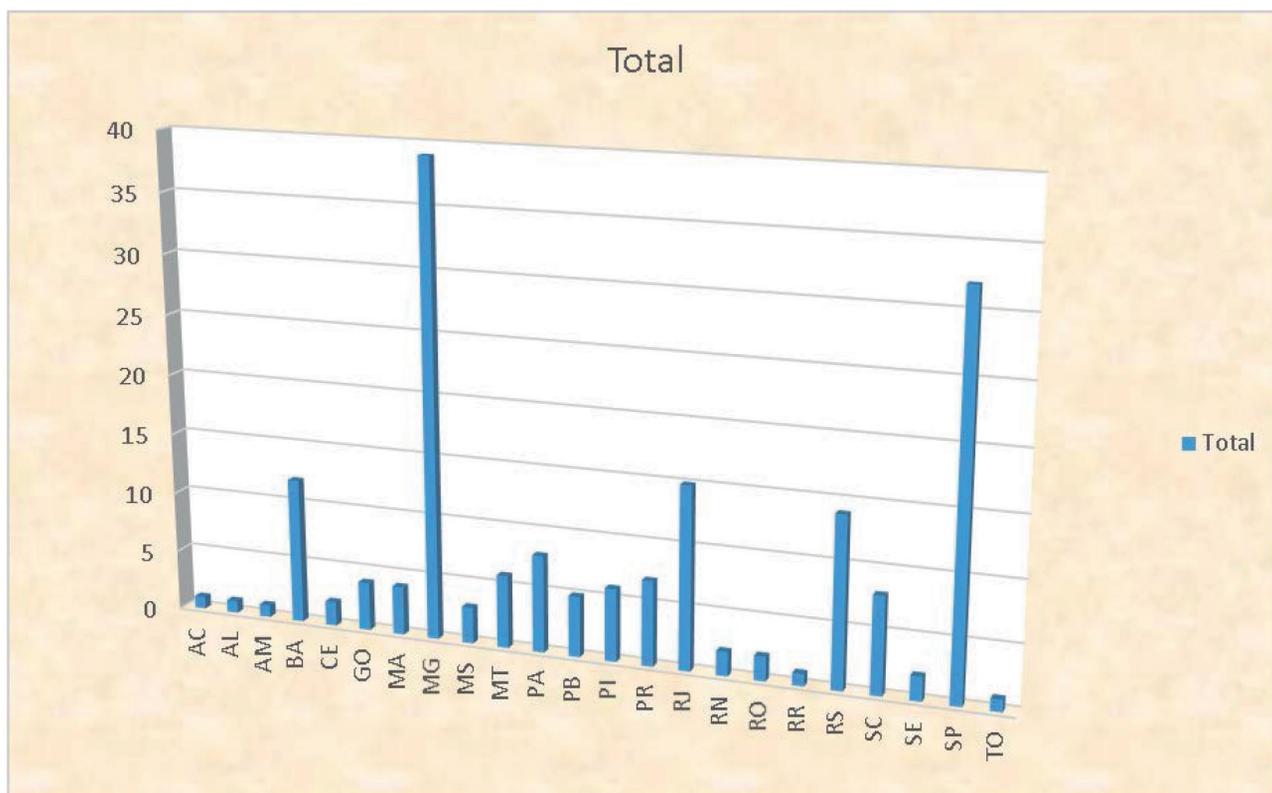
PDS: Distribuídos, Relatados e Aprovados



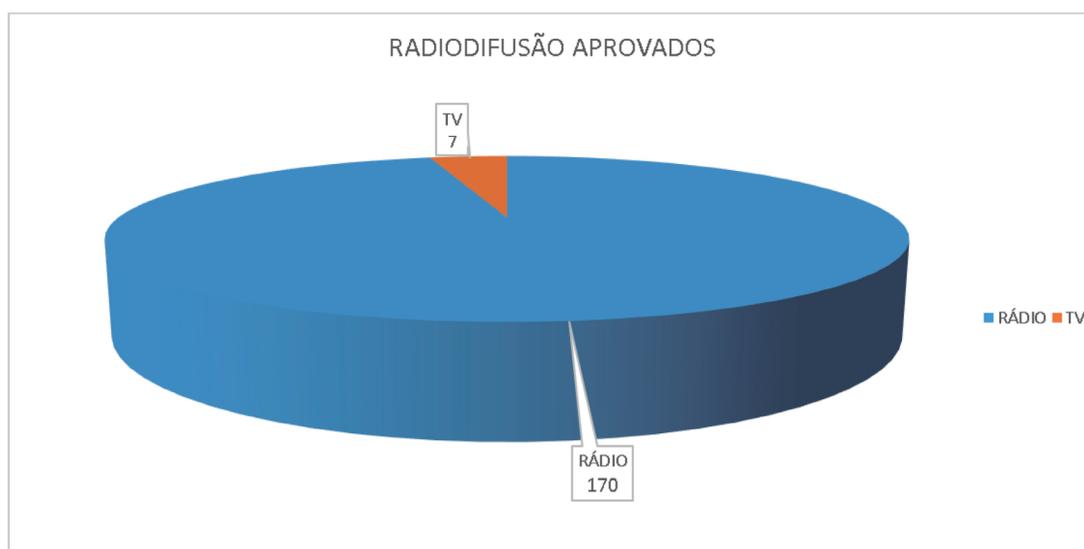
Relatores Ad Hoc



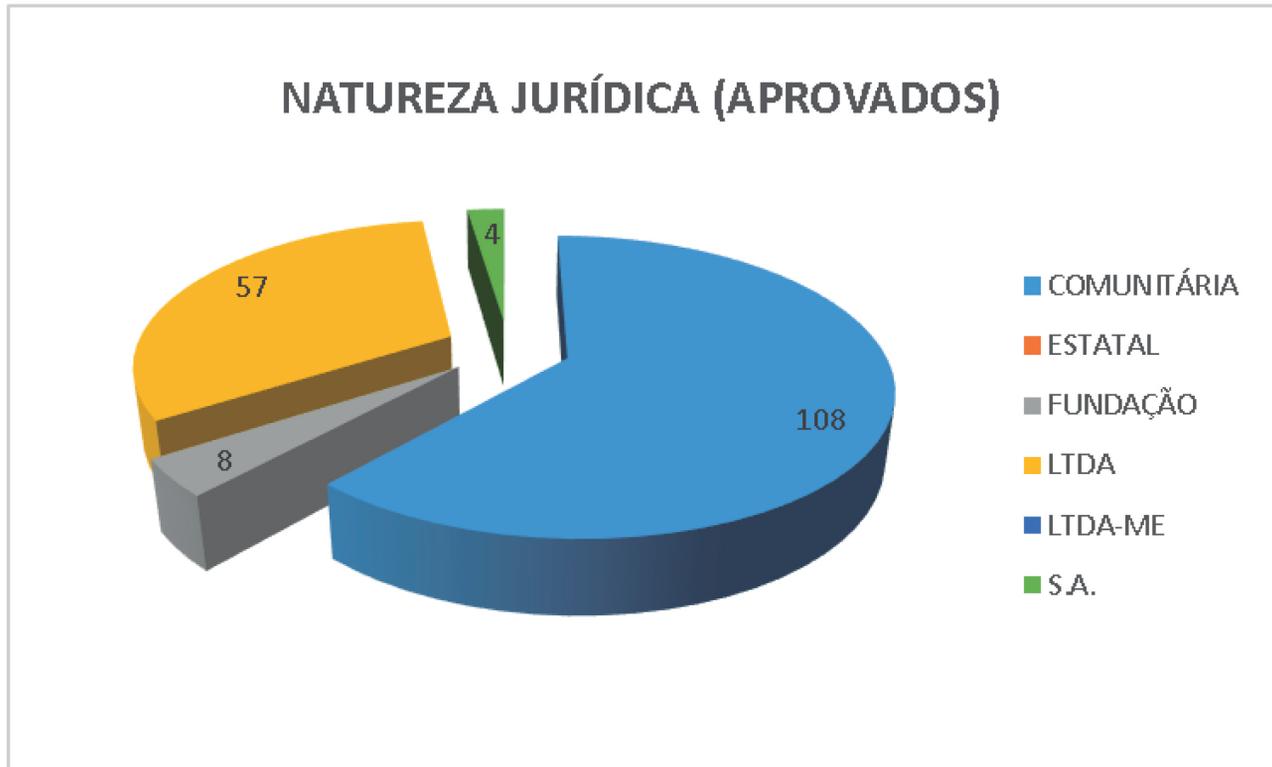
PDS aprovados por Unidade da Federação



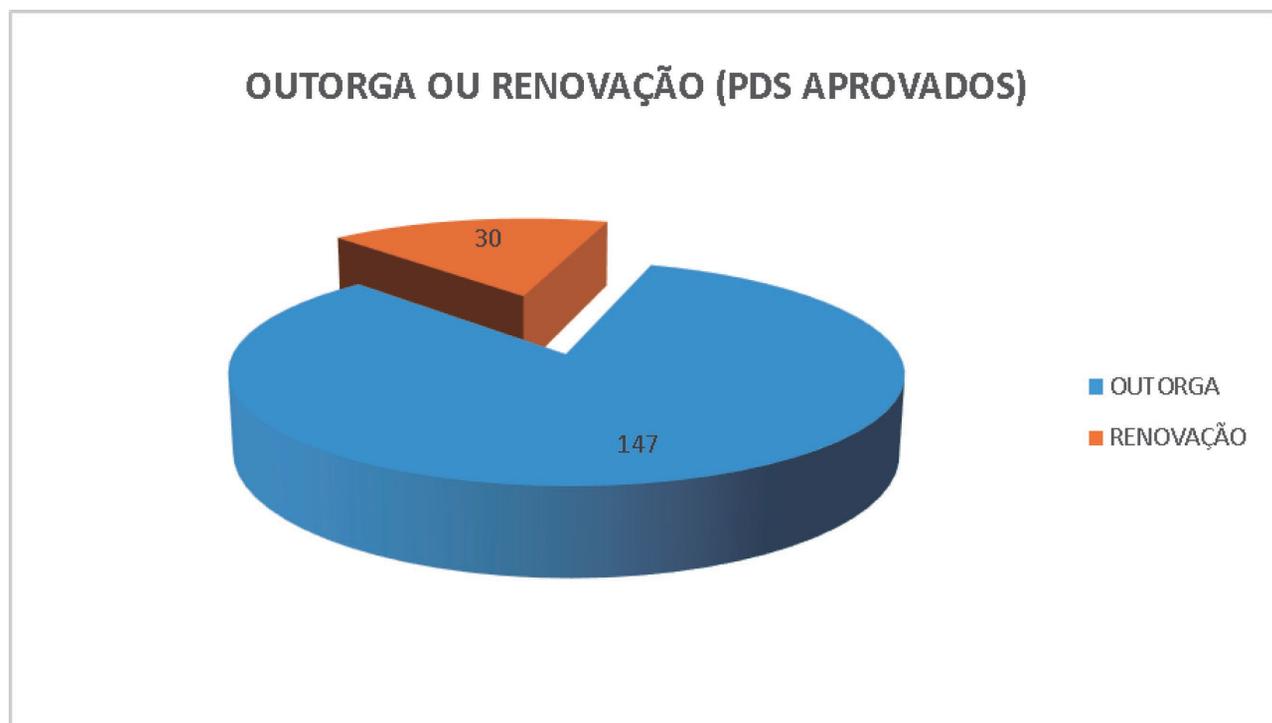
Radiodifusão de Sons e de Sons e Imagens aprovados



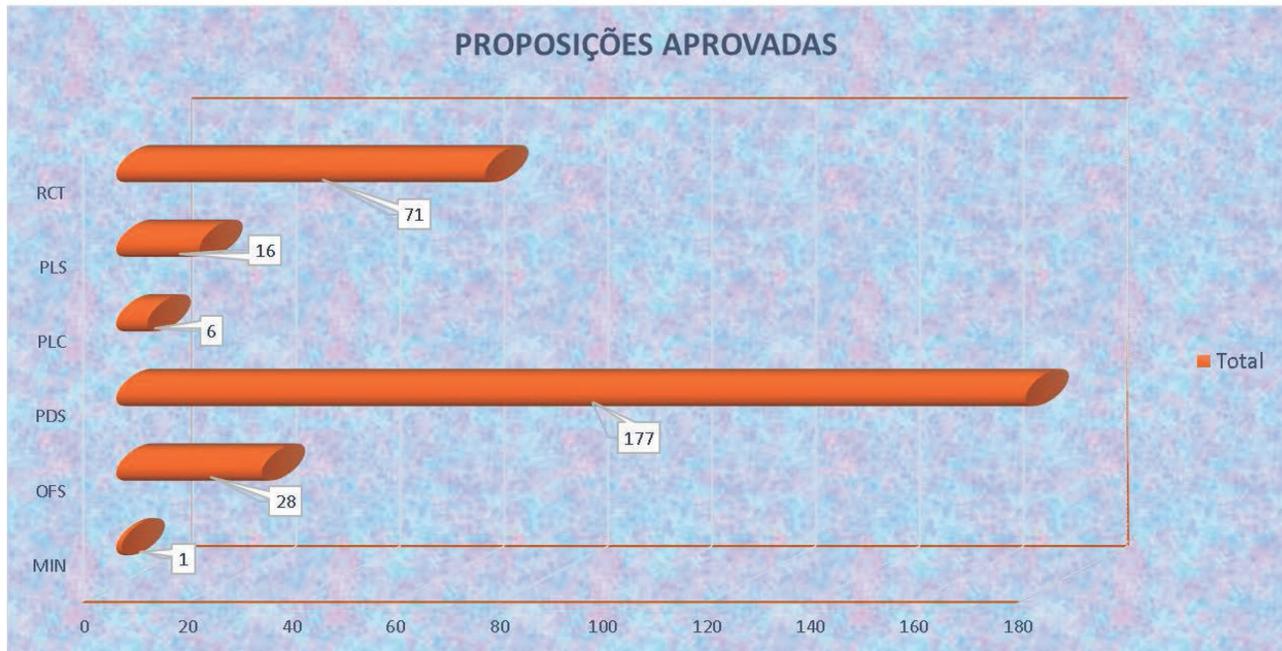
Natureza Jurídica dos Radiodifusores



Outorga ou Renovação de PDS Aprovados



Proposições aprovadas no ano de 2015



A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal foi criada a partir da Resolução do Senado Federal nº 01, de 2007, com as seguintes atribuições e competências regimentais:

“Art. 104-C. À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática compete opinar sobre proposições pertinentes aos seguintes temas:

I – desenvolvimento científico, tecnológico e inovação tecnológica;

II – política nacional de ciência, tecnologia, inovação, comunicação e informática;

III – organização institucional do setor;

IV – acordos de cooperação e inovação com outros países e organismos internacionais na área;

V – propriedade intelectual;

VI – criações científicas e tecnológicas, informática, atividades nucleares de qualquer natureza, transporte e utilização de materiais radioativos, apoio e estímulo à pesquisa e criação de tecnologia;

VII – comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens;

VIII – regulamentação, controle e questões éticas referentes à pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico, inovação tecnológica, comunicação e informática;

IX – outros assuntos correlatos”

Além da análise e deliberação feitas pelo plenário da CCT sobre as proposições legislativas que nela tramitam, também são realizadas, a partir de requerimentos dos senadores membros, audiências públicas, debates e seminários sobre diversos temas sob sua competência, conforme a agenda política e econômica do País, ou para a instrução de proposições em análise na Comissão.

Como forma de registro dessas atividades, relacionarmos adiante a agenda das audiências públicas e seminários realizados pela CCT no período, com dados informativos e colação de matérias veiculadas na mídia.

Todas as audiências públicas são transmitidas pela TV Senado em algum dos seus canais ou pela internet e possuem o mecanismo da interatividade e participação popular.

**DIA 17/03/2015 – 1ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES PERMANENTES
(3ª REUNIÃO DA CCT, 5ª REUNIÃO DA CRA E 3ª REUNIÃO DA CMA)**



1ª Audiência Pública de Instrução ao Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2015, que “Regulamenta o inciso II do §1º e o §4º do art. 225 da Constituição Federal; o art. 1º, alínea ‘j’ do art. 8º, a alínea ‘c’ do art. 10, o art. 15; e os §§3º e 4º do art. 16 da Convenção sobre Diversidade Biológica, promulgada pelo Decreto nº 2.519, de 16 de março de 1998; dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade; revoga a Medida Provisória nº 2.186-16, de 23 de agosto de 2001; e dá outras providências”

Requerimentos de realização de audiência:

- RCT 01/2015, de autoria dos Senadores Luiz Henrique e Telmário Mota;
- RCT 05/2015, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues;
- RMA 04/2015, de autoria do Senador Luiz Henrique;
- RRA 08/2015, de autoria dos Senadores Acir Gurgacz e Ana Amélia; e
- RRA 12/2015, de autoria dos Senadores Luiz Henrique e Waldemir Moka.

CONVIDADOS

- **Nilma Lino Gomes**
Ministra de Estado da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR
- **Francisco Gaetani**
Secretário Executivo do Ministério do Meio Ambiente – MMA
- **Capitão-de-Mar-e-Guerra Paulo César Garcia Brandão**
Assessor de Assuntos Setoriais da Subchefia de Organização Americana do Estado Maior Conjunto das Forças Armadas
- **Rafael de Sá Marques**
Diretor de Tecnol. Inovadoras da Secretaria de Inovação do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC
- **Marco Aurélio Pavarino**
Assessor do Ministro do Desenvolvimento Agrário – MDA
- **Paulo Sérgio Lacerda Beirão**
Diretor de Cooperação Institucional do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e tecnológico – CNPq
- **Hélcio Botelho**
Secretário Substituto da Secretaria de Desenvolvimento Rural e Cooperativismo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA

Lei da biodiversidade terá dois debates em comissões do Senado

16/03/2015

Serão realizadas nesta semana no Senado duas audiências públicas para discutir o projeto que institui o marco legal da biodiversidade (PLC 2/2015), promovidas pelas Comissões de Meio Ambiente (CMA), de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT).

O projeto simplifica regras para pesquisa com plantas e animais nativos e regulamenta a repartição de benefícios gerados pelo uso comercial do patrimônio genético e do conhecimento sobre ele desenvolvido por indígenas e comunidades tradicionais. O texto tramita no Senado em regime de urgência, será analisado pelas comissões e precisa ser votado pelo Plenário até dez de abril, caso contrário passará a trancar a pauta.

O projeto original foi apresentado pelo Executivo, mas sofreu mudanças na Câmara dos Deputados. Conforme o senador Luiz Henrique (PMDB-SC), um dos autores dos requerimentos propondo os debates, a matéria chegou ao Senado “recheada de polêmicas”, com críticas de entidades científicas, ambientalistas e de defesa dos povos indígenas. Com as audiências públicas, os senadores poderão ouvir os diferentes pontos de vista sobre o assunto e aperfeiçoar o projeto, buscando superar os conflitos.

No debate desta terça-feira (17), às 9h, as comissões ouvirão as ministras Kátia Abreu, da Agricultura, e Nilma Gomes, de Políticas de Promoção da Igualdade Racial; Francisco Gaetani, Secretário

Executivo do Ministério do Meio Ambiente; Capitão-de-Mar-e-Guerra Paulo César Garcia Brandão, assessor de assuntos setoriais da subchefia de Organização Americana do Estado Maior Conjunto das Forças Armadas; Marco Aurélio Pavarino, assessor do ministro do Desenvolvimento Agrário; Paulo Sérgio Lacerda Beirão, diretor de cooperação institucional do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico; e Rafael de Sá Marques, diretor de tecnologias inovadoras da Secretaria de Inovação do Ministério do Desenvolvimento.

No debate de quarta-feira (18), às 8h, deverão ser ouvidos os presidentes da Confederação Nacional da Indústria, Robson Andrade; da Confederação Nacional da Agricultura, João Martins; da Associação Brasileira da Indústria Química, Fernando Figueiredo; e do Grupo Farma Brasil, Reginaldo Braga Arcuri.

Também foram convidados os presidentes da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, Maurício Lopes; da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, Helena Nader; da Fundação Osvaldo Cruz, Paulo Gadelha; e da Fundação Nacional do Índio, Flavio Chiarelli Azevedo; além dos diretores do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, Luiz Renato de França; e do Museu Paraense Emílio Goeldi, Nilson Gabas.

Agência *Senado*

Fonte:

<http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2015/03/16/lei-da-biodiversidade-tera-dois-debates-em-comissoes-do-senado>

Lei deve manter atual conceito de agricultor familiar, pede representante do MDA

17/03/2015

O representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) na audiência sobre o marco legal da biodiversidade, Marco Aurélio Pavarino, pediu que a nova legislação preserve o conceito de agricultor familiar contido na atual Lei da Agricultura Familiar (11.326/2006).

Já Paulo Sérgio Lacerda, representante do Ministério da Ciência e Tecnologia, afirmou que a nova lei poderá remover entraves para a pesquisa científica no país. Segundo mencionou, o Brasil é detentor de 20% da biodiversidade mundial, mas não tem nem 5% do conhecimento produzido no mundo, notadamente graças às dificuldades e burocracias impostas ao pesquisador.

— A lei atual é superprotetora, tão protetora que protege o país da gente mesmo — declarou.

O representante do Ministério da Agricultura, Hércio Botelho, afirmou, por sua vez, que a lei resolverá os problemas da pesquisa agrícola no país e dará musculatura suficiente para esse desenvolvimento. Ele também criticou a burocracia que envolve a pesquisa no país e disse que 550 dias é o período médio para a autorização de uma pesquisa com flora nativa.

— A pesquisa não pode viver com esse entrave, temos que buscar ter mais celeridade quando se trata de pesquisa para alimentação e agricultura — opinou.

Agência *Senado*

Fonte:

<http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2015/03/17/lei-deve-manter-atual-conceito-de-agricultor-familiar-pede-representante-do-md>

Capiberibe pede retirada de urgência do projeto de marco legal da biodiversidade

17/03/2015

O senador João Capiberibe (PSB-AP) pediu, na audiência pública que debate o projeto da lei de biodiversidade, a retirada da urgência da proposta. Segundo afirmou, nem o próprio governo conseguiu apresentar uma linguagem única e ausente de divergências entre os próprios ministérios representados na audiência.

— Precisamos retirar a urgência do projeto, e que o Congresso promova novas audiências públicas e debates — disse.

Autor de 33 emendas ao texto e de um projeto de lei que trata do tema, mas de forma diferenciada, Capiberibe afirmou que a maioria dos senadores vai ter dificuldade para entender a profundidade do projeto. Segundo afirmou, o tema é novo, e a celeridade “não nos dá tempo para formatar de fato um projeto que facilite a pesquisa e nos transfira tecnologia”. Para Capiberibe, é melhor perder alguns meses a mais na discussão a fazer uma proposta ruim ou que “não vai pegar”.

— Não quero protelar nada, eu quero essa lei — lembrou.

O presidente da CMA, senador Otto Alencar (PSD-BA), se manifestou de forma contrária à retirada da urgência.

Já a senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) defendeu, na audiência pública, a aprovação de emenda de sua autoria para estabelecer a necessidade da vinculação de pesquisadores nacionais aos institutos estrangeiros que venham a desenvolver pesquisa no Brasil.

— Não é xenofobia, está na concepção da lei da biodiversidade, que tem os pilares da conservação, do uso sustentável e da repartição — afirmou.

Agência Senado

Fonte:

<http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2015/03/17/capiberibe-pede-retirada-de-urgencia-do-projeto-de-marco-legal-da-biodiversidade>

Telmário defende ajustes no projeto da Lei da Biodiversidade

17/03/2015

Para o senador Telmário Mota (PDT-RR), o projeto da Lei de Biodiversidade vem atender demanda antiga da comunidade científica no sentido da regulamentação do acesso aos recursos genéticos da Amazônia, com boas perspectivas para o país. A seu ver, contudo, ainda há necessidade de reparos na proposta, notadamente para assegurar repartição adequada dos futuros benefícios com povos indígenas e comunidades tradicionais que já detêm o conhecimento milenar dos usos e aplicação desses recursos.

— Povos indígenas e comunidades tradicionais se dizem excluídos do debate e concepção da nova lei — salientou, ao pedir que ainda sejam ouvidos.

Telmário Mota é o relator da matéria na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), uma das que darão parecer à matéria, examinada em regime de urgência no Senado.

De acordo com o senador, a própria definição do texto aos povos indígenas necessita de correção. Segundo ele, o projeto não reconhece de modo apropriado os indígenas como “povos”, detentores de identidade, língua e tradições próprias.

Em sua intervenção, o senador Omar Aziz (PSD-AM) falou da ausência de debate articulado entre as diversas áreas do governo a respeito da questão da biodiversidade. Ex-governador do Amazonas, ele citou o projeto do Centro de Biodiversidade da Amazônia (CBA), a seu ver um empreendimento que nunca decolou por falta de providências de responsabilidade do governo federal.

— O grande pecado do Executivo é não dar transversalidade às discussões. Há diferentes ministérios, todos com a mesma discussão, e é importante que alguém comande esse processo. Infelizmente, um ministro não quer fazer ligação a outro ministro e colega. Parece que isso vai retirar sua autoridade e autonomia — criticou.

Agência Senado

Fonte:

<http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2015/03/17/telmario-defende-ajustes-no-projeto-da-lei-da-biodiversidade>

Lei sobre biodiversidade deve respeitar acordo internacional, diz representante da Defesa

17/03/2015

De acordo com Paulo Cezar Garcia Brandão, assessor de Assuntos Setoriais do Ministério da Defesa, a nova lei sobre biodiversidade deve estar compatível com o Protocolo de Nagoya, o acordo internacional que regulamenta o acesso aos recursos genéticos e o compartilhamento de benefícios da biodiversidade e que entrou em vigor em 2014.

Apesar de ter sido um dos principais articuladores do documento, o Brasil ainda não o ratificou, e a falta de lei viável para uso da biodiversidade é apontado como um dos motivos de não ter sido ratificado, lembrou o representante do Ministério da Defesa.

Já Rafael de Sá Marques, representante do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, afirmou que a legislação atual é ruim, prejudica a academia, as indústrias e os povos tradicionais. Em 15 anos de vigência da lei, afirmou, o Brasil firmou 110 contratos de repartição de benefícios e, entre eles, somente um beneficiou uma comunidade indígena.

— É um desperdício, é quase um insulto ao que poderia criar de desenvolvimento econômico e geração de renda — disse.

Segundo Marques, a proposta precisa desburocratizar os processos. E lembrou, ainda, ser importante lembrar que haverá decretos e normas infralegais para a regulamentação da lei, e que deve haver consultas públicas para isso.

Agência Senado

Fonte:

<http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2015/03/17/lei-sobre-biodiversidade-deve-respeitar-acordo-internacional-diz-representante-da-defesa>

Povos de origem africana protegem técnicas e conhecimentos tradicionais, afirma ministra

17/03/2015

A ministra Nilma Lino Gomes, da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), explicou por que o órgão deve ser ouvido na elaboração da Lei da Biodiversidade. Segundo ela, é a Seppir quem cuida dos quilombolas e povos de matriz africana, "detentores de conhecimentos e técnicas tradicionais que podem ser usurpados se o Estado não os acolher e proteger".

— São esses povos os guardiões de memórias e ancestralidades que a população usa no cotidiano e nem se dão conta de quem os protege, como ervas, chás e outras curas tradicionais para alguns males — acrescentou ela.

A ministra pediu a aprovação de duas emendas apresentadas pelo senador Paulo Rocha (PT-PA) que deixam mais explícita essa proteção na legislação.

Já o secretário executivo do Ministério da Agricultura, Francisco Gaetani, defendeu a aprovação do projeto em tramitação no Senado (PLC 2/2015). O novo texto, na sua opinião, vai melhorar e atualizar a atual legislação, que se focou no combate à biopirataria, mas inviabilizou a exploração do patrimônio genético brasileiro.

O projeto, completou ele, vai permitir a redução dos custos de transações sem comprometer a competitividade, e permitirá a repartição de benefícios com o detentores do conhecimento tradicional.

— Não é o projeto dos sonhos de ninguém, mas é fruto de muita conversa — declarou.

Agência Senado

Fonte:

<http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2015/03/17/povos-de-origem-africana-protegem-tecnicas-e-conhecimentos-tradicionais-afirma-ministra>

Senadores vão discutir pontos divergentes sobre marco legal da biodiversidade

17/03/2015

Em audiência pública nesta terça-feira (17), os senadores das Comissões de Meio Ambiente (CMA), de Ciência e Tecnologia (CCT) e de Agricultura (CRA) decidiram marcar para a próxima semana outra audiência para debaterem os pontos divergentes do PLC 2/2015, que estabelece o novo marco legal da biodiversidade.

No debate desta terça, foram ouvidos representantes de sete ministérios do governo a respeito do projeto. A discussão prossegue nesta quarta-feira (18), às 8h, com nova audiência pública conjunta. Entre os convidados, estão representantes de entidades como Embrapa, Funai, Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa), entre outras.

Os senadores levantaram vários questionamentos sobre os pontos de discordância. O senador João Capiberibe (PSB-AP) chegou a sugerir a retirada da urgência do projeto porque, na audiência, segundo ele, não houve consenso entre os vários ministérios presentes.

Entre os pontos está a questão da fiscalização insuficiente, já que empresas estrangeiras sem vinculação com instituições nacionais podem ter acesso ao patrimônio genético brasileiro. No debate, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) defendeu emenda de sua autoria que condiciona o acesso ao patrimônio genético brasileiro por empresa estrangeira à associação desta a uma instituição nacional, pública ou privada.

— E não há nada de xenofobia nisso, absolutamente nada! Não há desconfiança, mas entra, inclusive, dentro da própria concepção da Lei de Acesso à Biodiversidade, cujos eixos são basicamente três: a conservação da biodiversidade, o uso sustentável e a repartição. Então, considero fundamental termos sempre um ente nacional envolvido com entes estrangeiros, e creio que devemos, aqui no Senado, garantir o que não foi possível na Câmara dos Deputados, pondo esse item na lei.

Outra questão divergente tem relação com os povos indígenas, comunidades tradicionais e agricultores familiares, que se dizem excluídos do processo de elaboração da nova lei. O senador João Capiberibe (PSB-AP) defendeu que se possa ouvir com calma os representantes dessas comunidades.

— Recebi alguns protagonistas, indígenas, quilombolas e eles se queixaram muito de que eles gostariam de contribuir, de que eles gostariam de colocar o desejo deles também. E isso parece que não aconteceu — disse o senador.

Mas os demais senadores se manifestaram contra a retirada da urgência. O senador Jorge Viana (PT-AC) afirmou que há 20 anos o Senado tem a oportunidade de debater essa matéria e não debate. O senador chegou a dizer que parece até uma maldição que os povos da Amazônia passem fome intensa ao lado de tanta riqueza.

— Sabe quem é que tem sido a maior vítima nesse período em que a gente não consegue fazer minimamente o necessário? Nós que vivemos na Amazônia! Eu fui governador oito anos e não pude implementar os projetos. O governador Capiberibe também. Sigo na mesma batalha — afirmou Viana.

Questionado por Jorge Viana sobre quantos artigos do projeto estariam sujeitos à regulamentação infralegal, o representante do Ministério do Meio Ambiente, Francisco Gaetani, afirmou que seriam 25 artigos.

— Seria possível ter um compromisso do Ministério do Meio Ambiente de conduzir junto com outros órgãos, audiências públicas formais quando da regulamentação desses 25 dispositivos da lei? Se nós tivermos isso, nós passamos a ter elementos de assumirmos aqui no Senado com as populações de que a regulamentação seja precedida de audiências públicas — questionou o senador.

Gaetani afirmou que o ministério já assumiu esse compromisso com as comunidades indígenas e quilombolas para que todas essas críticas sejam discutidas no processo de regulamentação.

Outras questões divergentes são o caso das sementes crioulas, mantidas por pequenos agricultores, que deixarão de receber compensação; a repartição de benefícios apenas a produtos nos quais o patrimônio genético ou conhecimento tradicional for considerado elemento principal de agregação de valor; as isenções e perdão de multas pelo acesso realizado antes de junho de 2000; e o fato de o projeto prever teto e não piso a título de compensação financeira.

O presidente da CMA, senador Otto Alencar (PSD-BA), marcou outra audiência pública para a próxima terça-feira (24), às 9h, e deverá ouvir setores que divergem quanto a esses pontos.

Agência Senado

Fonte:

<http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2015/03/17/senadores-vaio-discutir-pontos-divergentes-sobre-marco-legal-da-biodiversidade>

Ministérios defendem marco legal da biodiversidade, com ajustes

17/03/2015

Representantes de sete ministérios defenderam na manhã desta terça-feira (17), a aprovação do novo marco legal da biodiversidade. As pastas que tratam de populações tradicionais e de agricultura familiar, no entanto, pedem aperfeiçoamentos em pontos específicos do texto.

O governo federal quer urgência na reformulação da lei atual, considerada um entrave à bioprospecção e à repartição de benefícios em favor dos detentores do conhecimento tradicional. O projeto do novo marco legal (PLC 2/2015) foi debatido em audiência conjunta das Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT). A reunião foi presidida por Otto Alencar (PSD-BA), presidente da CMA.

Francisco Gaetani, secretário-executivo do Ministério do Meio Ambiente (MMA), explicou que a norma em vigor (MP 2186/2001) foi elaborada em reação a casos de biopirataria com grande repercussão no país à época. Em razão disso, tem normas rígidas para combater o acesso ilegal aos recursos, mas que resultaram na criminalização da bioprospecção, inviabilizando a repartição de benefícios com comunidades tradicionais.

Segundo Gaetani, o texto em exame — um substitutivo da Câmara a projeto apresentado pelo Executivo — não é o “projeto dos sonhos de ninguém”, mas sim fruto de entendimentos com setores interessados no tema, que poderá beneficiar o conjunto da sociedade.

— Nós precisamos transformar o patrimônio natural em riqueza nacional, em empregos, em benefícios para aqueles que detêm esse conhecimento, de modo a podermos explorar essa riqueza de forma sustentável — frisou.

Na opinião de Hércio Botelho, do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o excesso de rigor da lei atual se revela na demora para se obter autorização para pesquisa com recurso genético — 550 dias, em média.

No mesmo sentido, o representante do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Rafael de Sá Marques, contou que, em 15 anos de legislação, foram celebrados somente 110 contratos de repartição de benefícios, apenas um com comunidade indígena.

— Essa MP existente hoje, além de prejudicar a academia, prejudicar a indústria, ela também prejudica as comunidades tradicionais e os povos indígenas — afirmou.

Simplificação

O novo marco legal prevê a simplificação do processo com a implantação de cadastro eletrônico a ser preenchimento pelo pesquisador, com exigência de consentimento prévio apenas para pedido de investigação sobre uma prática de uma comunidade tradicional.

O representante do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação, Paulo Sérgio Beirão, que é diretor do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), disse que o órgão pode facilmente dar o suporte para realizar o cadastro das atividades de acesso à biodiversidade.

Para Francisco Gaetani, esse cadastro possibilitará a rastreabilidade necessária para que se tenha um ambiente de confiança e se garanta a repartição de benefícios aos detentores do conhecimento tradicional.

Povos indígenas e quilombolas

Entidades que representam grupos tradicionais, como os indígenas, no entanto, reclamam da forma como estão sendo tratados no projeto de lei. Conforme apontaram os senadores Telmário Mota (PDT-RR), João Capiberibe (PSB-AP) e Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), o termo “populações indígenas”, incluído no projeto quando da tramitação na Câmara, deve voltar a ser “povos indígenas”, como no projeto original, por englobar o sentido de identidade cultural e identidade étnica.

— Trocaram povo por população. População é um aglomerado, enquanto povo tem a língua, sua terra, a cultura, tem uma série de coisas — observou Telmário.

Situação semelhante foi apresentada pela ministra da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), Nilma Lino Gomes, que defendeu a inclusão da palavra “quilombola” no texto, conforme emenda do senador Paulo Rocha (PT-PA).

— Essa invisibilidade não é por acaso. Muitas vezes ela é ativamente produzida — disse.

Agricultor familiar

No debate, Marco Aurélio Pavarino, assessor do ministro do Desenvolvimento Agrário, Patrus Ananias, defendeu a substituição do conceito de agricultor tradicional, previsto no projeto de lei, pelo conceito de agricultor familiar, adotado no país desde a publicação da Lei 11.326/2006 e que, desde então, norteia as políticas públicas para o setor.

Pavarino também manifestou preocupação com a isenção, prevista no projeto, para produtos comercializados hoje que acessaram patrimônio genético antes de junho de 2000, data da edição da primeira medida provisória que regulamentou o acesso à biodiversidade brasileira. Conforme alertou, essa medida poderá prejudicar muitas comunidades tradicionais, que deixarão de receber compensação pelo conhecimento que disponibilizaram à indústria.

Protocolo de Nagoya

O representante do Ministério da Defesa, Paulo Cezar Brandão, lembra que o PLC 2/2015 permitirá ao Brasil ratificar o Protocolo de Nagoya, acordo internacional que regulamenta o acesso aos recursos genéticos e o compartilhamento de benefícios da biodiversidade. O Brasil é signatário do protocolo, que entrou em vigor em 2014, mas ainda precisa ratificá-lo, o que não foi feito por falta de uma legislação nacional pertinente.

No debate, o senador Omar Aziz (PSD-AM) elogiou a mobilização dos ministérios na discussão do assunto, mas cobrou o mesmo empenho do governo federal para alavancar as pesquisas em biotecnologia na Amazônia. Conforme observou, o país pouco sabe sobre inúmeras plantas medicinais vendidas nos mercados de cidades da Região Norte.

— Não há desenvolvimento da Amazônia se não há conhecimento sobre a Amazônia. Até hoje o Brasil não consegue fazer o dever de casa — disse, ao cobrar empenho para as pesquisas do Centro de Biotecnologia da Amazônia.

A discussão continua nesta quarta-feira (18), às 8h, em nova audiência pública conjunta. Entre os convidados, estão representantes de órgãos como Embrapa, Funai, Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa).

Agência Senado

Fonte:

<http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2015/03/17/ministerios-defendem-marco-legal-da-biodiversidade-com-ajustes>

**DIA 18/03/2015 – 2ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES PERMANENTES
(4ª REUNIÃO DA CCT, 6ª REUNIÃO DA CRA E 4ª REUNIÃO DA CMA)**



2ª Audiência Pública de Instrução ao Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2015, que “Regulamenta o inciso II do §1º e o §4º do art. 225 da Constituição Federal; o art. 1º, alínea ‘j’ do art. 8º, a alínea ‘c’ do art. 10, o art. 15; e os §§3º e 4º do art. 16 da Convenção sobre Diversidade Biológica, promulgada pelo Decreto nº 2.519, de 16 de março de 1998; dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade; revoga a Medida Provisória nº 2.186-16, de 23 de agosto de 2001; e dá outras providências”

Requerimentos de realização de audiência:

- RCT 01/2015, de autoria dos Senadores Luiz Henrique e Telmário Mota;
- RCT 05/2015, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues;
- RMA 04/2015, de autoria do Senador Luiz Henrique;
- RRA 08/2015, de autoria dos Senadores Acir Gurgacz e Ana Amélia; e
- RRA 12/2015, de autoria dos Senadores Luiz Henrique e Waldemir Moka.

CONVIDADOS

- **Rosa Miriam de Vasconcelos**
Coordenadora de Assuntos Regulatórios da Secretaria de Negócios da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA

- **Maira Smith**
Coordenadora de Políticas Ambientais Substituta da Fundação Nacional do Índio – FUNAI
- **Elisa Romano Dezolt**
Especialista de Políticas e Indústria da Gerência de Meio Ambiente da Confederação Nacional da Indústria – CNI
- **Adriana Diaféria**
Vice-Presidente Executiva do Grupo Farma Brasil – GFB
- **Nilson Gabas Jr**
Diretor do Museu Paraense Emílio Goeldi
- **Luiz Antonio de Oliveira**
Diretor do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA
- **Rodrigo Justus**
Presidente da Comissão Nacional de Meio Ambiente da Confederação Nacional da Agricultura – CNA
- **Valcler Rangel**
Vice-Presidente da Fundação Osvaldo Cruz – FIOCRUZ
- **Cláudia Pinho**
Representante da Comunidade Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais – CNPCT
- **Marciano Tolêdo**
Representante do Movimento dos Pequenos Agricultores – VIA CAMPESINA
- **Maria Emília Lisboa Pachêco**
Presidente do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA
- **Maurício Guetta**
Representante do Instituto Sócio Ambiental – ISA
- **Sônia Guajajara**
Representante da Entidade de Articulação dos Povos Indígenas do Brasil – APIB
- **Denildo Rodrigues de Moraes**
Cordenador Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas – CONAQ
- **Edel Nazaré de Moraes Tenório**
Vice Presidente do Conselho Nacional de Extrativistas – CNS

Povos tradicionais e agricultores familiares pedem fim de urgência na Lei da biodiversidade

18/03/2015

Enquanto a indústria farmacêutica e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) se dizem contempladas no projeto que institui a nova Lei da Biodiversidade, a Funai e o Museu Emílio Goeldi apontam avanços, mas cobram mudanças no texto.

Para Rosa Vasconcelos, da Embrapa, e Adriana Diaféria, vice-presidente do Grupo Farma Brasil, o texto é essencial para alavancar a exploração econômica dos recursos genéticos no Brasil. Já Maira

Smith, da Funai, criticou a falta de diálogo com entidades indígenas e pediu ajustes para garantir direitos dos povos tradicionais, detentores de conhecimento sobre o patrimônio genético. Também Nilson Gabas Júnior, diretor do Museu Emílio Goeldi, pediu mudanças, como a vinculação obrigatória entre empresa estrangeira e entidade brasileira de pesquisa, para acesso a recursos da fauna e flora nativas.

Os especialistas participam do segundo debate sobre a nova lei da biodiversidade, promovido pelas Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), Agricultura e Reforma Agrária (CRA) e Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT).

Agência Senado

Fonte:

<http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2015/03/18/debatedores-divergem-sobre-marco-legal-da-biodiversidade>

Debate revela diferentes visões sobre lei da biodiversidade

18/03/2015

Quinze especialistas e líderes sociais apresentaram a senadores de três comissões permanentes, em audiência pública nesta quarta-feira (18), diferentes pontos de vista sobre o PLC 2/2015, que estabelece novo Marco Legal da Biodiversidade.

De um lado, os chamados usuários dos recursos genéticos — indústrias, agronegócio e institutos de pesquisa — veem vantagens da nova lei para alavancar a sua exploração econômica. De outro, os detentores do conhecimento tradicional sobre animais e plantas nativas — povos indígenas, quilombolas, extrativistas e agricultores familiares — apontam quebra de direitos e riscos à proteção dos recursos naturais.

Comum a todos, apenas a crítica à legislação em vigor, considerada excessivamente burocrática e responsável por colocar na ilegalidade um grande número de pesquisadores e instituições que fazem bioprospecção e por dificultar a repartição de benefícios com comunidades tradicionais.

Povos tradicionais

O impacto do novo Marco Legal da Biodiversidade sobre povos indígenas e comunidades tradicionais foi destacado ao longo de todo o debate, não apenas por serem provedores de conhecimentos associados ao patrimônio genético, mas também por terem grande participação na domesticação de espécies hoje usadas na alimentação e na agricultura.

Logo no início do debate, Maira Smith, da Fundação Nacional do Índio (Funai), criticou a falta de diálogo com entidades indígenas na elaboração do novo marco legal, mas reconheceu o esforço do governo federal, após o envio do texto ao Congresso, de buscar o diálogo e incorporar aspectos relevantes aos povos tradicionais.

Como avanço do projeto, ela apontou o tratamento de patrimônio genético como propriedade da União, e não do proprietário da área onde foi feito o acesso, como está na lei em vigor. Destacou ainda a criação do Fundo Nacional para a Repartição de Benefícios, destinado a promover ações que incentivem o uso sustentável da biodiversidade.

Críticas

No entanto, a representante da Funai apresentou aos senadores uma relação de aspectos do projeto que seriam prejudiciais aos povos indígenas e tradicionais. No mesmo sentido, Cláudia Pinho, representante da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, leu carta na qual 86 entidades que representam indígenas, agricultores familiares e comunidades tradicionais pedem mudanças no projeto.

— A biodiversidade é para nós a nossa riqueza. Ela não gera riqueza — resumiu. As críticas foram endossadas por Sônia Guajajara, representante da Entidade de Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, e Edel Tenório, vice-presidente do Conselho Nacional das Populações Extrativistas.

Maurício Guetta, do Instituto Sócio Ambiental, Marciano Toledo, do Movimento dos Pequenos Agricultores, e Denildo Rodrigues de Moraes, coordenador Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas, também apontaram problemas no projeto, como a dispensa de controle e fiscalização do acesso ao patrimônio genético e o perdão de dívidas para quem descumpriu a lei.

Conforme afirmam, medidas para resolver passivos igualam pesquisadores que não tiveram sucesso em seus pedidos de autorização, e mesmo assim realizaram atividades de bioprospecção, com aqueles que praticaram biopirataria.

Criticam ainda a implantação do cadastro autodeclaratório sem a exigência de aval do órgão de fiscalização, aspecto que, segundo Guetta, seria inconstitucional.

Aspectos positivos

No debate, representantes do setor empresarial e instituições de pesquisa destacaram os aspectos positivos do projeto de lei e defenderam a aprovação do novo marco legal.

Para Rosa Miriam de Vasconcelos, da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), a nova lei representará maior agilidade na concessão de autorizações para realizar pesquisas, a partir da adoção de cadastro que servirá como autorização para as pesquisas.

— A Embrapa reconhece o esforço feito pelo governo no sentido de agregar em um único marco legal visões dos diferentes setores envolvidos — disse.

Para Adriana Diaféria, vice-presidente do Grupo Farma Brasil, o texto em exame reflete o consenso possível e oferece a segurança jurídica que o setor empresarial reivindica. Ela também destacou inovações no modelo de governança.

— O novo modelo garante a participação do setor empresarial, do setor acadêmico, indígenas e comunidades de agricultores tradicionais. Todos estarão sentados na mesma mesa para a regulamentação e implementação dessa legislação — afirmou.

Já Elisa Romano Dezolt, da Confederação Nacional da Indústria (CNI), destacou o potencial da biodiversidade brasileira para geração de benefícios para todo o país.

— Desburocratizando o acesso, conseguiremos ter um maior conhecimento da biodiversidade e, com isso, uma maior repartição de benefícios — disse, ao apontar ainda resultados na geração de empregos e aumento de arrecadação.

Nilson Gabas Júnior, diretor do Museu Emílio Goeldi, também destacou pontos positivos na nova legislação, mas sugeriu ajustes no projeto, como a inclusão de obrigatoriedade de associação entre empresa estrangeira e centro de pesquisa brasileiro, como condição para a primeira acessar os recursos genéticos.

A medida, disse, permitirá aos brasileiros usar laboratórios com recursos que ainda não estão disponíveis aqui, ampliar a formação de recursos humanos, assegurar a partilha de benefícios e ainda proteger a biodiversidade do país.

Ao encerrar o debate, o senador Otto Alencar (PSD-BA) reafirmou sua convicção de que as sugestões apresentadas serão consideradas pelos relatores da matéria nas comissões permanentes do Senado. O parlamentar presidiu a audiência pública realizada de forma conjunta pelas Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), Agricultura e Reforma Agrária (CRA) e Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT).

Agência Senado

Fonte:

<http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2015/03/18/debate-revela-diferentes-visoes-sobre-lei-da-biodiversidade>



Audiência Pública destinada a debater o tema “Agenda e Prioridades do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação para o Biênio 2015/2016”

Requerimento de realização de audiência:

– RCT 02/2015, de autoria do Senador Cristovam Buarque.

CONVIDADO

- **José Aldo Rebelo Figueiredo**
Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI

Aldo Rebelo diz que pasta estuda recomposição de perdas do Fundo de Ciência e Tecnologia

07/04/2015

O ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, Aldo Rebelo, destacou nesta terça-feira (7), em audiência pública, que um dos desafios da pasta é preservar e recompor seu orçamento, sobretudo as perdas do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT). Desde a regulamentação

da distribuição dos recursos do petróleo, o fundo foi privado da sua principal fonte de financiamento, o CT-Petro, que foi incorporado ao montante destinado para as áreas de saúde e educação.

— Incompreensivelmente se deixou de fora ciência, tecnologia e inovação. Não sei por que, mas ficou de fora — lamentou.

Para compensar a perda, que afetou 40% das receitas do FNDCT, Aldo Rebelo anunciou que o ministério prepara estudo envolvendo a vinculação de recursos da parte ainda não regulamentada do Fundo Social do Pré-Sal. O assunto foi um dos temas tratados com integrantes da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado (CCT), que ouviu o ministro sobre os planos na sua área para o biênio até 2016.

Ao fim da audiência, o ministro foi também indagado pela imprensa sobre a solução para o FNDCT, inclusive se será enviado um projeto de lei ao Congresso para regulamentar os recursos. Porém, ele disse que ainda é cedo para falar sobre o formato da proposta, ainda sem prazo para ser fechada.

— É muito precoce dizer de que forma vai ser feito porque [a solução] tem que ser partilhada, naturalmente, com outras pretensões nessa regulamentação. Tem que ser, no fim das contas, portanto, uma decisão da presidente da República — justificou.

Ao regulamentar a distribuição das receitas da exploração do petróleo e do gás, em agosto de 2014, o Congresso estabeleceu que 75% dos *royalties* serão destinados para a educação e 25% para a saúde, sendo esvaziada a parcela de *royalties* que abastecia o fundo setorial CT-Petro.

Além disso, depois de acordo com o governo, ficou definido que metade dos recursos do chamado Fundo Social — poupança decorrente da exploração do pré-sal — será usada para educação e saúde. Porém, esse aporte integral será provisório. Depois de quatro anos, apenas os rendimentos do fundo serão correntemente utilizados. Um projeto de lei deve regulamentar esse uso.

Em relação aos esperados cortes no orçamento do seu ministério, diante do anunciado ajuste fiscal, o ministro afirmou que já vem conversando com os colegas das pastas da Fazenda e do Planejamento, mas disse que ainda não tem ideia do impacto. Adiantou que, assim que os números forem divulgados, vai “retomar a agenda de descontingenciamento com o governo”.

Ineficiência

O ministro disse aos senadores que o Brasil paga um preço muito alto por sua ineficiência na área de tecnologia. Salientou que, no quesito inovação tecnológica e pesquisa científica, o país é atrasado, apesar de estar entre as dez maiores economias do mundo.

Aldo Rebelo disse que o Brasil já conta com instituições respeitadas e sofisticadas de pesquisa científica, e também com razoável massa de recursos para a área, provenientes principalmente do setor público. Porém, observou, falta um apoio ao tripé, a seu ver a presença mais expressiva de empresas nacionais investindo em pesquisa, como ocorre nos Estados Unidos e em outros países.

— As empresas investem em pesquisa em seus países porque é lá que elas recebem incentivos para isso. Os Estados Unidos não vão dar dinheiro para a GE investir no Brasil. A Siemens não vai receber recursos do governo alemão para investir em pesquisa aqui — afirmou.

No Brasil, acrescentou o ministro, investimentos mais significativos no campo científico e tecnológico são raros. Destacou entre as exceções os esforços da Petrobras, da Vale, da Embraer e da Embrapa, responsáveis por importante contribuição para tornar o país mais competitivo internacionalmente.

Ao elogiar o trabalho feito pela Embrapa, ele lembrou que a estatal levou o país a figurar entre os três maiores detentores de patentes na área de agricultura e pecuária no mundo, ao lado dos Estados Unidos e da China.

Federalização

Ao responder ao senador Cristovam Buarque (PDT-DF), que preside a comissão, o ministro afirmou que a educação de base não deveria ser deixada a cargo dos municípios, como definiu o vigente pacto federativo. Na opinião de Aldo Rebelo, a educação não pode ser vista apenas como um direito, pois ela interfere na construção do país, na formação de valores, é uma questão nacional, de soberania.

— Não creio que o município seja a esfera da federação detentora da capacidade de perceber a educação como elemento da construção do país, como elemento central da questão nacional — avaliou Aldo.

Cristovam é autor de proposta que transfere para a União a responsabilidade sobre o financiamento da educação básica PLS 320/2008.

O ministro também defendeu a implantação de uma “educação científica de qualidade” desde a mais tenra idade. Disse ser imprescindível que os estudantes tenham contato com laboratórios, se deparando com provetas, tubos de ensaio e microscópios, por mais simples que sejam, para que a mentalidade científica seja induzida desde cedo. Assim, afirmou, as crianças poderão fazer frente à carga de “mistificação, desinformação e deseducação, propiciada sobretudo pelos meios de comunicação”.

Em resposta a apelos dos senadores pelo Amazonas Omar Aziz (PSD) e Vanessa Grazziotin (PCdoB), Aldo assumiu o compromisso de atuar em conjunto com outras áreas do governo para viabilizar as atividades do Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA), instalado há 12 anos, em Manaus. Hélio José (PSD-DF) cobrou atenção para o projeto da Cidade Digital, no Distrito Federal.

Participaram ainda da audiência os senadores Sérgio Petecão (PSD-AC), José Medeiros (PPS-MT), Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e Ângela Portela (PT-RR).

Vice-presidência

Depois da audiência, a comissão elegeu o senador Hélio José para assumir a vice-presidência da CCT. O parlamentar fez um agradecimento especial a Walter Pinheiro (PT-BA), por incentivá-lo a assumir o posto, e ao presidente da comissão, Cristovam Buarque, a quem conhece há mais de 20 anos e diz considerar um mestre.

Agência Senado

Fonte:

<http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2015/04/07/aldo-rebelo-diz-que-pasta-estuda-recomposicao-de-perdas-do-fundo-de-ciencia-e-tecnologia>

Aldo Rebelo defende que crianças tenham contato com ciências desde cedo

07/04/2015

O ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, Aldo Rebelo, participa de audiência pública na Comissão de Ciência e Tecnologia do Senado (CCT) para apresentar as prioridades da pasta aos parlamen-

tares. Segundo afirmou, a primeira preocupação de um ministério da área deve ser elevar o nível de informação científica da população, principalmente da juventude, das crianças.

— Educação científica de qualidade é um dos primeiros desafios de um Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação digno desse nome — afirmou.

Para ele, é imprescindível que a população, os jovens, tenham contato desde cedo com laboratórios, que possam se deparar com provetas, tubos de ensaio e microscópios, por mais simples que sejam, para que a mentalidade científica seja induzida desde cedo.

O simples contato com esses equipamentos estimula a formação de uma mentalidade científica diante do mundo e dos acontecimentos. Isso os preparará para fazer frente à carga de “mistificação e deseducação” propiciada principalmente pelos meios de comunicação, acredita Aldo.

Agência Senado

Fonte:

<http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2015/04/07/aldo-rebelo-defende-que-criancas-tenham-contato-com-ciencias-desde-cedo>

DIA 28/04/2015 – 10ª REUNIÃO



Audiência Pública destinada a debater assunto de interesse público relevante, concernente ao Fundo de Financiamento Estudantil – FIES

Requerimentos de realização de audiência:

- RCT 09/2015, de autoria do Senador Marcelo Crivella;
- RCT 20/2015, de autoria dos Senadores Marcelo Crivella e Omar Aziz.

CONVIDADOS

- **Elizabeth Guedes**
Vice-Presidente da Associação Nacional das Universidades Particulares – ANUP
- **Julliene Cabral Salviano da Silva**
Coordenadora Nacional do Movimento em Defesa do Fundo de Financiamento Estudantil
- **Antônio Corrêa Neto**
Diretor de Gestão de Fundos e Benefícios do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE
- **Maria Cristina Manella Cordeiro**
Procuradora da República – MPF
- **Amábile Pacios**
Presidente da Federação Nacional das Escolas Particulares – FENEP
- **Ricardo Holz**
Presidente da Associação Brasileira dos Estudantes de Educação à Distância – ABE/EAD

- **Patrique Lima**
Diretor de Relações Institucionais da União Nacional dos Estudantes – UNE
- **Nara Teixeira**
Diretora de Relações Institucionais da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino – CONTEE
- **Samuel Martins Feliciano**
Coordenador-Geral de Relações Acadêmicas de Graduação da Secretaria da Educação Superior do Ministério da Educação – MEC

Fies financia estudantes de baixa renda, diz representante do MEC

28/04/2015

O diretor de Gestão de Fundos e Benefícios do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação — FNDE, do Ministério da Educação, Cultura e Esporte (MEC), Antônio Corrêa Neto, fala na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) do Senado das mudanças promovidas no Fies. Segundo Corrêa Neto, houve melhoras no financiamento estudantil a partir de 2010, como a criação do Fundo Garantidor de Crédito Estudantil. O Fundo foi criado para beneficiar os estudantes de baixa renda que não tinham como apresentar um fiador na contratação do financiamento estudantil. Outra mudança apontada por Corrêa Neto é a possibilidade de o estudante de medicina ou pedagogia poder pagar o seu financiamento com trabalho em hospitais e escolas públicas. Segundo o diretor, 92% dos estudantes que são financiados pelo Fies têm renda *per capita* de até dois salários mínimos.

Agência Senado

Fonte:

<http://www12.senado.leg.br/noticias/audios/2015/04/fies-financia-estudantes-de-baixa-renda-diz-representante-do-mec>

CCT debate o Fundo de Financiamento Estudantil

28/04/2015

A taxa de penetração no ensino superior da população a partir dos 15 anos é muito baixa em relação a outros países da América Latina, como Chile, Peru e Colômbia. No Brasil, 6,8 milhões de jovens nem estudam, nem trabalham. Os dados foram apresentados por Elizabeth Guedes, vice-presidente da Associação Nacional das Universidades Particulares (ANUP), em audiência pública da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), que debate nesta terça-feira (28/04) o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES). Segundo Elizabeth, “sem o FIES, a taxa de penetração no ensino superior seria uma tragédia”. Para a educadora, mesmo assim, o FIES necessita de uma revisão, considerando que não há recursos para fazer a inclusão de todos os jovens na universidade, como o Brasil precisa.

Agência Senado

Fonte:

<http://www12.senado.leg.br/noticias/audios/2015/04/cct-debate-o-fundo-de-financiamento-estudantil>



Audiência Pública destinada a debater o tema “Agenda e Prioridades do Ministério das Comunicações para o biênio 2015/2016”

Requerimento de realização de audiência:

– RCT 03/2015, de autoria do Senador Cristovam Buarque.

CONVIDADO

- **Ricardo Berzoini**
Ministro de Estado das Comunicações – MiniCom

Governo quer garantir banda larga de qualidade a 95% da população até 2018, diz Berzoini

12/05/2015

Até 2018, o Programa Banda Larga para Todos vai garantir a 95% da população brasileira acesso à internet banda larga de qualidade por um preço acessível e velocidade média de 25 Mbps por segundo, chegando a 300 milhões de conexões fixas e móveis à internet. Foi o que garantiu o ministro das Co-

municações, Ricardo Berzoini, em audiência pública da Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação (CCT), nesta terça-feira (12). O projeto está em fase de elaboração pelo ministério.

Atualmente, a banda larga brasileira tem velocidade média de 5 Mbps, com cerca de 197 milhões de acessos móveis e fixos, e o investimento na ampliação da rede de fibra ótica também consta do programa. A meta é garantir a 45% dos domicílios urbanos o acesso via fibra ótica. Também se pretende ampliar a velocidade de conexão nas escolas públicas, para viabilizar os trabalhos pedagógicos.

Fibras óticas na Amazônia

Berzoini mencionou as dificuldades regionais para garantir a universalização, especialmente nos estados das Regiões Norte e Nordeste, onde a maior parte dos acessos é feita via satélite, um mecanismo mais instável do que a fibra ótica, meio mais raro nesses territórios. Além do lançamento de mais um satélite em 2016, para garantir internet onde não há a fibra, ele revelou haver um estudo, com a participação das Forças Armadas, para instalar fibra ótica subaquática nos leitos dos rios da região amazônica, o que garantiria capilaridade. Os custos para isso são estimados em R\$ 6 bilhões a R\$ 8 bilhões, mas a obra é fundamental para assegurar o ensino a distância, a segurança das regiões e a integração econômica.

— Passar fibra ótica na floresta é complicado em termos ambientais, é mais fácil lançar nos rios — explicou.

Também é meta do ministério ampliar o número de municípios brasileiros atendidos com internet móvel 3G, passando dos atuais 3.805 para 4.994 (universalização prevista para 2019) e com 4G das atuais 323 cidades para 1.142. Também já está em fase de estudo a implantação do 5G, sempre buscando a ampliação das funcionalidades e velocidade de transmissão de dados.

Mudança no Fust

Walter Pinheiro (PT-BA) defendeu o “destravamento” dos recursos do Fundo de Universalização das Comunicações (Fust) para ampliar o acesso à banda larga, no que obteve apoio de Berzoini. O ministro defendeu ainda mudanças na lei do Fust, para permitir a sua aplicação em outros serviços além da telefonia fixa.

Berzoini também mencionou os preços dos serviços de telefonia, ainda altos, mas que vêm caindo paulatinamente. Ele citou como uma das causas do alto preço o sistema tributário brasileiro, especialmente o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), e elogiou a postura da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) de promover a redução dos valores da tarifa de interconexão, hoje em R\$ 0,16, mas que deve chegar a R\$ 0,02 até 2019.

Ao ser questionado pelo senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) sobre os cortes no orçamento para o setor, Berzoini afirmou que está trabalhando para a preservação de recursos especialmente para os investimentos no satélite e no cabo de fibra ótica de interligação Fortaleza-Lisboa.

— Achamos que o tratamento orçamentário da questão de telecomunicações deve ser um tratamento diferenciado — opinou.

TV Digital

Outro processo em andamento no ministério é o desligamento da TV analógica, que será substituída pela TV digital. A meta de apagamento também foi estabelecida para 2018, ou quando o sinal digital alcançar 93% dos domicílios brasileiros em cada município ou região. As primeiras cidades, Brasília e Rio Verde (GO), já deixarão de receber o sinal analógico em 2016.

— A nossa meta é manter o calendário até 2018, mas, evidentemente, com a sensibilidade de observar que nós não podemos privar nenhuma pessoa, nenhum domicílio do serviço de radiodifusão ao qual está acostumado para ver o esporte, para assistir a qualquer programa de entretenimento, enfim, para todas as suas atividades de comunicação — garantiu.

O ministro acrescentou ainda que há recursos reservados para a doação de conversores e antenas para as 14 milhões de famílias beneficiárias do Bolsa Família, e a ideia é garantir a integração digital dessa população mais carente por meio de conversores interativos.

Radiodifusão

Ricardo Berzoini também pediu a colaboração do Congresso Nacional para modernizar a legislação da radiodifusão brasileira, que ele considerou burocrática. Ele lembrou que a lei em vigor é de 1962, de uma época em que não havia conceito de rede de televisão, não existia a internet e muito menos a telefonia móvel, ou seja, o sistema de telecomunicações não era tão complexo e desafiador como hoje.

Ele instigou a realização de debates com a sociedade civil, com os radiodifusores, com os teóricos do setor, para a formulação de uma proposta que atualize essa legislação, sempre mantendo o pressuposto da liberdade de expressão, cláusula pétrea da Constituição.

O ministro afirmou que a burocratização e a lentidão nos processos de outorga afetam tanto veículos comerciais quanto educativos ou comunitários

— Temos que encontrar meios para acabar com a sensação de que há interesses políticos na concessão de outorgas de radiodifusão — disse.

O senador Omar Aziz (PSD-AM) concordou com o ministro, e classificou a legislação atual de “obsoleta”.

Como a audiência foi interativa, internautas questionaram a suposta obtenção de outorgas de radiodifusão a parlamentares, o que feriria a Constituição. Berzoini pediu que seja feita uma denúncia formal ao Ministério, para que de lá a demanda seja encaminhada ao Ministério Público, por exemplo.

Homenagem a Luiz Henrique

O presidente da CCT, senador Cristovam Buarque (PDT-DF), encabeçou uma homenagem ao senador Luiz Henrique, morto no último domingo.

— Poucos senadores na história deste país tiveram tão clara a consciência da importância do avanço científico e tecnológico na construção da nação, como ministro que ele foi, com os discursos que ele fez, com a postura que ele teve como senador — disse Cristovam.

Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) lembrou da participação de Luiz Henrique na elaboração da Constituição e considerou sua perda lamentável para a política brasileira. Omar Aziz (PSD-AM) citou a história do senador na luta pela redemocratização brasileira, quando ainda era do MDB.

Já o senador Helio José (PSD-DF) registrou a tristeza que percebeu na população de Joinville na ocasião do enterro do senador, o que demonstra como Luiz Henrique era querido e respeitado. O próprio ministro Ricardo Berzoini se disse enlutado pela perda do senador, um “homem de diálogo, de firmeza nas suas ideias, mas muita qualidade na relação política e na relação humana”.

Agência Senado

Fonte:

<http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2015/05/12/governo-quer-garantir-banda-larga-de-qualidade-a-95-da-populacao-ate-2018-diz-berzoini>

DIA 25/05/2015 – 15ª REUNIÃO



Audiência Pública destinada a debater o tema “Análise da alocação atual de recursos humanos em Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil”

Requerimento de realização de audiência:

– RCT 18/2015, de autoria do Senador Cristovam Buarque.

CONVIDADOS

- **Ângela Brusamarello**
Diretora da Secretaria de Controle Externo do Desenvolvimento Econômico do Tribunal de Contas da União – SecexDesen/TCU
- **Márcio Braz**
Diretor da Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação do Tribunal de Contas da União – Sefti/TCU
- **Marcos de Oliveira Ferreira**
Diretor do Departamento de Programas Especiais da Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SOF/MPOG
- **Michelangelo Giotto Santoro Trigueiro**
Professor do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília – UnB

- **Cristian de Oliveira Lima**

Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI

Investimentos para ciência e tecnologia estão em queda no país, revela técnica do TCU

25/05/2015

Os investimentos federais em ciência e tecnologia estão em declínio, revelou a técnica do Tribunal de Contas da União, Ângela Brusamarello durante audiência pública que a Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação, Inovação e Informática (CCT) realiza neste momento no Senado.

Diretora da Secretaria de Controle Externo do Desenvolvimento Econômico do TCU, ela confirmou que, no que se refere a investimento, o orçamento do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação caiu de 0,90% em 2004 para 0,80% em 2013, em relação ao total previsto no Orçamento Geral da União (OGU).

Na abertura da audiência pública, o presidente da CCT, senador Cristovam Buarque (PDT-DF), fez uma série de questionamentos aos participantes, que deverão balizar a reunião, da qual participam representantes do governo federal, da Universidade de Brasília (UnB) e do Tribunal de Contas da União (TCU).

Cristovam questionou se é viável a reivindicação de representações de cientistas, que cobram a alocação de pelo menos 2% do Produto Interno Bruto (PIB) para investimentos no setor. Perguntou ainda se em virtude do ajuste fiscal os investimentos na área já estariam caindo. Quis saber qual a situação atual dos fundos setoriais e se é verdade a reclamação de cientistas de que o Orçamento voltado para pesquisa e inovação estaria caindo para favorecer o programa Ciência sem Fronteiras.

Também pediu sugestões para a atualização da Lei da Inovação, vigente desde 2004; apresentou a pauta de grupos de pesquisadores com o objetivo de reduzir a burocracia na liberação dos recursos; e, por fim, questionou se há uma política de internacionalização dos institutos nacionais de pesquisa.

Agência Senado

Fonte:

<http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2015/05/25/investimentos-para-ciencia-e-tecnologia-estao-em-queda-no-pais-revela-tecnica-do-tcu>

Investimento em ciência "não vem dando resultados", reclama auditora do TCU

25/05/2015

Respondendo a questionamento feito pelo senador José Medeiros (PPS-MT), a representante do Tribunal de Contas da União (TCU) na reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) que discutiu investimentos no setor, Ângela Brusamarello, revelou que o país não dispõe de instrumentos adequados para medir o impacto das políticas orçamentárias nesta área.

Brusamarello mostrou que os levantamentos do órgão indicam que o Ciência sem Fronteiras, por exemplo, vem sendo muito mais usado para a formação educacional dos estudantes universitários do que em resultados práticos visando o desenvolvimento científico e tecnológico do país. Apesar disso, ela reconheceu os méritos desta política pública, assim como o presidente da comissão, Cristovam Buarque (PDT-DF), cobrando apenas que ela passe a ter "mais foco" em pesquisa.

A técnica do TCU revelou ainda que o Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Ciência e Tecnologia (FNDCT) só passará a produzir relatórios anuais de balanço sobre suas políticas a partir deste ano. Isto porque foi cobrado pelo Tribunal de Contas da União no ano passado. Afirmou ainda que as renúncias fiscais adotadas para o setor há 20 anos têm sido muito mais utilizadas pelas empresas beneficiadas como fluxo de caixa do que de fato na promoção de novas políticas de pesquisa e inovação.

Brusamarello mostrou também que o Ministério da Ciência e Tecnologia não possui instrumentos práticos para mensurar o risco de erro das políticas públicas que aplica.

— Muitos contratos de gestão formalizados com organizações sociais não produziram qualquer resultado, apesar de receberem financiamento já há diversos anos — disse.

O representante do Ministério na audiência, Cristian Lima, informou que o ministro Aldo Rebelo definiu como prioridade a criação de um Grupo de Trabalho visando o fortalecimento das estruturas de fiscalização e monitoramento. Também em resposta a Medeiros, Lima acredita que o aumento dos investimentos na área para 2% do PIB, como quer a pasta, contribuirá para desburocratizar o setor.

Cobranças

Além dos pontos já destacados, Medeiros mostrou estudos demonstrando que o país demora em média 11 anos para conceder uma patente, sendo que na área das telecomunicações esta média passa para 14 anos.

— Se Mark Zuckerberg (criador do Facebook) ou Steve Jobs (fundador da Apple) fossem brasileiros, talvez até hoje as redes sociais não teriam sido criadas — afirmou.

O senador mato-grossense reclamou ainda do fato das universidades, a seu ver, continuarem em geral "distantes" dos problemas reais vividos pelas comunidades onde atuam, e da falta de controle por parte do poder público quanto aos resultados práticos das pesquisas realizadas.

O mesmo ponto foi abordado por outro participante, o sociólogo Michelangelo Giotto, da Universidade de Brasília (UnB), que defende que instituições como a CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) e o CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) induzam investimentos mais efetivos em áreas como a mobilidade urbana, educação e saúde da mulher.

O pesquisador ainda cobrou do governo um acompanhamento mais crítico das políticas de cotas nas universidades, defendendo que em algumas áreas elas "não dão os resultados esperados" por serem aplicadas isoladamente.

O senador Helio José (PSD-DF) aprofundou gestões durante a reunião, em articulação com Cristovam, junto ao Ministério visando a "efetiva implantação" da Cidade Digital no Distrito Federal. Cristian Lima garantiu que vê os investimentos no fortalecimento da Cidade Digital como "positivos", devido ao grande potencial que o Ministério percebe dentro deste setor no Distrito Federal.

Respondendo a questionamento de Cristovam, Lima admitiu ainda que o contingenciamento anunciado pelo governo na última sexta-feira (22) afetará os investimentos da pasta durante o ano, apesar de ainda não poder fornecer os números exatos e consolidados por enquanto. Mas garantiu que a pasta enviará este balanço à comissão o mais rapidamente possível.

No início do encontro, Brusamarello mostrou estudos do TCU já demonstrando que os investimentos do Ministério em pesquisa caíram, entre 2004 e 2013, de 0,90% para 0,80% do Orçamento Geral da União (OGU). Este balanço foi confirmado por Lima, que admitiu que o orçamento hoje para a área, somando as destinações públicas e privadas, estaria por volta de 1,8% do PIB. Mas nesta totalização estão incluídos também o custeio da infraestrutura e o pagamento de pessoal.

Ainda segundo os levantamentos destacados por Giotto, o país não destoa tanto da média mundial no que tange à destinação de recursos.

— Sou a favor da meta de 2% do PIB no PPA (Plano Plurianual), mas existem outros problemas estruturais. Talvez o mais grave deles seja o de, na prática, empregarmos poucos cientistas dentro de nosso país.

Agência Senado

Fonte:

<http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2015/05/25/investimento-em-ciencia-nao-vem-dando-resultados-reclama-auditores-do-tcu>

Aplicação de 2% do PIB em ciência e tecnologia tem apoio de representante do governo

25/05/2015

Em sua fala durante audiência da Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT), que discute as políticas orçamentárias para o setor, o representante do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, Cristian Lima, revelou que somados os recursos públicos e privados, os investimentos na área estariam hoje por volta de 1,8% do Produto Interno Bruto (PIB).

Lima afirmou que os números consolidados mais recentes, de 2012, mostram que os dispêndios totalizados estavam em 1,74% do PIB. Mas o representante do governo explica que esses números incluem gastos com pagamento de pessoal e custeio da máquina, e que os investimentos em pesquisa de fato sofreram uma queda entre 2004 e 2013, como revelou na audiência a técnica do TCU Ângela Brusamarello.

O representante do governo acrescentou que sua pasta fará gestões junto ao Ministério do Planejamento para que o próximo Plano Plurianual (PPA), a ser aprovado este ano para valer até 2019, inclua a meta de 2% do PIB para ciência e tecnologia, como defendem as associações de cientistas do país.

Agência Senado

Fonte:

<http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2015/05/25/aplicacao-de-2-do-pib-em-ciencia-e-tecnologia-tem-apoio-de-representante-do-governo>

DIA 26/05/2015 – 16ª REUNIÃO



Audiência Pública de Instrução ao Projeto de Lei da Câmara nº 70, de 2014, que tramita em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nº 438, de 2013, e nº 45, de 2014, para dispor sobre a vedação da utilização de animais em atividades de ensino, pesquisas e testes laboratoriais com substâncias para o desenvolvimento de produtos de uso cosmético em humanos e aumentar os valores de multa nos casos de violação de seus dispositivos.

Requerimento de realização de audiência:

– RCT 29/2015, de autoria do Senador Cristovam Buarque.

CONVIDADOS

- **José Mauro Granjeiro**
Coordenador do Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – CONCEA/MCTI
- **Thales de Astrogildo e Tréz**
Professor do Instituto de Ciência e Tecnologia da Universidade Federal de Alfenas – UNIFAL/MG
- **Vânia de Fátima Plaza Nunes**
Diretora Técnica do Fórum Nacional de Proteção e Defesa Animal – FNPDA

- **Márcio Lorencini**
Gerente de Avaliação de Produtos e Assuntos Regulatórios do Grupo Boticário
- **Joel Majerowicz**
Assessor da Diretoria de Gestão da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA
- **Ricardo Izar**
Deputado Federal
- **Frank Alarcón**
Representante no Brasil da Cruelty Free International
- **George Guimarães**
Presidente da ONG Vegetarianismo Ético, Defesa dos Direitos Animais e Sociedade – VEDDAS

Projeto que restringe uso de animais em testes de cosméticos ainda longe de consenso

26/05/2015

A restrição ao uso de animais em testes na indústria de cosméticos, higiene pessoal e perfume, estabelecida no Projeto de Lei da Câmara (PLC) 70/2014, ainda parece longe de consenso, segundo ficou demonstrado em audiência pública sobre o tema promovida nesta terça-feira (26) pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT).

Conforme o texto, os testes só serão admitidos em produtos com ingredientes que tenham efeitos desconhecidos no ser humano e caso não haja outra técnica capaz de comprovar a segurança das substâncias. Mas a abrangência da proposta dividiu os participantes da audiência. Ativistas se opõem ao uso de qualquer animal em experimentos, argumentando que os testes com animais, além de submeterem os bichos ao sofrimento, não trazem resultados precisos. O Conselho Nacional de Experimentação Animal (Concea), por sua vez, avalia que as pesquisas com animais ainda são necessárias porque não podem ser substituídas em todos os casos.

A controvérsia em torno da questão levou a um impasse: aprovar o projeto da forma como está para tentar garantir algum avanço na proteção dos animais ou promover mudanças no texto e lidar com a possibilidade de o país ter que aguardar mais tempo pela vedação – ainda que parcial – do uso de animais em testes de cosméticos.

A proposta original baniu qualquer uso de animal na indústria cosmética, o que não foi aceito pelo governo, conforme o autor do projeto, o deputado Ricardo Izar (PSD-SP). Ele reconheceu a limitação da proposta, mas defendeu sua aprovação.

— Nós vamos ter que esperar aí quatro, cinco, vinte anos talvez [se o projeto for alterado e retornar à Câmara], enquanto que, de uma forma ou de outra, ele sendo aprovado da forma que está, estaria começando a salvar uma parte dos animais agora – defendeu Izar.

Prazo

Mas para Vânia de Fátima Plaza Nunes, da ONG Fórum Nacional de Proteção e Defesa Animal, o texto atual cria, na prática, um regime especial para empresas do setor de cosméticos. O problema, segundo ela, está principalmente no parágrafo 8º do Art. 14 do projeto. Conforme o trecho, os testes

em animais para produtos cosméticos poderão ser realizados em um período de até cinco anos após o reconhecimento da técnica alternativa (sem animais) capaz de comprovar que o produto ou ingrediente é seguro para uso humano.

— Muitas vezes prazos dão alternativas para que situações críticas se mantenham – avaliou Vânia.

Para o presidente da ONG VEDDAS, George Guimarães, a aprovação do projeto da forma que está, representa, na verdade, um retrocesso. Ele defendeu a proibição total dos testes em animais.

— Nossa posição é que é melhor que levem anos do que aprovar como está – disse Guimarães ao recomendar a supressão do parágrafo 8º.

Embora a área científica tenha dado um passo significativo no desenvolvimento de métodos alternativos em substituição ao uso de animais nos experimentos, há ainda um longo caminho a percorrer para substituir todos os ensaios com animais, conforme o coordenador do Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal, José Mauro Granjeiro. O prazo de cinco anos, segundo ele é necessário porque o país não dispõe de laboratórios capazes de seguir todos os princípios de boas práticas de laboratório (BPL), cujo objetivo é garantir a geração de dados confiáveis e de alta qualidade.

— Se a mudança for imediata, a repercussão também é imediata, eles (as empresas) acabam mandando os ensaios para fora do país – disse Granjeiro.

Relator do PLC 70/2014, que regula a questão, o senador Cristovam Buarque (PDT-DF), disse que vai estudar se a retirada do parágrafo 8º representará apenas um ajuste de redação ou uma mudança de mérito, o que acarretaria o retorno do projeto à Câmara dos Deputados. A opinião do senador é de que é preciso acabar com a utilização de animais em testes laboratoriais voltados para a produção de produtos cosméticos. Ele ponderou, contudo, não concordar com limitações a pesquisas de novos tratamentos para doenças humanas.

— A gente vai colocar a defesa dos direitos dos animais na frente, por exemplo, das pesquisas para acabar com a raiva, com o Parkinson, com o Alzheimer, com o câncer? Eu não fiz essa opção tão grande pelos animais, contra o bem-estar e a saúde dos seres humanos – disse Cristovam.

O senador, que é também presidente da CCT, se disse surpreso com as manifestações de internautas por meio de canais de interatividades do Senado, que, segundo Cristovam, foram unânimes em condenar os testes com animais.

Métodos Alternativos

Segundo o Concea, os testes clínicos em animais são necessários para a avaliação de segurança e eficácia de medicamentos e cosméticos, dentre outros produtos, para atender às necessidades da população. A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) também defende a aprovação do projeto. Assessor do órgão, Joel Majerowicz, observou que o principal objetivo dos testes em animais é encontrar soluções para o tratamento efetivo ou preventivo de determinadas doenças.

De acordo com o professor Thales de Astrogildo e Tréz, da Universidade Federal de Alfenas (MG), os estudos de toxicidade, que avaliam os efeitos de substâncias químicas sobre os organismos, utilizam apenas 9% dos animais hoje submetidos a testes. Para ele, os testes com animais não trazem resultados precisos.

— O fato é que existem estudos recentes que têm revelado a discrepância entre dados obtidos em animais e humanos – assinalou.

Márcio Lorencini, gerente de Avaliação de Produtos e Assuntos Regulatórios do Grupo Boticário, afirmou que a empresa não realiza testes que envolvam o uso de animais no desenvolvimento de seus produtos.

Projeto

O Projeto de Lei da Câmara (PLC) 70/2014, que trata do assunto, tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado (PLS) 438/2014, de autoria do senador Valdir Raupp (PMDB-RO), e o PLS 45/2014, do senador Álvaro Dias (PSDB-PR).

Conforme o texto em discussão, a pesquisa em animais será banida quando os ingredientes utilizados em cosméticos, perfumes, ou produtos de higiene pessoal forem comprovadamente seguros para uso humano ou quando se tratar de produto cosmético acabado, a ser definido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

Quando houver produto com efeito desconhecido, a proibição de uso de animais só será aplicada em até cinco anos contados do reconhecimento de uma técnica alternativa.

Instituto Royal

O debate sobre o uso de animais em testes e pesquisas de cosméticos ganhou força após o caso do Instituto Royal. Em outubro de 2013, 178 cães da raça Beagle e sete coelhos usados em pesquisas foram retirados por ativistas e moradores de São Roque, no interior paulista, de uma das sedes do instituto.

Agência Senado

Fonte:

<http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2015/05/26/projeto-que-restringe-uso-de-animais-em-testes-de-cosmeticos-ainda-longo-de-consenso>

DIA 02/06/2015 – 17ª REUNIÃO



Audiência Pública destinada a tratar da transição para o sistema de TV digital terrestre e apresentar as formas de garantia de acesso da população em geral, especialmente dos segmentos de menor renda, aos equipamentos necessários ao uso das ferramentas de interatividade e de ingresso nos sistemas de atendimento público que serão oferecidos por meio da TV digital.

Requerimentos de realização de audiência:

- RCT 22/2015, de autoria do Senador Hélio José;
- RCT 28/2015, de autoria do Senador Valdir Raupp;
- RCT 32/2015, de autoria do Senador Hélio José; e
- RCT 33/2015, de autoria do Senado Hélio José.

CONVIDADOS

- **Emiliano José da Silva Filho**
Secretário de Comunicação Eletrônica do Ministério das Comunicações
- **Rodrigo Zerbone Loureiro**
Presidente do Grupo de Implantação do Processo de Redistribuição e Digitalização de Canais de

TV e RTV – GIRED

- **Nelson Breve**
Diretor-Presidente da Empresa Brasil de Comunicação S.A. – EBC
- **Antônio Carlos Martelleto**
Diretor da Entidade Administradora do Processo de Redistribuição e Digitalização dos Canais de TV e RTV – EAD
- **Luiz Cláudio Costa**
Presidente da Associação Brasileira de Rádio e Televisão – ABRATEL
- **Luis Roberto Antonik**
Diretor-Geral da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão – ABERT e Representante da Associação Brasileira de Radiodifusores – ABRA

TV digital: debate expõe preocupação com famílias que podem ficar sem sinal

02/06/2015

A contagem regressiva para o fim da transmissão analógica da TV aberta já começou. Até novembro de 2018, os transmissores analógicos vão ser gradativamente desligados em todo o país, ainda que 7% da população de cada município não consiga atualizar seus aparelhos. No dia 25 de novembro de 2015, o município de Rio Verde (GO) será o primeiro no país a contar apenas com sinal digital. A mudança do modelo garante que os usuários tenham acesso a melhor qualidade de som e imagem, além de outras vantagens, como multiprogramação e interatividade. Por outro lado, exige que as famílias tenham televisor com conversor embutido (caso dos televisores mais modernos) ou um conversor.

Garantir que todas as famílias, especialmente as de baixa renda, tenham acesso ao serviço é uma das preocupações que ficaram evidentes durante audiência pública na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) nesta terça-feira (2). A meta de recepção em 93% dos domicílios foi estabelecida pelo Grupo de Implantação da Digitalização da TV (Gired). Para diminuir a margem daqueles que podem ficar sem qualquer sinal de televisão em casa, o governo prometeu que os cerca de 14 milhões de beneficiários do programa Bolsa Família receberão conversores de TV digital e antenas de graça.

De acordo com o secretário de Comunicação Eletrônica do Ministério das Comunicações, Emiliano José da Silva Filho, a preocupação do governo é assegurar a inclusão digital de todos os setores:

— A política do governo tem uma preocupação essencial de que não haja duas tevês: uma para aqueles que têm maior poder aquisitivo e outra para os mais pobres. O governo tem a clara noção que essa conquista da televisão digital deve servir a todos — afirmou.

Conversor

O conversor interativo dará ao telespectador a possibilidade de acessar aplicativos e programas com uma série de facilidades, como marcação de consultas médicas do Sistema Único de Saúde (SUS), vagas de emprego, extrato do Bolsa Família, entre outros serviços do governo. Esse é o objetivo do projeto piloto Brasil 4D, criado e desenvolvido pela Empresa Brasil de Comunicação (EBC). O programa foi apresentado pelo diretor-presidente da EBC, Nelson Breve.

Mas representantes das emissoras de rádio e TV temem que uma parcela da população que não recebe o Bolsa Família fique sem acesso a esses serviços e mesmo sem poder assistir TV. Foi o que apontou o presidente da Associação Brasileira de Rádio e Televisão (Abratel), Luiz Claudio Costa. Segundo ele, mais da metade das famílias brasileiras ainda têm TV de tubo. E nem todas têm condições de comprar uma TV digital ou um conversor.

— Nós queremos ter TV digital para uma fatia da população ou queremos ter TV digital livre e aberta para todos? —questionou.

Quarta Geração

Com o desligamento do sinal analógico, haverá a liberação da subfaixa de 700 megahertz, atualmente ocupada por canais de TV aberta em tecnologia analógica. Essa radiofrequência será utilizada para ampliar a disponibilidade do serviço de telefonia e internet de quarta geração (4G LTE). Mas o diretor-geral da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), Luis Roberto Antonik, teme a interferência do sinal 4G na TV digital. Mesma preocupação manifestou o senador Walter Pinheiro (PT-BA). Segundo Rodrigo Zerbone Loureiro, presidente do Grupo de Implantação da Digitalização da TV, a possibilidade de interferência é pequena se forem instalados filtros. Ele acrescentou que Anatel, Ministério das Comunicações e emissoras estão trabalhando em conjunto para instalar uma rede complementar de antenas e retransmissoras que garantam a totalidade da cobertura do país.

Campanha

Loureiro destacou ainda que a quantidade de brasileiros que pode ter de lidar com o sinal cortado dependerá do êxito das campanhas de conscientização sobre o desligamento do sinal analógico.

— Todas as experiências internacionais de sucesso [na migração do sistema] tiveram uma comunicação bem-feita. Houve alguns problemas graves de comunicação em todas as experiências que não foram bem-sucedidas — disse o presidente do Gired.

Em cada cidade onde ocorrer o desligamento, a população começará a ser informada um ano antes, por meio de inserções diárias na programação televisiva. A letra “A” vai aparecer no alto da tela da TV para indicar que o canal ainda é analógico. Uma tarja com informações como a data do desligamento e as formas de tirar dúvidas sobre o fim das transmissões analógicas também será veiculada. Dois meses antes, também vai aparecer uma indicação no alto da tela com a contagem regressiva para o desligamento.

O telespectador de qualquer região poderá tirar dúvidas por meio de uma central de atendimento, que funcionará 24 horas por dia. O número do telefone é 147. Além disso, é possível consultar informações sobre o assunto por meio do *site* www.vocenatvdigital.com.br

Também participaram da audiência pública desta terça-feira, presidida pelo senador Hélio José (PSD-DF), o diretor da Entidade Administradora do Processo de Redistribuição e Digitalização dos Canais de TV e RTV (EAD), Antonio Carlos Martelleto, e a diretora de Comunicação Social do Senado, Virgínia Malheiros Galvez.

O calendário de desligamento do sinal analógico vai até 2018. O sistema só poderá ser extinto, porém, quando ao menos 93% da população local estiver recebendo o sinal digital.

Agência Senado

Fonte:

<http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2015/06/02/tv-digital-debate-expoe-preocupacao-com-familias-que-podem-ficar-sem-sinal>

**DIA 16/06/2015 – 9ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES PERMANENTES
(19ª REUNIÃO DA CCT E 18ª REUNIÃO DA CAE)**



Audiência Pública destinada a discutir as diretrizes e perspectivas do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC para o ano de 2015, bem como a agenda e prioridades associadas às políticas de ciência, tecnologia, inovação e competitividade, no Brasil, para o biênio 2015/2016.

Requerimentos de realização de audiência:

- RCT 16/2015, de autoria do Senador Cristovam Buarque;
- RCT 34/2015, de autoria do Senador Cristovam Buarque e Hélio José; e
- RQE 11/2015, de autoria do Senador Douglas Cintra.

CONVIDADO

- **Armando Monteiro**
Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Ministro do Desenvolvimento defende mudanças em sistema tributário “quase caótico”

16/06/2015

O ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Armando Monteiro, defendeu nesta terça-feira (16) mudanças no sistema tributário, que considerou "quase caótico". Ao participar de audiência pública conjunta das comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Ciência e Tecnologia (CCT), o ministro, que é senador licenciado, reconheceu que o Brasil tem um sistema complexo e disfuncional, que ainda tributa investimento e exportação, ao contrário da maioria dos países.

A simples eliminação de muitas das chamadas obrigações acessórias, como são chamadas rotinas burocráticas exigidas das empresas pelo governo, poderia gerar melhoria no ambiente de negócios no Brasil, conforme avaliação do ministro. Um dos exemplos citados ocorre nas contribuições para o PIS/Cofins, pois "convivem muitos regimes diferentes no mesmo ambiente" – o cumulativo, o não cumulativo e o de créditos presumido.

O ministro informou que estão avançados os estudos para a implantação, na cobrança do PIS/Cofins, de um sistema semelhante ao modelo europeu do imposto sobre valor adicionado (IVA), ou seja, o pagamento em cada uma das fases do processo de produção. Para o ministro trata-se de um "sistema muito simples de apropriação, débito e crédito".

Armando Monteiro deixou claro que a mudança "não se traduzirá numa desoneração a curto prazo, mas vai ajudar imensamente o ambiente de operação das empresas".

Em resposta ao senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), o ministro disse que é fundamental que a ação dos agentes da federação se harmonize com os objetivos da própria federação. Citou o caso da energia, que sofre pesada tributação em alguns estados, "afetando a competitividade da produção nacional".

Armando Monteiro disse que a discussão do sistema tributário envolve, portanto, o pacto federativo, porque "os estados precisarão de compensações ao abrir mão de bases tradicionais de tributação". O ministro defendeu também a redução das alíquotas interestaduais do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), que considerou um dos entraves à competitividade.

O senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) afirmou que o problema não é só desonerar, mas simplificar "para que as pessoas possam trabalhar". Na avaliação do parlamentar, a mudança não poderá se restringir ao ICMS, sob o risco de empurrar o problema para "o lado mais fraco da questão", os estados.

Reintegra

O senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) perguntou a razão de o governo não estar ressarcindo as companhias com o Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras (Reintegra). Esse regime tem por objetivo devolver, parcial ou integralmente, o resíduo tributário remanescente na cadeia de produção de bens exportados.

Ao regulamentar o Reintegra com o Decreto 8.415/2015, o governo federal reduziu esse crédito, que era de 3%, para 1%, entre 1º de março de 2015 e 31 de dezembro de 2016.

Armando Monteiro disse que, na discussão do ajuste das contas públicas, alguns setores defenderam o fim do Reintegra, porque, com a flutuação do câmbio, o setor exportador já teria obtido uma compensação. Ele disse ter lutado "de maneira muito efetiva" dentro do governo pela manutenção do mecanismo, que acabou tendo a redução de 3% para 1%.

Exportação de serviços

Questionado por vários senadores, como Gleisi Hoffmann (PT-PR), Ana Amélia (PP-RS) e Omar Aziz (PSD-AM), o ministro defendeu o financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) à exportação de serviços de engenharia. Esse apoio ajudou obras como o Porto de Mariel, em Cuba, e o Metrô de Caracas, na Venezuela, entre outras.

Armando Monteiro lamentou o que considerou "debate enviesado" da questão e observou que as exportações de serviços recebem apoio de agências especializadas nesse tipo de financiamento em todo o mundo. A atividade, acrescentou, tem um ciclo longo, que se desenvolve por vários anos.

— O financiamento é mais importante do que o próprio preço do serviço. Se não houver um mecanismo de financiamento adequado, não se exportam serviços de engenharia.

Plano nacional

O ministro disse que está ultimando a proposta de um Plano Nacional de Exportação, que será lançado ainda este mês. Um dos pilares é a adoção de uma política comercial mais ativa, que reconheça a América do Norte como um mercado importante para o país. O objetivo é retirar o Brasil da condição de economia ainda fechada – apenas 20% do produto interno bruto (PIB) são exportados, marca que corresponde à metade do que pratica a maioria dos países desenvolvidos.

Um dos obstáculos a serem removidos é representado pelas barreiras não tarifárias e, para isso, ele prometeu trabalhar para a "harmonização de normas técnicas" que impedem a entrada de produtos brasileiros nos Estados Unidos. Outro alvo é uma "ampla integração" com os países da Aliança do Pacífico (Chile, Colômbia, México, Peru e Costa Rica) e a conclusão do acordo dos blocos Mercosul- União Europeia.

Diante de uma "assimetria muito grande" entre os países que integram o Mercosul, Armando Monteiro considerou um desafio "construir uma posição de harmonização" nesse bloco para levar à negociação com a União Europeia. Apesar disso, considerou o Mercosul "um casamento indissolúvel que precisa discutir a relação permanentemente".

Concessões

O ministro considerou o programa de concessões do governo federal "absolutamente amigável" ao mercado, com "a compreensão de que não se podem criar modelos artificiais, querendo impor taxas de retornos que não sejam compatíveis com a realidade do mercado".

O relançamento desse plano, na avaliação de Armando Monteiro, ajuda a estimular os investimentos, com a participação do setor privado.

A audiência conjunta da CAE e da CCT, que durou quatro horas e 30 minutos, foi requerida pelos senadores Douglas Cintra (PTB-PE) e Cristovam Buarque (PDT-DF).

Agência Senado

Fonte:

<http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2015/06/16/ministro-do-desenvolvimento-defende-mudancas-em-sistema-tributario-quase-caotico>



Audiência Pública destinada a tratar do tema “Marco legal para o desenvolvimento de um Sistema Nacional de Conhecimento e Inovação – SNCI no Brasil: projetos em andamento e lacunas a preencher”.

Requerimento de realização de audiência:

– RCT 17/2015, de autoria do Senador Cristovam Buarque.

CONVIDADOS

- **Emília Maria Silva Ribeiro Curi**
Secretária Executiva do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI
- **Naomar Monteiro de Almeida Filho**
Reitor da Universidade Federal do Sul da Bahia – UFSB
- **Rafael Lucchesi Ramacciotti**
Diretor de Educação e Tecnologia da Confederação Nacional da Indústria – CNI
- **José Eduardo Krieger**
Pró-Reitor de Pesquisa da Universidade de São Paulo – USP

Audiência na CCT aponta entraves para desenvolvimento do país em ciência e tecnologia

22/06/2015

Atraso institucional e educacional, marco legal desatualizado, falta de recursos humanos e investimentos para o setor e falta de conexão entre universidade e empresariado foram alguns dos entraves citados por debatedores presentes em audiência pública da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) para o desenvolvimento brasileiro na área de ciência, inovação e tecnologia.

Para a Secretária Executiva do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), Emília Maria Silva Ribeiro, há um descompasso muito grande entre o investimento público e privado na área. Segundo ela, os governos estadual e federal vêm investindo recursos na área, mas as empresas brasileiras não estão engajadas e nem possuem a cultura de investir em pesquisa e inovação.

O reitor da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), Naomar Monteiro de Almeida Filho, afirmou que, para ele, a desigualdade estrutural na educação brasileira, na qual apenas uma minoria social tem acesso à universidade pública e ensino de qualidade, é o principal entrave para a inovação no país. Desconstruir a educação como fator de exclusão social, segundo Naomar, é uma medida urgente para que o país avance no setor.

Já o Pró-Reitor de Pesquisa da Universidade de São Paulo – USP, José Eduardo Krieger, acredita que, para o Brasil evoluir na área, o grande desafio é investir na expansão do ensino superior, focando na qualidade e relevância da produção universitária.

– Precisamos ter um sistema integrado e hierarquizado de educação superior, amplo e diversificado. Novas formas de ensinar e recrutamento de professores que fujam da mesmice – disse.

Avanços

A representante do MCTI, Emília Maria, citou a promulgação da Emenda Constitucional (EC) 85, que estimula o desenvolvimento científico, tecnológico e a inovação, e a aprovação da lei que institui o novo Marco Legal da Biodiversidade como avanços no setor, mas ressaltou que legislações ainda precisam ser revistas e a sociedade, juntamente com o Congresso, deve participar na elaboração de um projeto de lei consistente para regulamentar o tema nos próximos anos.

– O Congresso tem dado suporte imenso ao Ministério no assunto. É um local de debate muito importante – disse.

Emília afirmou que o Ministério vem apoiando e acompanhando de perto propostas referentes a área de ciência e tecnologia, entre elas, o PL 2.177/2011. O projeto muda a forma de atuação das instituições científicas e tecnológicas (ICT) públicas perante empresas e estimula a participação de pesquisadores junto a projetos de pesquisa por meio de parcerias com o setor privado.

Brasil no futuro

Para os debatedores, se o Brasil não der um salto em ciência e tecnologia, terá sérias dificuldades de se constituir como nação. O presidente da Comissão, senador Cristovam Buarque (PDT-DF), afirmou que o país continuará a viver um desastre completo de dependência.

– Hoje só vivemos se lá de fora mandarem remédios e equipamentos médicos – lamentou.

Cristovam explicou que o empresariado não busca inovar e defendeu a federalização da educação como forma de vencer um sistema de educação de base que exclui. Para ele, a medida é imprescindível para o país dar um salto em tecnologia.

O diretor de Educação e Tecnologia da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Rafael Lucchesi Ramacciotti, afirmou que, se o Brasil não conseguir se conectar na agenda científica e tecnológica mundial, sofrerá um retrocesso industrial e econômico.

– Precisamos de uma agenda superior do ponto de vista de volume de recursos, marco legal, capacidade de conexão com a inovação e seletividade na alocação de projetos estratégicos. Uma agenda voltada para o país e menos voltada a grupo de interesses – disse.

Agência Senado

Fonte: <http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2015/06/22/audiencia-na-cct-aponta-entraves-para-desenvolvimento-do-pais-em-ciencia-e-tecnologia>

DIA 29/06/2015 – 22ª REUNIÃO



Audiência Pública destinada a tratar da integração das universidades com o setor empresarial na promoção do avanço técnico-científico para a inovação.

Requerimento de realização de audiência:

– RCT 31/2015, de autoria do Senador Cristovam Buarque.

CONVIDADOS

- **Igor Manhães**
Diretor de Fomento à Inovação do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC
- **Milton Mori**
Diretor Executivo da INOVA – UNICAMP
- **Cláudio José Marinho Lúcio**
Consultor
- **Luís Afonso Bermúdez**
Decano de Administração da Universidade de Brasília – UnB

- **Célio Cabral de Sousa Júnior**

Gerente da Unidade de Acesso à Inovação e Tecnologia do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE

Participantes de debate criticam obstáculos à inovação no Brasil

29/06/2015

O aprimoramento da atual legislação, a redução da burocracia e a definição de um regime próprio de aquisições para a pesquisa estiveram entre as sugestões apresentadas nesta segunda-feira (29) em audiência pública sobre a integração entre universidades e empresas em favor da inovação tecnológica. O evento foi realizado na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), por iniciativa do senador Cristovam Buarque (PDT-DF), que presidiu a reunião.

O Brasil hoje abriga 94 parques tecnológicos, segundo o diretor de Fomento à Inovação do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Igor Manhães. Em sua opinião, os núcleos de inovação tecnológica das universidades são fundamentais para o sucesso da integração, mas precisam de mais autonomia na negociação de projetos com as empresas, o que demora muito devido à burocracia.

– É fundamental que os núcleos tenham orçamento próprio para gerir atividades. Precisam de pessoal qualificado, com experiência de mercado e que conheça a realidade da universidade. Os alunos saem da universidade com ideias boas, mas sem conhecimento da realidade de mercado. Precisamos pensar em novas formas de integração entre o empreendedor, a universidade e as novas tecnologias – afirmou.

“Empresas-filhas”

O diretor-executivo da Inova/Unicamp, Milton Mori, destacou o papel pioneiro da universidade na integração com empresas. A Unicamp, afirmou, mantém hoje afiliadas 254 “empresas-filhas”, fundadas por ex-alunos e professores da instituição para a criação de patentes, sobretudo em aplicativos de tecnologia da informação (TI) e engenharia, entre outras áreas. A universidade mantém vigentes 945 patentes.

Entre os entraves à inovação, Mori citou a existência de normas regulatórias e a falta de liberdade para a comercialização de patentes pela Unicamp. Ele também mencionou a Lei de Licitações, que ele classificou de “lei anticência”, além dos registros demorados no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), a elevada carga tributária e a morosidade na abertura de empresas.

– O INPI tem que ter autonomia, uma reestruturação forte para avançar na inovação. Sem isso o país não vai. No Canadá, [a abertura de empresas] leva cinco dias. Na Nova Zelândia, meio dia. Nós levamos, no Brasil, 105 dias – afirmou.

Ameaça à inovação

Para o consultor Cláudio José Marinho Lúcio, as leis trabalhistas são a principal ameaça à inovação no Brasil. Ele citou, como exemplo, o Porto Digital de Recife, que apontou como um dos mais bem-sucedidos na área de tecnologia da informação. Ele observou que o empreendimento, que funciona há 15 anos, reúne 250 empresas que empregam 7.500 pessoas, com faturamento acima de R\$ 1 bilhão.

– O lucro em atividade de pesquisa e inovação é a única forma de usar recursos livres. A maior parte dos recursos está vinculada à legislação, que ainda é muito armada, diante da fragilidade institucional que temos no país para fazer inovação – afirmou.

O consultor disse que os mecanismos que levariam o Brasil a inovar de forma competitiva ainda são precários e cobrou a regulamentação dos investimentos em incubação e a participação em *startups*, já previstas na Lei de Informática.

– É preciso avançar numa floresta de indefinições. É preciso priorizar o teor de inovação nos projetos pesquisados. Há ambiente de medo diante de tantas restrições. Evoluímos em parques tecnológicos. Precisamos de lei de *software*. Já temos a lei de *hardware*. Estamos atrelados às estratégias de empresas de *hardware* – afirmou.

DNA do estudante

Para o decano de Administração da Universidade de Brasília (UnB), Luís Afonso Bermúdez, a produção de boas patentes está ligada ao DNA do estudante de graduação e de pós-graduação, que precisa ser bem-formado. Ele também defendeu melhoria na gestão da transferência do conhecimento como forma de antecipar às demandas futuras da sociedade.

– Para que a gente tenha inovação e empreendedorismo, temos que ter transgressão e ambiente em que a gente permita isso, com curiosidade e criatividade. E isso é muito difícil hoje. Quem vai produzir não recebeu bagagem de pensar diferente a coisa nova. E nós não estamos ensinando nossa juventude a pensar na coisa nova – afirmou.

O representante da UnB observou que as grandes empresas não precisam de relação com a universidade, pois elas sabem onde está o conhecimento, ao contrário dos pequenos e médios empresários, que necessitam de apoio do governo. Em sua avaliação, o governo dever dar condições de operacionalizar missões de inovação à indústria, comércio, serviços e entidades que colaboram com desenvolvimento regional.

Bermúdez disse ainda que o regime jurídico único não serve para gerir parques científicos tecnológicos e incubadoras de empresas. Segundo ele, as compras e contratações precisam de regulamento próprio, a exemplo do que ocorre com o Sistema S, que reúne SENAI, SESC, SESI e outras entidades. O professor também afirmou que falta esclarecimento aos fiscais do trabalho, que na maioria das vezes promovem uma fiscalização sem levar em conta as especificidades da nova economia global.

Conhecimento

Para o gerente da Unidade de Acesso à Inovação e Tecnologia do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Célio Cabral de Sousa Júnior, o Brasil já atingiu certo patamar de conhecimento científico e tecnológico, o qual precisa ser transformado em realidade, sobretudo para os pequenos negócios.

Cabral disse que a herança cultural ibérica dificulta a relação universidade-empresa, que manifesta uma grande aversão ao risco, tanto do ponto de vista empresarial como do acadêmico, o que acaba causando conflito de interesses entre as partes.

Ele afirmou também que é necessário pensar em uma estratégia de longo prazo para ciência, tecnologia e inovação, para que os institutos de pesquisa mantenham uma diretriz mais ampla e não fiquem reféns de políticas adotadas a cada governo.

O representante do Sebrae avaliou ainda que é preciso facilitar o acesso do pequeno negócio ao conhecimento de ponta. Ele também criticou a Lei de Licitações (8.666/1993) e sugeriu a criação de um regime diferenciado de contratação (RDC) para investimentos em pesquisa e desenvolvimento.

– Não se pode usar a mesma lógica de fiscalização de construção de uma ponte ou estrada para conhecimentos intangíveis como a ciência e a inovação.

Agência Senado

Fonte: <http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2015/06/29/participantes-de-debate-criticam-obstaculos-a-inovacao-no-brasil>

DIA 30/06/2015 – 23ª REUNIÃO



Audiência Pública destinada a debater a situação da Biotecnologia no Brasil, em especial do Centro de Biotecnologia da Amazônia – CBA.

Requerimentos de realização de audiência:

- RCT 06/2015, de autoria dos Senadores Valdir Raupp e Telmário Mota;
- RCT 38/2015, de autoria dos Senadores Valdir Raupp e Marcelo Crivella;
- RCT 40/2015, de autoria dos Senadores Omar Aziz e Marcelo Crivella; e
- RCT 41/2015, de autoria dos Senadores Sandra Braga e Marcelo Crivella.

CONVIDADOS

- **Jailson Bittencourt de Andrade**
Secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI
- **Dácio Montenegro Mendonça**
Representante do Movimento Pró-CBA
- **Emmanuel Ribeiro Sales de Aguiar**
Superintendente Adjunto de Planejamento e Desenvolvimento Regional da Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA
- **Fernando Lourenço Nunes Neto**
Diretor de Tecnologias Inovadoras da Secretaria de Inovação do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC

- **Spartaco Astolfi Filho**

Professor da Universidade Federal do Amazonas – UFAM

- **Rafael de Sá Marques**

Diretor do Departamento do Patrimônio Genético da Secretaria de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente – MMA

Senadores pedem pressa em regulamentação do Centro de Biotecnologia da Amazônia

30/06/2015

Criado em 2002 para ser o principal centro de pesquisa e produção tecnológica a partir da biodiversidade regional e ajudar a impulsionar o setor, o Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA) ainda não tem personalidade jurídica nem autonomia para firmar contratos e convênios. A situação do centro foi tema de debate nesta terça-feira (30) na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT). Senadores e demais participantes concordaram que o CBA é subutilizado, o que tem levado o Brasil a perder a oportunidade de despontar como importante força no setor de biotecnologia.

No último dia 16, o Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro) assumiu a responsabilidade de administrar o Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA). O documento foi assinado pelo ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Armando Monteiro. Até então, o CBA era gerido pela Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa). A mudança na gestão foi motivada pelo fim de um convênio firmado entre a Suframa e a Fundação de Defesa da Biosfera (FDB).

Senadores e representantes do governo federal concordam que o convênio com o Inmetro é uma situação apenas emergencial para evitar que o centro feche suas portas. O Executivo estuda tornar o CBA uma instituição de pesquisa com autonomia e que funcione efetivamente como um elo entre as instituições de pesquisa e o setor produtivo, auxiliando no desenvolvimento de produtos inovadores e na atração de investimentos para a região amazônica.

— O CBA não é só da Amazônia, é do Brasil inteiro, e é uma oportunidade que temos de incluir a Região Amazônica no mundo e, incluindo a Região Amazônica no mundo, incluir o país — disse Fernando Lourenço Nunes Neto, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

Uma das ideias que tem ganhado força é a de transformar o Centro de Biotecnologia da Amazônia em uma organização social, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos.

— Com isso, nós resolveríamos a governança do CBA e, ao mesmo tempo, permitiríamos esse sonho, que é organizar o sistema de biotecnologia, e ter o CBA como uma dessas cabeças do sistema na Região Norte — disse o representante do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, Jailson Bittencourt.

“Mas esse processo não pode levar outros 13 anos”, advertiu o senador Omar Aziz (PSD-AM), um dos autores do requerimento para a realização da audiência.

— Se isso estivesse funcionando há 13 anos, nós já teríamos conhecido boa parte da nossa biodiversidade — apontou.

Potencial

Professores e pesquisadores também têm pressa. Eles cobram mais investimentos e a rápida definição do modelo de gestão do centro. Durante os 13 anos de funcionamento, o local já chegou a abrigar cerca de 200 pesquisadores. Atualmente, as dificuldades no centro diminuíram esse número para 48 cientistas.

— Tem estudo de um anticancerígeno, por exemplo, a partir de diversas moléculas de micro-organismos, mas não saiu até hoje porque o CBA não tem o CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica). Como passar esse produto tecnológico? Tirar do CBA para uma determinada empresa? Nenhuma empresa faz um acordo de cooperação sem o CNPJ, sem segurança jurídica — disse o pesquisador Dácio Montenegro, integrante da Comissão do Movimento Pró-CBA.

Produtos como esse citado por Dácio fazem parte de um setor que, apesar da crise econômica, continua crescendo. Segundo Rafael de Sá Marques, diretor do Departamento do Patrimônio Genético da Secretaria de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente (MMA), a indústria farmacêutica segue na contramão da crise e registra crescimento de dois dígitos. O desenvolvimento da biotecnologia pode, na avaliação de Marques, garantir fonte de renda expressiva para o país.

— Se o Brasil, que tem toda a potencialidade de se desenvolver e participar desse mercado, não fizer uso da biotecnologia, não disponibilizar o conhecimento tecnológico para fazer essa integração entre a academia e empresas, nós vamos perder mais uma vez o trem da história, e eu acho que nós temos todas as condições para não perder esse trem — argumentou.

A senadora Sandra Braga (PMDB-AM) concordou. Para ela, a preocupação vai muito além do modelo de gestão a ser adotado:

— O mais grave é perder a oportunidade de lançar uma nova economia, um novo modelo de economia para a região, que é o modelo de economia verde — disse.

Valdir Raupp (PMDB-RO) e Walter Pinheiro (PT-BA) afirmaram que o país está atrasado em aproveitar sua biodiversidade. Um exemplo disso é a demora na liberação de patentes.

— O Brasil está tão lento nas suas decisões que demora 11 anos para se conseguir uma patente, enquanto nos Estados Unidos são de dois a três anos — lamentou Raupp.

Também participaram do debate o representante da Superintendência da Zona Franca de Manaus, Emmanuel Ribeiro Sales de Aguiar, e o professor da Universidade Federal do Amazonas (Ufam) Spartaco Astolfi Filho. O presidente do colegiado, senador Cristovam Buarque (PDT-DF), e os senadores Hélio José (PSD-DF) e Lasier Martins (PDT-RS) se revezaram na condução da reunião.

Requerimento

Durante a reunião, a CCT aprovou requerimento para promover um novo debate sobre o tema em Manaus (AM). A ideia é ouvir os ministros de Ciência e Tecnologia, Aldo Rebelo; e de Comércio Exterior, Armando Monteiro, além de pesquisadores do CBA. A data ainda será definida.

Agência Senado

Fonte: <http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2015/06/30/senadores-pedem-pressa-em-regulamentacao-do-centro-de-biotecnologia-da-amazonia>

DIA 07/07/2015 – 24ª REUNIÃO



Audiência Pública destinada a debater a política de universalização da banda larga no País

Requerimentos de realização de audiência:

- RCT 24/2015, de autoria do Senador Walter Pinheiro;
- RCT 36/2015, de autoria do Senador Walter Pinheiro;
- RCT 48/2015, de autoria dos Senadores Walter Pinheiro e Ângela Portela.

CONVIDADOS

- **Maximiliano Martinhão**
Secretário de Telecomunicações do Ministério das Comunicações – MiniCom
- **Jorge Bittar**
Presidente da Telecomunicações Brasileiras S.A. – Telebras
- **Carlos José de Almeida**
Prefeito do Município de São José dos Campos – SP
- **Erich Matos Rodrigues**
Presidente Executivo da Associação Brasileira de Provedores de Internet e Telecomunicações – Abrint

Senadores cobram mais atenção para a região Norte na expansão da banda larga

07/07/2015

O Brasil fechou o ano de 2014 com 56,8% de domicílios conectados à internet (31,2 milhões) de acordo com o Ministério das Comunicações. Até 2018, o Programa Banda Larga para Todos pretende garantir a 95% da população brasileira acesso à internet banda larga de qualidade por um preço acessível e velocidade média de 25 Megabits por segundo, chegando a 300 milhões de conexões fixas e móveis à internet.

Mas essa realidade ainda está distante. Atualmente, a banda larga brasileira tem velocidade média de 5 Mbps, com cerca de 197 milhões de acessos móveis e fixos. A velocidade e o acesso são mais precários na região Norte, conforme relataram senadores durante a audiência pública promovida nesta terça-feira (7) pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT).

— O Plano Nacional de Banda Larga está avançando, está evoluindo, mas eu tenho sido insistente em relação a essa expansão, a esse cuidado na região Norte. Todos os senadores da região reclamam muito aqui, porque a gente observa que a prioridade são sempre as regiões metropolitanas — disse Ângela Portela (PT-RR).

Telmário Mota (PDT-RR) endossou a crítica:

— Nós temos uma carência imensurável. Alguns municípios estão sem comunicação — disse.

Para contornar o problema, o governo aposta na ampliação da rede de fibra ótica terrestre, no lançamento de mais um satélite em 2016 (que começará a ser operado em 2017) e na instalação de 8 mil quilômetros de fibra ótica subaquática nos leitos dos rios da região amazônica.

— Os recursos para investimento do satélite estão absolutamente mantidos, os investimentos para aumentar a capilaridade das nossas redes de fibras óticas também estão assegurados assim como os recursos para nosso cabo submarino. Apesar de vivermos um período de grandes restrições fiscais no país, o que eu registro é que, dado o fato que banda larga é prioridade do governo, ele não sofreu nenhum tipo de sanção – disse o presidente da Telecomunicações Brasileiras S.A. (Telebras) em resposta a uma pergunta do senador Lasier Martins (PDT-RS).

O secretário de Telecomunicações do Ministério das Comunicações, Maximiliano Martinhão, acredita que avançar no acesso e na velocidade da banda larga é estratégico para o país:

— Para a economia, existe um grande conjunto de estudos que dizem que dobrar a velocidade média da internet, no país, pode acrescentar 0.3% ao PIB (Produto Interno Bruto) brasileiro – observou o secretário.

Agência Senado

Fonte: <http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2015/07/07/senadores-cobram-mais-atencao-para-a-regiao-norte-na-expansao-da-banda-larga>

DIA 14/07/2015 – 26ª REUNIÃO



Audiência Pública destinada a identificar os principais obstáculos ao desenvolvimento de tecnologias de informação no Brasil

Requerimento de realização de audiência:

– RCT 44/2015, de autoria do Senador Cristovam Buarque.

CONVIDADOS

- **Sérgio Pauperio Serio Filho**
Executivo de Relações Institucionais e Oportunidade Social da TOTVS
- **Luiz Francisco Gerbase**
Presidente da Associação P&D Brasil
- **Sérgio Paulo Gallindo**
Presidente Executivo da Associação Brasileira das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação – Brasscom
- **Virgílio Augusto Fernandes Almeida**
Secretário de Políticas de Informática do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI
- **Sérgio Cavalcante**
Diretor-Geral do Centro de Estudos e Sistemas Avançados do Recife – CESAR

Tecnologia é questão de soberania nacional, afirmam participantes de audiência

14/07/2015

Para decidir soberanamente sobre seus caminhos e atingir pleno desenvolvimento, um país precisa dispor de tecnologias básicas que não sejam dependentes de decisões tomadas por governos ou entidades no exterior. Esse foi um dos alertas de especialistas que analisaram em audiência pública, nesta terça-feira (14), os obstáculos que o país precisa superar para avançar no desenvolvimento das chamadas tecnologias de informação e comunicação (TIC).

O presidente da Associação P&D Brasil, Luiz Francisco Gerbase, observou que o país precisa cada vez mais de máquinas e produtos TIC, mas enfrenta problemas na sua balança comercial. Ressaltou que a demanda por produtos com tecnologia embutida cresce em velocidade exponencial, enquanto que a nossa “moeda de troca” são produtos primários como minério de ferro, açúcar e soja. Segundo ele, as exportações de soja hoje não cobrem a compra de máquinas.

— A pergunta é aonde nós vamos parar trocando o importante patrimônio que tem o país, que é o setor primário, mas tendo que pagar uma conta que já não é mais possível pagar. Não é por nada que nossa balança comercial sofre a problemática de hoje — salientou Gerbase.

A audiência foi realizada pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), atendendo a sugestão do seu presidente, senador Cristovam Buarque (PDT-DF). Depois de abrir os trabalhos, ele transferiu o comando ao colega Hélio José (PSD-DF).

Soluções

Ao sugerir alternativas para a superação da situação atual de atraso no campo tecnológico, os convidados falaram de modo recorrente em elevação de investimentos em pesquisa e desenvolvimento, desoneração na cadeia produtiva de equipamentos e componentes de bens com tecnologia embutida, mais esforços no campo da educação e capacitação de mão de obra e políticas para ampliar a competitividade internacional das empresas que agregam valor a seus produtos.

— O desafio é fazer com que nosso povo e nossos governantes entendam essa diferença: não somos mais o país de produzir apenas com a força bruta dos músculos; a saída é usar nossos cérebros. Do contrário, seremos entendidos por outras nações apenas pelo potencial de nosso mercado consumidor — reforçou Gerbase.

O executivo Sérgio Pauperio Serio Filho, da empresa de *software* de gestão TOTVS, apontou a necessidade de intensificar a cooperação entre as universidades, institutos de ciência e pesquisa e o setor privado. Também defendeu o aprimoramento dos incentivos para as *startups*, as nascentes empresas de tecnologia, assim como quebrar o “tabu” existente no país em relação a investimentos nesse tipo de negócio.

— Nosso desafio é importar a cultura de mercados americanos e europeu, nos quais é aceitável que, para cada dez investimentos feitos [em *startups*], nove não vão dar certo, mas esse único que vingar vai compensar todos os outros — argumentou.

Infraestrutura

O presidente-executivo da Associação Brasileira das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação (Brasscom), Sérgio Paulo Gallindo, destacou que o segmento possui elevado potencial de

crescimento. Segundo ele, o conjunto das empresas responde por 9% do Produto Interno Bruto (PIB) e empregam mais de 1,5 milhão de trabalhadores no país. Em 2014, o segmento cresceu 7,7%, quando a economia nacional não passou de 0,1%.

— Por isso, costumo dizer que somos uma China dentro do Brasil, bem acima da média geral — disse ele, numa comparação ao país que mais vem crescendo no mundo.

Gallindo cobrou mais investimentos em infraestrutura de banda larga, tendo por objetivo massificar o acesso aos serviços a toda população. A seu ver, esse tipo de infraestrutura precisa receber o mesmo enfoque com que se trata no país as estradas e ferrovias. Observou que o país já está caminhando para eliminar os aparelhos celulares tradicionais, que só carregam sinal de voz. Também pediu incentivos tributários aos investimentos na implantação de data centers, onde são concentrados equipamentos que processam e armazenam dados.

— Ou se desonera e tem o investimento ou o investimento não vem — ponderou.

O presidente da Brasscom também apelou para que, na discussão atual sobre o fim da desoneração de tributos incidentes sobre a folha salarial das empresas, devido ao ajuste nas contas públicas, o setor não retorne à alíquota anterior de 4,5% – que havia sido rebaixada para 2,2%. Segundo ele, com o incentivo o setor formalizou mais de 80 mil empregos, que agora podem ser perdidos.

Vigilância

Virgílio Augusto Fernandes Almeida, que responde pela Secretaria de Políticas de Informática do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, reconheceu que as tecnologias digitais são “elementos-chave” da agenda global nos campos social, econômico e mesmo política, o que se evidencia – nesse último caso – pela ações internacionais de monitoramento de transmissão de dados de pessoas e dirigentes políticos.

Também destacou pesquisa internacional que resultou na classificação de largo conjunto de países em termos de avanço. O Brasil está no grupo com chances de avançar, ao lado de países como México, Chile, Turquia e Tailândia. Depois de admitir que o Brasil precisa “agir rápido”, ele listou aspectos que favoreçam o país e o que precisa ser feito, como a massificação da oferta de acesso à rede de banda larga.

O diretor-geral do Centro de Estudos e Sistemas Avançados do Recife, Sérgio Cavalcante, reforçou a importância de melhoria na qualidade da educação. A diretor da empresa de inovação, que tem um braço educacional para formação profissional em TI, criticou o modelo de “bandeja”, em que as escolas se limitam a ofertar um livro-texto ou apostilas a alunos que nem conhecem “o caminho para a biblioteca”.

— Como a gente consegue criar pessoas com capacidade analítica se não sabem comparar diferentes fontes de informação, que se conformam em formar profissionais passivos? — questionou.

Agência Senado

Fonte: <http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2015/07/14/tecnologia-e-questao-de-soberania-nacional-afirmam-participantes-de-audiencia>

DIA 15/07/2015 – 27ª REUNIÃO



Audiência Pública destinada a debater a má qualidade dos serviços de telefonia móvel no Brasil e discutir as providências que devem ser tomadas para sanar os problemas reclamados pela população.

Requerimentos de realização de audiência:

- RCT 35/2015, de autoria do Senador Hélio José; e
- RCT 51/2015, de autoria do Senador Hélio José.

CONVIDADOS

- **Maria Inês Dolci**
Coordenadora do Departamento de Relações Institucionais da Associação Brasileira de Defesa do Consumidor – PROTESTE
- **Paulo Márcio Sampaio**
Diretor-Geral do Procon-DF
- **Eduardo Levy Cardoso Moreira**
Presidente-Executivo do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviços Móvel Celular e Pessoal – SINDITELEBRASIL
- **Marcelo Cama Proença Fernandes**
Consultor Jurídico e de Relações Institucionais do Sindicato Nacional das Empresas Prestadoras

de Serviços e Instaladoras de Sistemas e Redes de TV por Assinatura – Cabo – MMDS – DTH e Telecomunicações – SINSTAL

- **Roberto Pinto Martins**
Superintendente de Controle de Obrigações da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL
- **Artur Coimbra de Oliveira**
Diretor do Departamento de Banda Larga da Secretaria de Telecomunicações do Ministério das Comunicações – STE/MiniCom

Queixas dos consumidores são tema dominante em audiência sobre telefonia móvel

15/07/2015

Em audiência nesta quarta-feira (15) na Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) o senador José Medeiros (PPS-MT) narrou as dificuldades que enfrentou para cancelar serviço de internet móvel contratado junto a uma empresa de telefonia. Insatisfeito com a falta de cobertura em sua residência, Medeiros enfrentou uma verdadeira “maratona” nos canais de atendimento da operadora de telefonia para devolver seu modem e desistir do plano contratado. Mas a dor de cabeça não acabou com o cancelamento. Nos meses seguintes, o senador recebeu faturas mesmo sem utilizar o serviço.

As queixas apresentadas por Medeiros durante audiência pública sobre a qualidade dos serviços de telefonia móvel são as mesmas de muitos brasileiros. De acordo com dados da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) e do Procon-DF, os quatro maiores motivos de reclamações em 2014 foram cobrança indevida, qualidade do serviço e assistência técnica, problemas para cancelar o serviço e problemas relacionados ao próprio atendimento na empresa.

— Eu tentei na empresa, tentei no jurídico da empresa, não consegui. Fui para a Anatel, mandei todos os protocolos. Não resolveu. Fui para o Procon, não consegui. Vai para a Justiça. Isso é extremamente extenuante para o consumidor – disse Medeiros.

Por meio do Portal E-cidadania, consumidores também se queixaram da falta de cobertura em algumas regiões e dos preços elevados das tarifas e pacotes de telefonia e banda larga. As operadoras de telefonia são as campeãs das reclamações recebidas pelos órgãos de defesa do consumidor. No ano passado, os consumidores de telecomunicações registraram cerca de 2,8 milhões de reclamações contra suas prestadoras de telecomunicações na Anatel. Até maio de deste ano, as reclamações chegam a mais de 1,5 milhão.

O superintendente de Controle de Obrigações da Anatel, Roberto Pinto Martins, defendeu a adoção de uma postura mais ativa por parte das empresas. Ele disse que as operadoras devem alertar o consumidor sobre os custos de cada serviço disponível para celulares e *smartphones*.

— Faz parte do bom relacionamento entre o prestador de serviço e aquele que recebe o serviço a informação completa para ele não gastar recursos desnecessários. Acho que isso não interessa à empresa, e muito menos ao usuário que ficará descontente – argumentou.

A Associação Brasileira de Defesa do Consumidor (Proteste), foi para a estrada, percorreu mais de 5 mil quilômetros em 12 estados brasileiros e constatou que a internet 3G só funcionava regularmente nas capitais e entorno, conforme relatou Maria Inês Dolci, coordenadora do Departamento de Relações Institucionais do órgão.

Apesar de a sociedade demandar cobertura de celular em todos os lugares, a disponibilidade de sinal em áreas como zonas rurais e estradas não é obrigatória conforme o presidente do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia (Sinditelebrasil), Roberto Pinto Martins:

— Nenhum distrito do Brasil tem obrigação de ser coberto pela política pública brasileira de telefonia celular. Não há em nenhum edital a obrigação de cobertura em estrada – frisou.

O presidente da entidade que representa as operadoras também entende que o número de reclamações é superdimensionado.

— No DF, temos duas reclamações para cada 10 mil clientes em um ano, o que não me parece um número absurdo. As análises de quantidade de reclamações do setor devem considerar a enorme quantidade de clientes – disse.

Para o senador Eduardo Amorim (PSC-SE), não há explicação para o brasileiro pagar tão caro por um serviço ruim:

— Eu, como usuário, me sinto muitas vezes usurpado – disse o senador.

O senador Cristovam Buarque (PDT-DF) e o senador Hélio José (PSD-DF), que propôs a audiência, disseram que é dever das operadoras, junto com o governo, garantir a universalização da telefonia e da banda larga.

O representante do Ministério das Comunicações, Artur Coimbra de Oliveira, afirmou que o governo, por meio do Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga, investirá R\$ 17 bilhões em infraestrutura de telecomunicações até 2016. Do total de recursos previstos nos projetos inscritos no programa, a maior parte (R\$ 6,4 bilhões) será destinada à ampliação da rede de telefonia móvel.

Agência Senado

Fonte: <http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2015/07/15/queixas-dos-consumidores-sao-tema-dominante-em-audiencia-sobre-telefonia-movel>

**DIA 11/08/2015 – 10ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES PERMANENTES
(29ª REUNIÃO DA CCT E 32ª REUNIÃO DA CMA)**



1ª Audiência Pública de Instrução ao Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 2015, que propõe alteração da Lei de Biossegurança para liberar os produtores de alimentos a informar o consumidor sobre a presença de componentes transgênicos quando esta se der em percentagem inferior a 1% da composição total do produto alimentício

Requerimentos de realização de audiência:

- RCT 42/2015, de autoria dos Senadores Randolfe Rodrigues, Aloysio Nunes Ferreira e Cristovam Buarque;
- RCT 45/2015, de autoria dos Senadores Lasier Martins, Cristovam Buarque e Hélio José;
- RCT 47/2015, de autoria dos Senadores Randolfe Rodrigues e Cristovam Buarque;
- RCT 49/2015, de autoria dos Senadores Randolfe Rodrigues e Cristovam Buarque;
- RCT 54/2015, de autoria do Senador Cristovam Buarque;
- RMA 56/2015, de autoria dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro.

CONVIDADOS

- **Adriana Brondani**
Diretora-Executiva do Conselho de Informações sobre a Biotecnologia – CIB
- **Maurício Guetta**
Advogado do Instituto Socioambiental – ISA
- **Marijane Vieira Lisboa**
Professora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP
- **Edivaldo Domingues Velini**
Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – CTNBio

- **Andiara Maria Braga Maranhão**
Coordenadora da Escola Nacional de Defesa do Consumidor da Secretaria Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça – ENDC/Senacom/MJ
- **Juliana Ribeiro Alexandre**
Coordenadora do Gabinete da Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SDA/MAPA
- **Edmundo Klotz**
Presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Alimentação – ABIA

Mudança na lei pode impedir consumidor de conhecer origem transgênica de produtos, alerta advogado

11/08/2015

Alterações sugeridas na Lei de Biossegurança podem reduzir drasticamente as chances de os consumidores continuarem a saber se um alimento industrializado possui ou não em sua composição matéria-prima de origem transgênica. O alerta foi feito pelo advogado Maurício Guetta, do Instituto Socioambiental (ISA), durante audiência pública no Senado, nesta terça-feira (11).

Até agora, segundo ele, o debate em torno do projeto de lei em análise (PLC 34/2015) está centrado na questão do fim o uso do símbolo de transgenia nos rótulos dos produtos, uma letra “T” dentro de um triângulo amarelo. Advertiu, contudo, que a mudança mais sensível afeta as regras de rastreabilidade, dificultando a identificação de elementos geneticamente modificados (OGMs) na composição dos produtos.

Guetta explicou que, atualmente, a identificação é feita a partir de exames da matéria-prima: se ela tiver origem transgênica, então o produto final será rotulado como transgênico. Com a alteração sugerida, contudo, a identificação passa a ser feita sobre o produto final, resultado de uma ou mais fases de processamento industrial. Então, disse o expositor, as moléculas de DNA já estarão rompidas e as análises de laboratórios resultariam inúteis como meio de identificação.

— No produto final, não necessariamente vamos encontrar a prova laboratorial, e o que importa para o consumidor é saber se a matéria-prima é ou não transgênica. Então, se esse projeto for aprovado, muito provavelmente o que vai acontecer é que o consumidor será ludibriado – comentou Guetta.

Iniciativa

A audiência foi uma iniciativa conjunta das Comissões conjunta das Comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) e da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), que darão parecer sobre o projeto. Foi sugestão dos senadores Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), Cristovam Buarque (PDT-DF) e Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), esse o relator da matéria na CCT. Um segundo debate ocorrerá nesta quarta-feira (11), a partir das 9h.

Atualmente, produtos com qualquer percentual de substância transgênica devem trazer essa informação, obrigação regulada por portaria que instituiu a rotulagem com triângulo preenchido pela letra “T”. Pelo projeto, o alerta deve passar a ser necessário apenas naqueles em que a substância transgênica supere 1% da composição. Porém, nesse caso, o símbolo atual deve ser substituído apenas pelos dizeres: “Contém transgênico”.

Criminalização

Mesmo com o alerta para outros aspectos do projeto, a pauta do debate foi dominada pela questão da rotulagem. O autor do texto, deputado Luis Carlos Heinze (PP-RS), também presente, disse que o projeto não retira o direito à informação, mas adapta o padrão de rotulagem para evitar símbolo que “criminaliza” o produto. E disse que a portaria que criou o rótulo resultou de pressão de grupos contrários a inovações tecnológicas no campo, como o Movimento dos Sem-Terra (MST).

O presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Alimentação (Abia), Edmundo Klotz, mostrou-se favorável à proposta, principalmente à previsão da retirada do símbolo da transgenia. Na opinião dele, o símbolo apenas “desinforma e estigmatiza os alimentos”, com o objetivo de desestimular o consumo. Citou pesquisa mostrando que 69% dos entrevistados desconheciam o significado.

– O símbolo pode ser confundido com radiação, inflamável, eletricidade. Tem gente que confunde até com sinal de trânsito. Outros entendem como sinal de perigo ou proibição – salientou.

Espécies doadoras

Edmundo Klotz também é contra a menção nos rótulos das espécies doadoras de genes, pois são nomes científicos que pouco ou nada significam para a população e só colaboram para a percepção equivocada de risco. Maurício Guetta, porém, considerou essencial a informação, pois assim as pessoas podem buscar fontes de informação quando sentirem necessidade.

Para a coordenadora da Escola Nacional de Defesa do Consumidor, Andiara Maria Braga Maranhão, a proposta do deputado Heinze pode trazer retrocesso, pois oferece um patamar de segurança inferior ao que é garantido hoje aos consumidores. Andiara lembrou que o Código de Defesa do Consumidor foi aprovado há 25 anos, estabelecendo o direito à informação:

– Não é uma questão de vantagem ou desvantagem, mas é um dever de quem produz e um direito de quem compra. Informação e transparência são obrigações legais que precisam ser atendidas – argumentou.

Clareza

A representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Juliana Ribeiro Alexandre, disse que, independente da regra em vigor, a pasta tem condições de verificar seu cumprimento. Segundo ela, o Mapa será sempre a favor das informações, visto que é um direito do consumidor. Todavia, devem ser diretas, claras e não podem induzir a erro o consumidor.

Para Juliana Ribeiro, o símbolo da transgenia adotado atualmente – a letra “T” dentro de um triângulo amarelo – não é o ideal e poderia ser modificado. Ela também acha que a identificação científica do organismo doador de genes é uma informação muito complexa para o consumidor usar em sua tomada de decisão e pode ser dispensada.

Segurança

A questão da segurança dos transgênicos foi o enfoque de alguns debatedores. O presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio), Edivaldo Domingues Velini, explicou que não é possível concluir pela segurança ou insegurança “coletiva” de organismos geneticamente modificados, mas avaliar caso a caso, o que é feito pela CTNBio. Depois, garantiu que os alimentos produzidos e consumidos no país têm padrão de segurança reconhecido internacionalmente.

Em relação aos agrotóxicos, Edivaldo Velini reconheceu que o consumo no Brasil vem aumentando em consequência da elevação da produtividade agrícola, porém não é uma relação linear. Entre 2012 e 2014, houve 17% de aumento na produção de alimentos no país, enquanto o consumo de agrotóxico cresceu 11%.

– Temos uma situação melhor até que a de muitos outros países. Consumimos, por exemplo, dez vezes menos que o Japão e quatro vezes menos que a Alemanha – afirmou.

Direito do consumidor

A professora Marijane Vieira Lisboa, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), salientou que não existe consenso científico sobre a segurança dos transgênicos, e sim uma polêmica intensa. Segundo ela, pelo estágio atual das pesquisas, não se pode concluir nem que sejam inócuos nem que sejam perigosos. Frente a isso, afirmou que o direito do consumidor à informação sobre a origem transgênica é incontestável e deve ser amparado em sistema de rastreabilidade eficaz, além de informações claras nos rótulos, como permite o triângulo.

– Ainda acrescentaria que isso é fundamental para crianças, pessoas semianalfabetas e até quem, como eu, tem problema de catarata e sofre na escuridão de um supermercado para enxergar o que está escrito em pequenas letras. Então, vou direto ao triângulo – salientou.

Garantia

Já Adriana Brondani, diretora do Conselho de Informações sobre a Biotecnologia (CIB), sustentou que já existe vasta produção científica confirmando a segurança dos produtos transgênicos. Segundo ela, os estudos que indicam o contrário são “controversos”, tendo sido recebidos com críticas pela sociedade científica.

Adriana também atacou que chamou de “mito do alimento natural”. Lembrou que os alimentos hoje consumidos resultaram de modificações genéticas ao longo de eras, em decorrência de processos naturais ou artificiais resultantes de cruzamentos de plantas de diferentes regiões. E afirmou que a transgenia é mais uma estratégia, por meio de alterações no próprio genoma da planta.

Senadores

O senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) questionou o projeto, que a seu ver não garante a identificação dos produtos que contenham transgênicos. A senadora Regina Souza (PT-PI) rebateu afirmações de que o modo de identificação dos produtos transgênicos é ruim para as exportações brasileiras.

– Os números são crescentes na pauta de exportações e o consumo gigantesco, para que se diga que há criminalização – argumentou.

Considerando o alto grau de analfabetismo no país, o senador Cristovam Buarque (PDT-DF) sugeriu que use simbologia clara e fácil para identificar os produtos compostos por transgênicos, como é o caso da legislação em vigor.

Antes de encerrar a audiência, o senador Lasier Martins (PDT-RS) informou que foram recebidas mais de 50 manifestações de telespectadores sobre o projeto em análise, a ampla maioria contrárias à extinção do símbolo atual de informação dos produtos, o triângulo amarelo com a letra “T”.

Agência Senado

Fonte: <http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2015/08/11/mudanca-na-lei-pode-impedir-consumidor-de-conhecer-origem-transgenica-de-produtos-alerta-advogado>

**DIA 12/08/2015 – 11ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES PERMANENTES
(30ª REUNIÃO DA CCT E 33ª REUNIÃO DA CMA)**



2ª Audiência Pública de Instrução ao Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 2015, que propõe alteração da Lei de Biossegurança para liberar os produtores de alimentos a informar o consumidor sobre a presença de componentes transgênicos quando esta se der em percentagem inferior a 1% da composição total do produto alimentício.

Requerimentos de realização de audiência:

- RCT 42/2015, de autoria dos Senadores Randolfe Rodrigues, Aloysio Nunes Ferreira e Cristovam Buarque;
- RCT 45/2015, de autoria dos Senadores Lasier Martins, Cristovam Buarque e Hélio José;
- RCT 47/2015, de autoria dos Senadores Randolfe Rodrigues e Cristovam Buarque;
- RCT 49/2015, de autoria dos Senadores Randolfe Rodrigues e Cristovam Buarque;
- RCT 54/2015, de autoria do Senador Cristovam Buarque;
- RMA 56/2015, de autoria dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro.

CONVIDADOS

- **André Dallagnol**
Membro da Organização Terra de Direitos

- **Paulo Kageyama**
Professor da Universidade de São Paulo – USP
- **Ana Paula Bortoletto Martins**
Pesquisadora em Alimentos do Instituto de Defesa do Consumidor – IDEC
- **Anselmo Henrique Cordeiro Lopes**
Procurador da República – Ministério Público Federal – MPF
- **Cássio Trovatto**
Secretário Executivo da Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica da Secretaria da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário – Ciapo/SAF/MDA
- **João Tavares Neto**
Superintendente de Correlatos e Alimentos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA

Projeto que modifica normas de identificação de transgênicos viola direito constitucional, afirma procurador

12/08/2015

Em audiência pública sobre projeto que altera as normas de identificação de produtos transgênicos destinados ao consumo, nesta quarta-feira (12), os convidados enfatizaram de modo unânime que o PLC 34/2015, em comparação com as regras atuais, reduz o grau de informação sobre a existência dessa característica no alimento. Por conta disso, o procurador da República Anselmo Henrique Cordeiro Lopes afirmou que o projeto viola o direito à informação, uma das garantias fundamentais da Constituição brasileira em favor dos cidadãos.

— O consumidor precisa de informação para orientar o seu consumo, um ato fundamental de cidadania; para que possa ter livre arbítrio de agir de acordo com uma lógica de responsabilidade socioambiental, por meio de um ato de consumo consciente — ressaltou Anselmo Henrique Cordeiro Lopes.

Atualmente, produtos com qualquer percentual de substância transgênica devem trazer a informação sobre a existência de transgênicos em sua composição. Pelo projeto, que altera a Lei de Biossegurança, o alerta será obrigatório apenas quando a substância superar 1% da composição do produto final. Além disso, o símbolo de identificação — a letra T em um triângulo amarelo — poderá ser substituído pela frase “Contém transgênico”.

Na primeira audiência pública, no dia anterior, as controvérsias foram acentuadas, evidenciando a falta de consenso sobre a proposta. As audiências públicas foram promovidas em conjunto pelas Comissões de Ciência e Tecnologia (CCT) e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

Contramão

Para Ana Paula Bortoletto Martins, pesquisadora em alimentos do Instituto de Defesa do Consumidor (Idec), o projeto representa um retrocesso para a garantia dos direitos estabelecidos no Código de Defesa do Consumidor (CDC) e está na contramão das tendências regulatórias mundiais na área de alimentos, com ampla proteção ao direito à informação sobre a composição dos produtos.

— Nenhuma medida deve ser criada para restringir esse direito, à luz do Código — afirmou.

Ao restringir a informação, o projeto restringe a liberdade de escolha do consumidor e também a concorrência entre os fornecedores – alertou, enfatizando também a proteção a quem optar por produzir alimentos livre de transgênicos.

João Tavares Neto, que representou a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), admitiu que o projeto dificultará a identificação de transgênicos nos alimentos processados. Isso porque as análises deixam de considerar a rastreabilidade de organismos modificados (OGMs) nas matérias-primas, de verificação mais fácil, para se limitar em exames “analíticos” de ingredientes processados e no produto final – com rotulagem apenas quando o limite de 1% for ultrapassado.

— Desconhecemos os dados técnicos para fundamentar essa alteração, entretanto, ressaltamos que os alimentos podem ser constituídos por vários ingredientes e a avaliação apenas do produto final poderia mascarar a presença de ingrediente OGM — observou.

No dia anterior, críticos do projeto já haviam registrado que o processo industrial produz a quebra das moléculas do alimento, tornando inúteis as análises laboratoriais para identificar possível presença de transgênicos.

Custos

O representante da Anvisa, que responde no órgão pela Diretoria de Autorização e Registros Sanitários, também confirmou que a proposta deve elevar os custos da cadeia produtiva. Como explicou João Tavares Neto, com a mudança de regras será necessário analisar amostra de todos os lotes de alimentos destinado ao consumo humano e animal. Para um lote com 10 mil unidades, um plano de amostragem de rigor normal exige a análise de 75 unidades, que já não poderão ser mais aproveitadas para fins de alimentação.

O advogado André Dallagnol, da Organização Terra de Direitos, que apoia os produtores da agricultura familiar, chegou a dizer que a proposta, ao dificultar a detecção de transgênicos nos produtos, pode produzir um resultado anormal: permitir que alimentos produzidos com matéria-prima transgênica possam ser rotulados e vendidos no mercado como “livres de transgênicos”.

Quanto à polêmica em torno do símbolo atual de identificação, a letra “T” inscrita no triângulo amarelo, Dallagnol rebateu a posição dos defensores do projeto de que se trata de mecanismo destinado a “criminalizar” o produto transgênico, que passam por testes de segurança e são liberados ao consumo por agência oficial do governo. Disse que o símbolo é de fácil entendimento e já foi assimilado por 6% da população.

— E didático até para crianças e até mesmo para uma pessoa não alfabetizada — afirmou.

Segurança

O professor Paulo Kageyama, da Universidade de São Paulo, contestou com veemência o argumento de que os transgênicos são seguros para o consumo, inclusive citando pesquisas com ratos que associam o consumo de alimentos desse tipo à ocorrência de cânceres.

Kageyama também disse que a questão dos OGMs está diretamente associada aos agrotóxicos, pois variedades transgênicas são mais resistentes aos defensivos. Se as plantas resistem e ficam livres de pragas, conforme assinalou, acabam absorvendo os defensivos e transferindo resíduos tóxicos para os consumidores.

— Por isso, afirmo que a população tem o direito de saber o que está comendo — opinou o professor.

Para Cassio Troglato, do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), discutir a rotulagem é importante, mas o debate deve ir além, para permitir uma visão mais ampla da produção agrícola associada ao desenvolvimento local e regional, com garantia de produção de alimentos saudáveis. Segundo ele, esse papel cabe à agricultura familiar, que já responderia por mais 70% da produção de alimentos do país.

Enquete

Ao fim da audiência, o senador Cristovam Buarque (PDT-DF), que dirigiu a reunião e foi um dos propositores do debate, informou que enquete feita durante a audiência sobre o projeto mostrou que a maioria das pessoas defenderam a manutenção do atual símbolo que indica produto transgênico.

O senador Hélio José (PSD-DF) anunciou que ele também é contra a retirada do selo, com base no direito do consumidor à informação. Lasier Martins (PDT-RS) sustentou que a informação deve de fato ser garantida, mas manifestou dúvida se o ideal é o rótulo atualmente usado.

Aprovado em março pela Câmara dos Deputados, o projeto em análise é de autoria do deputado Luiz Carlos Heinze (PP-RS). Depois de passar pelas duas comissões promotoras da audiência, e ainda pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), a matéria irá a Plenário, para decisão final.

Agência Senado

Fonte: <http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2015/08/12/projeto-que-modifica-normas-de-identificacao-de-transgenicos-viola-direito-constitucional-afirma-procurador>

DIA 18/08/2015 – 31ª REUNIÃO



Instrução ao Projeto de Lei do Senado nº 330, de 2013, que tramita em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nº 131, de 2014, e 181, de 2014, para dispor sobre a proteção, o tratamento e o uso de dados pessoais.

Requerimento de realização de audiência:

– RCT 52/2015, de autoria do Senador Telmário Mota.

CONVIDADOS

- **Laura Schertel Mendes**
Doutora em Direito Privado pela Universitat de Berlim/ Mestre em Direito, Estado e Constituição pela Universidade de Brasília – UnB/ Pesquisadora do Centro de Direito, Internet e Sociedade do Instituto Brasiliense de Direito Público – CEDIS/IDP
- **Frederico Meinberg Ceroy**
Promotor de Justiça/Presidente do Instituto Brasileiro de Direito Digital – IBDDIG
- **Leandro Vilain**
Diretor de Política de Negócios e Operações da Federação Brasileira dos Bancos – FEBRABAN
- **Carol Conway**
Diretora do Conselho de Estudos Jurídicos da Associação Brasileira de Internet – ABRANET

- **Fabricio Missorino Lazaro**

Chefe de Gabinete da Secretaria Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça – Senacom/MJ

Instituições citam pontos de conflito em marco normativo para a proteção de dados

18/08/2015

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) realizou, nesta terça-feira (18), debate para instruir o substitutivo ao Projeto de Lei do Senado (PLS) 330/2013, que pretende criar um marco normativo de proteção de dados dos brasileiros. Os participantes da audiência apontaram pontos conflituosos e ausências de regulamentação na proposição, e o relator do substitutivo na comissão, senador Aloysio Nunes (PSDB-SP), informou que, a partir da contribuição das instituições, irá fazer modificações ao relatório.

– Questões novas foram levantadas, como os dados anonimizados, expressão que eu não conhecia, e o tratamento e coleta de dados por parte do Estado – explicou Aloysio.

Um dos pontos de maior discussão foi citado pelo diretor de Política de Negócios e Operações da Federação Brasileira dos Bancos (Febraban), Leandro Vilain. Para ele, a obrigação de a metodologia de cruzamento de dados das informações serem transmitidas ao cidadão, como diz o projeto, poderia afetar as análises de risco de crédito para o consumidor.

Na opinião de Vilain, a norma reduziria a capacidade de análise de crédito, tornaria vulneráveis as variáveis adotadas por cada instituição e, conseqüentemente, se elevaria o risco de fraude com a publicação das metodologias. Isso redundaria em um ambiente de menos competitividade, pois as análises acabariam sendo restritas a um modelo único. Além disso, a cessão desses dados ao consumidor mediano poderia não trazer muitas vantagens, já que ele não compreenderia grande parte das informações, frisou.

A regra prevista no PLS também foi mencionada pelo promotor de Justiça e presidente do Instituto Brasileiro de Direito Digital (IBDDIG), Frederico Ceroy. Segundo ele, informar abertamente a lógica do tratamento automatizado dos dados é “algo como entregar a fórmula da Coca-Cola para a Pepsi”. Se for aprovada, explicou metaforicamente, deixa-se de saber que existem os “ingredientes X, Y e Z”, e a empresa passa a ser obrigada a informar as quantidades da mistura, que é justamente o seu segredo empresarial.

– As fórmulas devem ser entregues para as autoridades. O Senado, por exemplo, tem o dever de saber como isso é feito, mas o consumidor precisa saber a lógica, o segredo da fórmula das empresas? O funcionamento do algoritmo? – opinou.

Ele também citou pontos passíveis de modificação no texto, como o tráfego de dados que simplesmente passam pelo Brasil, sem qualquer tipo de tratamento feito em território nacional. No projeto eles estão submetidos à lei brasileira. Assim como um data center instalado no país, mas que trata dado de usuários estrangeiros. O IBDDIG questiona a real necessidade da medida.

Outro ponto para reflexão diz respeito à necessidade de “consentimento expresso” do usuário para a coleta e tratamento de seus dados pessoais. Ceroy alertou para a ocorrência da “fadiga do conhecimento”, quando o usuário concorda com os termos sem ler porque precisa ou está com pressa, e se a medida não acabaria se tornando inócua.

O ponto divergente na discussão dos dados para o setor financeiro foi de Laura Schertel, doutora em Direito Privado pela Universidade de Berlim. Ela afirmou que o projeto é tímido em relação à avaliação de crédito e traz normas que já existem na legislação atual, como a do cadastro positivo. Ela também defendeu a possibilidade de “reanálise de crédito”, caso a avaliação automatizada o negue em primeira mão. Na opinião da especialista, o cidadão deve ter o direito de conhecer o nexo da análise de risco, merece saber por que recebeu um *score* ruim e teve o crédito rejeitado.

– O projeto é tímido e traz disposições que a lei já traz. Pensar em colapso? Não concordo – disse.

Laura elogiou o substitutivo por ter um “formato de lei geral”, com um marco normativo tratando de conhecimentos gerais e princípios básicos, com um quadro normativo que auxiliará a interpretar e resolver conflitos que surgirão ao longo do tempo. Ela também frisou que o texto está em compasso com a legislação que está sendo discutida no mundo inteiro.

O senador Aloysio Nunes frisou que seu relatório busca dar um caráter geral à lei, e afirmou não crer que o projeto deva tratar especificamente do setor financeiro.

Anonimizados

A questão dos “dados anonimizados” foi mencionada por Frederico Ceroy e pela diretora do Conselho de Estudos Jurídicos da Associação Brasileira de Internet (Abranet), Carol Conway. Para eles, é preciso pensar na necessidade de separação, no texto, entre os dados pessoais e os tornados anônimos – como os gerados pela internet de uma geladeira ou por óculos e relógios numa estação de trem, a da “internet das coisas”, por exemplo.

– O tratamento de dados anonimizados é relevante, atual e a norma não pode se furtar dessa deliberação. Se queremos colocar o Brasil à frente na questão tecnológica temos que debater o *big data* e colocar definição de dados anonimizados, que não se confunda com dados pessoais. É importante incorporar para termos uma legislação moderna – disse Carol.

Ela também mencionou a importância de o cidadão ser protegido em relação às condutas do Estado, grande coletor e tratador de dados. O substitutivo, frisou, não menciona as condutas e ações em relação ao governo.

A necessidade de criação de uma “autoridade central de proteção de dados” foi citada na audiência, mas não houve consenso em sua defesa. A iniciativa não pode partir de parlamentares, já que a criação de um órgão de governo compete constitucionalmente ao Executivo. Na opinião de Aloysio Nunes, ela só seria efetiva se sua composição não fosse feita por indicados políticos.

Também participou da audiência Fabricio Lazaro, chefe de gabinete da Secretaria Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça. Ele afirmou que o governo está elaborando uma proposta legislativa para regulamentar o setor e informou que as contribuições da população e de entidades especializadas, durante a fase de consulta pública, estão disponíveis no site www.dadospessoais.mj.gov.br

O substitutivo ao PLS 330/2013 englobou contribuições de vários projetos que tramitavam em conjunto: o PLS 330/2013, do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), o PLS 131/2014, da CPI da Espionagem, e o PLS 181/2014, do ex-senador Vital do Rêgo. A audiência pública foi requerida pelo senador Telmário Mota (PDT-RR).

Agência Senado

Fonte: <http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2015/08/18/instituicoes-citam-pontos-de-conflito-em-marco-normativo-para-a-protecao-de-dados>

DIA 01/09/2015 – 33ª REUNIÃO



Audiência Pública destinada a analisar e debater os impactos conjunturais e estruturais dos cortes orçamentários de 2015 sobre os programas de pós-graduação.

Requerimento de realização de audiência:

– RCT 56/2015, de autoria do Senador Cristovam Buarque e Lasier Martins.

CONVIDADOS

- **Jaime Martins de Santana**
Decano de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade de Brasília – UnB
- **Henrique Luiz Cukierman**
Pró-Reitor Substituto da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ
- **Emília Maria Silva Ribeiro Curi**
Secretária Executiva do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI
- **Márcio de Castro Silva Filho**
Diretor de Programas e Bolsas no País da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES

Cortes na pós-graduação comprometem pesquisas, alertam representantes de universidades

01/09/2015

Apesar de ter assegurado o pagamento de todas as bolsas de pós-graduação vigentes, o governo determinou cortes de recursos que já comprometem a continuidade de pesquisas nas universidades públicas, segundo ficou constatado em debate realizado nesta terça-feira (1º) na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT).

De acordo com Henrique Luiz Cukierman, pró-reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), o orçamento deste ano para programas de pós-graduação da instituição será 75% menor que o efetuado em 2014. O corte, afirmou, afeta desde o custeio de experimentos, pela falta de verba para compra de material de laboratório e manutenção de equipamentos, até a participação de pesquisadores em encontros científicos e a edição de publicações científicas.

— Entramos em uma situação angustiante. Todas as pesquisas de campo estão suspensas ou foram interrompidas, o que é um prejuízo imenso para a produção de conhecimentos — afirmou.

As dificuldades se repetem na Universidade de Brasília (UnB), como relatou Jaime Martins de Santana, decano de Pesquisa e Pós-Graduação da instituição. Ele apontou prejuízos decorrentes de cortes de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

— O FNDCT perdeu 28%, passamos de R\$ 4,5 milhões para R\$ 3,2 milhões ao todo. Isso tem um impacto extremamente negativo no financiamento da pesquisa que é feita nas universidades e nos institutos de pesquisa — disse.

Esforço

A situação atual, no entanto, não diminui a importância do avanço conquistado nos últimos anos, na visão de Cukierman. Ele destacou os esforços do governo federal para consolidar a pós-graduação no país, com aumento significativo de bolsistas estudando no exterior, em universidades de renome internacional.

— A gente tem bolsa para isso. A Argentina não tem, o Chile não tem, o Peru não tem. Realmente, é impressionante o esforço brasileiro e é um mérito importante de ser exaltado — frisou o pró-reitor da UFRJ.

Em apresentação aos senadores, Márcio de Castro Silva Filho, diretor da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), mostrou que, de 2006 a 2014, houve aumento de 62% no número de programas de pós-graduação e de 75% nas matrículas nos cursos, que saltaram de 132 mil para 232 mil.

De 2004 a 2014, completou, o número de bolsas de mestrado passou de 16,2 mil para 48,1 mil, um aumento de 197%. As bolsas de doutorado tiveram aumento ainda maior: 252%, passando de 11,3 mil para quase 40 mil.

Não haverá cortes de repasses aos bolsistas da Capes, como afirmou Márcio de Castro. Também estão garantidas as bolsas do CNPq, conforme Emília Maria Silva Ribeiro Curi, secretária executiva do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

— A prioridade será em honrar os projetos contratados e o pagamento dos bolsistas, indistintamente da área de atuação — disse.

Indignação

Na opinião dos senadores Cristovam Buarque (PDT-DF), Lasier Martins (PDT-RS) e José Medeiros (PPS-MT), a produção de conhecimentos é estratégica para o desenvolvimento do país, não havendo justificativa para o corte de recursos para instituições de pesquisa.

— No momento em que a palavra de ordem no mundo é inovação — científica e tecnológica —, como chegaremos a isso se estamos tendo esta crise tão ruim também no ensino de pós-graduação — lamentou Lasier.

Ao lado dos colegas, o senador Hélio José (PSD-DF) lembrou nova dificuldade colocada ao Congresso pelo Executivo, frente ao *deficit* de R\$ 30 bilhões no projeto do Orçamento de 2016.

— Com essa possibilidade de ter que cortar, como vamos fazer? Sacrificar o pouco que já se tem de investimento na área científica? Não tem a mínima condição — afirmou Hélio José.

Agência Senado

Fonte: <http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2015/09/01/cortes-na-pos-graduacao-comprometem-pesquisas-alertam-representantes-de-universidades>



Audiência Pública destinada a debater as razões pelas quais o Brasil não acompanhou o acordo multilateral firmado na OMC pela eliminação de tarifas de importação de alguns produtos eletrônicos.

Requerimento de realização de audiência:

– RCT 53/2015, de autoria do Senador Hélio José.

CONVIDADOS

- **Virgílio Augusto Fernandes Almeida**
Secretário de Políticas de Informática do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI
- **Paulo Estivallet de Mesquita**
Embaixador/Diretor do Departamento Econômico do Itamaraty
- **Márcio Luiz Naves de Lima**
Diretor do Departamento de Negociações Internacionais da Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – DEINT/SECEX/MDIC
- **Daniel da Silva Antunes**
Gerente de Relações Governamentais da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica – ABINEE

Acordo para fim de tarifas sobre eletrônicos não é vantajoso, afirmam especialistas

10/09/2015

Acordo firmado na Organização Mundial do Comércio (OMC) para a eliminação de tarifas para a importação de produtos e componentes eletrônicos não apresenta nenhuma vantagem para o Brasil. A posição foi sustentada por todos os debatedores que participaram de audiência pública nesta quinta-feira (10), na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT).

Dos 161 países que fazem parte da OMC, 54 assinaram o acordo em julho. Serão eliminadas tarifas para a importação de 201 produtos e componentes eletrônicos, como dispositivos de GPS, monitores e telas sensíveis ao toque. O Brasil está no grupo daqueles que continuarão taxando esses componentes.

O governo diz que ficou fora porque os termos do acordo não eram os melhores para o país. Segundo o diretor do Departamento de Negociações Internacionais da Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Márcio Luiz Naves de Lima, os termos do acordo favorecem EUA, China e outros grandes produtores de eletrônicos. O Brasil, disse ele, não fez parte da negociação.

— A participação do Brasil foi nula. Foi um acordo negociado a portas fechadas pelos principais *players* desse setor — explicou.

Arrecadação

A adesão ao acordo impactaria a arrecadação do governo e prejudicaria a indústria nacional, conforme o secretário de Políticas de Informática do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, Virgílio Augusto Fernandes Almeida. O governo considera estratégico o setor que produz eletrônicos e tecnologia da informação:

— Essa é uma indústria que emprega recursos humanos qualificados e que tem que ter um conjunto de incentivos não só para ampliar sua atuação no Brasil, mas também para competir no exterior — disse Almeida.

Gerente da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee), Daniel da Silva Antunes observou que a tarifa média do imposto de importação dos produtos eletrônicos no Brasil está em 12%, o que não representa qualquer barreira comercial. Segundo ele, a indústria nacional não teria como competir se as taxas fossem eliminadas, pois os custos de produção e logísticos são mais elevados aqui em comparação com outros países.

O diretor do Departamento Econômico do Itamaraty, Paulo Estivallet de Mesquita, também não vê vantagens para o Brasil aderir ao acordo.

— Se em algum momento for decidido que o Brasil deve reduzir suas tarifas para esses produtos, eu espero que tenhamos a inteligência para abrir outros mercados. [...] Podemos pedir [a redução de tarifas] em outros produtos nos quais o Brasil é competitivo. Para a abertura de mercado para nossos têxteis, para nossos produtos de transporte, para nossas exportações agrícolas.

Acordo

O comércio mundial de produtos de tecnologia da informação movimentava cerca de US\$ 4 trilhões por ano, com esse novo acordo será possível eliminar cerca de US\$ 1 trilhão em tarifas. A negociação visa expandir o atual Acordo de Tecnologia da Informação (ITA, na sigla em inglês), acertado em 1996, que eliminou alíquotas de produtos como PCs, *laptops*, dispositivos móveis, monitores. O Brasil também não participou desse acordo.

A audiência desta quinta-feira foi sugerida pelo senador Hélio José (PSD-DF), que presidiu os trabalhos.

Agência Senado

Fonte: <http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2015/09/10/acordo-para-fim-de-tarifas-sobre-eletronicos-nao-e-vantajoso-afirmam-especialistas>

DIA 06/10/2015 – 38ª REUNIÃO



Audiência Pública destinada a debater a municipalização da comunicação no Brasil por meio das rádios e TVs comunitárias, as TVs universitárias e do Canal da Cidadania.

Requerimentos de realização de audiência:

- RCT 55/2015, de autoria do Senador Hélio José;
- RCT 62/2015, de autoria dos Senadores Hélio José e Cristovam Buarque.

CONVIDADOS

- **Fernando José Garcia Moreira**
Presidente da Associação Brasileira da Televisão Universitária – ABTU
- **André Barbosa Filho**
Superintendente Executivo de Relacionamento da Empresa Brasil de Comunicação – EBC
- **José Luiz do Nascimento Sóter**
Coordenador Executivo da Associação Brasileira de Rádios Comunitárias – ABRAÇO
- **Paulo Miranda**
Presidente da Associação Brasileira de Canais Comunitários – ABCCOM
- **Octávio Penna Pieranti**
Assessor da Secretaria Executiva do Ministério das Comunicações – MiniCom

Rádios e TVs comunitárias pedem mais verbas do governo

06/10/2015

Sem fins lucrativos e proibidas pela legislação de fazer propagandas comerciais, as rádios e televisões comunitárias sofrem com a falta de verbas. Em audiência nesta terça-feira (6), na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), representantes dessas emissoras reivindicaram a criação de fontes de financiamento que garantam sua sobrevivência. Sem uma forma de sustento, cerca de 4 mil rádios comunitárias em funcionamento no país correm o risco de fechar as portas.

Hoje, as prestadoras do Serviço de Radiodifusão Comunitária sobrevivem por meio do pagamento do chamado apoio cultural, que é restrito aos estabelecimentos situados na área da comunidade atendida. As emissoras podem apenas veicular mensagens institucionais da entidade apoiadora, sem qualquer menção a produtos ou serviços. Entre as ideias para garantir maior entrada de recursos, está a liberação da publicidade do comércio local.

A falta de financiamento também atinge as TVs comunitárias. Para José Luiz do Nascimento Sóter, coordenador executivo da Associação Brasileira de Rádios Comunitárias (Abraço), o que está em jogo é o medo de algumas empresas de rádio e TV de perder receitas para os canais comunitários.

— O oligopólio das comunicações nos vê como inimigos, como se estivéssemos ameaçando suas fontes de receita. E, na verdade, não estamos. A publicidade de um cabeleireiro em uma cidade do interior nunca vai chegar ao meio comercial — disse.

O presidente da Associação Brasileira de Canais Comunitários (ABCCOM), Paulo Miranda, apontou outro caminho: a criação, pelo governo, de um fundo de financiamento de comunicação comunitária.

André Barbosa Filho, superintendente executivo de Relacionamento da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), disse ser necessário avançar também na legislação sobre financiamento da comunicação pública como um todo.

Otávio Penna Pierante, assessor da Secretaria Executiva do Ministério das Comunicações, lembrou que a pasta chegou a incluir em uma portaria um dispositivo que garantia o apoio do governo às rádios e TVs comunitárias. Na prática, isso possibilitaria aumentar as receitas das emissoras. Mas o dispositivo foi suspenso após recurso proposto pela ABERT, associação que representa as emissoras comerciais.

Pierante observou, no entanto, que existem, entre os mais de 40 projetos de lei sobre rádios e TVs comunitárias em tramitação no Congresso, propostas que garantem mais dinheiro para a radiodifusão comunitária.

— Faço um apelo para que se avance na legislação que trata da radiodifusão pública — enfatizou o representante do governo.

Projeto

Os senadores Hélio José (PSD-DF) e Lasier Martins (PDT-RS) prometeram elaborar um projeto de lei para tentar resolver o problema do financiamento das rádios e TVs. Foi Hélio José quem sugeriu a realização da audiência pública na CCT.

— Hoje, quando a gente chega em uma rádio comunitária, que é tão importante para a comunicação nas cidades, ficamos até meio deprimidos. São cubículos tão pequenos, com insalubridade, com dificuldade de funcionamento — apontou o senador pelo Distrito Federal.

Fiscalização

Regulada pela Lei nº 9.612/98, a radiodifusão comunitária tem como objetivo “prestar serviços de utilidade pública e estimular o lazer, a cultura, e o convívio social”. Apesar da finalidade “nobre”, grupos políticos acabam assumindo o controle de rádios e usando-as para fins privados. O alerta foi feito pelo senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), que denunciou à Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) e ao Ministério das Comunicações diversas irregularidades na operação de rádios comunitárias no Amapá. O senador cobrou maior rigor na fiscalização.

Lasier Martins concordou com Randolfe e pediu maior transparência nas autorizações para funcionamento de rádios e TVs. Segundo ele, a documentação encaminhada pelo Ministério das Comunicações ao Congresso Nacional, que dá a palavra final sobre a licença de funcionamento, nem sempre chega com a qualificação dos responsáveis pelas entidades interessadas em prestar o serviço em cada cidade.

— Nós temos recebido muitos projetos de outorga e muitas vezes não vem a identificação dos responsáveis. Em um caso isolado, de uma emissora do Rio Grande do Sul, havia um personagem que não era recomendável por ter antecedentes criminais — relatou o senador.

O representante do Ministério das Comunicações prometeu apurar as denúncias e garantiu que a pasta tem sido rigorosa na solicitação de documentos que comprovem a idoneidade dos dirigentes dessas emissoras.

Agência Senado

Fonte: <http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2015/10/06/radios-comunitarias-pedem-mais-verbos-do-governo>



Audiência Pública destinada a debater o tema “Desenvolvimento de tecnologia na área da saúde”.

Requerimentos de realização de audiência:

- RCT 59/2015, de autoria do Senador Hélio José;
- RCT 63/2015, de autoria dos Senadores Hélio José e Cristovam Buarque.

CONVIDADOS

- **Marcelo Morales**
Diretor de Ciências Agrárias, Biológicas e da Saúde do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – DABS/PRE/CNPq
- **Helder Constantino**
Representante da Humane Society International – HSI no Brasil
- **Alysson Muotri**
Professor Doutor Pesquisador do Instituto Salk para Estudos Biológicos

CCT discute métodos para desenvolver tecnologia na área de saúde

22/10/2015

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) realiza na manhã desta quinta-feira (22) audiência pública sobre o desenvolvimento de tecnologias na área de saúde.

Entre os temas em debate, o uso de animais em pesquisas, os avanços recentes nas áreas de genética e neurociências, os efeitos terapêuticos da maconha, novas experiências no tratamento do câncer (em especial, quanto ao uso de fosfoetanolamina) e os desafios brasileiros no campo científico.

Participam do debate Alysson Moutri, pesquisador do Instituto Salk para Estudos Biológicos, na Universidade da Califórnia, em San Diego (EUA); Marcelo Morales, diretor de Ciências Agrárias, Biológicas e da Saúde do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq); e Helder Constantino, representante da Humane Society International — HSI no Brasil.

Agência Senado

Fonte: <http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2015/10/22/cct-discute-metodos-para-desenvolver-tecnologia-na-area-de-saude>

Fosfoetanolamina: em debate na CCT, pesquisadores defendem mais testes antes de liberação

22/10/2015

A polêmica sobre a liberação ou não do uso da fosfoetanolamina — substância ainda sem testes clínicos, mas apontada como revolucionária no tratamento do câncer — acabou chegando a debate da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), nesta quinta-feira (22), sobre o desenvolvimento de tecnologia na área de saúde.

A questão da fosfoetanolamina foi levantada pelos senadores Hélio José (PSD-DF), vice-presidente da CCT, e Lasier Martins (PDT-RS). O assunto também será tema de uma audiência pública conjunta com as Comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) na próxima quinta-feira (29).

Entre os expositores convidados pela CCT, prevaleceu o entendimento sobre o risco de se comercializar um medicamento sem experimentos prévios que comprovem sua eficácia e segurança.

— A princípio, acho irresponsável distribuir uma droga para o câncer sem passar por uma fase pré-clínica e clínica rigorosa. Pular etapas é perigoso. Eu seria mais cauteloso com isso — opinou o biólogo Alysson Muotri, pesquisador do Instituto Salk para Estudos Biológicos, na Califórnia, com foco em autismo.

Parecer similar foi dado pelo médico e também pesquisador Marcelo Morales, diretor do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

— Entendo a ansiedade das pessoas que têm câncer, desesperadas em usar um remédio que dê resultado. Mas, em relação à ciência, não se pode pular etapas — considerou Morales, observando que as etapas de segurança começam com o teste da droga *in vitro*, seguido por experimentos com animais, até culminar com três fases de testagem em humanos.

Uso de animais

Outro assunto controvertido em pauta foi o uso de animais em testes realizados pela indústria farmacêutica.

De acordo com o representante no Brasil da Human Society International (HSI), entidade que atua pela eliminação de testes com animais em laboratório, Helder Constantino, um crescente número de artigos científicos tem demonstrado a limitação de testes de fármacos em animais, o que chegaria a impedir a extrapolação dos dados obtidos para humanos.

— A abordagem da HSI é se aproximar de cientistas que acreditam no potencial das novas tecnologias no seu campo de pesquisa e trabalhar com eles para promover esses métodos. Acreditamos que as novas tecnologias podem ser a chave para melhorar as terapias de algumas das mais graves doenças do mundo — comentou Constantino, defendendo a substituição de testes em animais por técnicas *in vitro* e computacionais.

Visão distinta foi expressada por Marcelo Morales, para quem o desenvolvimento de um medicamento passa, obrigatoriamente, por testes com animais, protegidos em laboratório pela Lei nº 11.794/2008. De qualquer modo, ele observou que o CNPq já lançou a Rede Nacional de Métodos Alternativos (Renama), admitindo ainda ser possível alcançar, no futuro e paulatinamente, a redução no uso de animais em laboratórios de pesquisas.

Já Alysson informou usar modelos animais em suas pesquisas sobre autismo — camundongos, em sua maioria —, mas reconheceu as limitações para transpor os resultados alcançados para humanos. É nessa perspectiva que o estado da Califórnia tem investido no estudo de novos fármacos com modelos humanos (células-tronco), conforme acrescentou.

— Na Califórnia, você pode pular o teste em animal, enquanto aqui é requisitado [para liberação comercial de um medicamento] — comentou Alysson.

Agência Senado

Fonte: <http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2015/10/22/fosfoetanolamina-em-debate-na-cct-pesquisadores-defendem-mais-testes-antes-de-liberacao>

**DIA 29/10/2015 – 19ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES PERMANENTES
(43ª REUNIÃO DA CCT E 32ª REUNIÃO DA CAS)**



Audiência Pública destinada a debater sobre o desenvolvimento de pesquisas médico-farmacológica-clínicas com a droga fosfoetanolamina na Universidade de São Carlos-SP.

Requerimentos de realização de audiência:

- RCT 64/2015, de autoria do Senador Ivo Cassol;
- RCT 65/2015, de autoria dos Senadores Ivo Cassol e Hélio José;
- RCT 66/2015, de autoria dos Senadores Ivo Cassol e Hélio José;
- RCT 68/2015, de autoria do Senador Hélio José; e
- RAS 39/2015, de autoria da Senadora Ana Amélia.

CONVIDADOS

- **Gilberto Orivaldo Chierice**
Doutor em Química pela Universidade de São Paulo – USP
- **Salvador Claro Neto**
Professor e Pesquisador da Universidade de São Paulo – USP

- **Marcos Vinícius de Almeida**
Biólogo, Doutor em Biotecnologia e Professor da UNIESP – Bauru/SP
- **Durvanei Augusto Maria**
Biomédico do Instituto Butantan
- **Mendonça Ribeiro Filho**
Doutor em Ciência em Concentração Química Analítica pela Universidade de São Paulo – USP/ São Carlos e Professor da Universidade de Uberaba – UNIUBE/MG
- **José Antônio Ribeiro Filho**
Médico Oncologista Especialista em Mastologia e Ex-Presidente da Sociedade Brasileira de Mastologia
- **Meneguelo**
Mestre em Bioengenharia pela Universidade de São Paulo – USP
- **Jarbas Barbosa da Silva Júnior**
Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA
- **Adriano Massuda**
Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde
- **Gélcio Luiz Quintella Mendes**
Representante do Instituto Nacional do Câncer – INCA
- **Jailson Bittencourt de Andrade**
Secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – SEPED/MCTI
- **Daniel de Macedo Alves Pereira**
Defensor Público Federal
- **Carlos Kennedy Witthoeft**
- **Bernadete Cioffi**
- **Rodrigues**
- **Amaro Vilson**

Pesquisadores debatem substância apontada como eficaz contra o câncer

29/10/2015

Audiência pública nesta quinta-feira (29), no Senado, permitiu amplo debate sobre a fosfoetanolamina sintética, a substância que vem sendo divulgada como eficaz no tratamento de diversos tipos de câncer e motivando uma enxurrada de ações judiciais iniciadas por pacientes que reivindicam o fornecimento da droga. Durante quase seis horas, falaram mais de 15 convidados, entre os quais os

envolvidos nas pesquisas, gestores do governo federal e pacientes que relataram os ganhos obtidos com a terapia experimental.

O representante do Ministério da Saúde, secretário da área de Ciência e Tecnologia, Adriano Massuda, confirmou que a pasta já criou uma força-tarefa para acompanhar os estudos com a substância e conceber estratégias para a produção. O representante do Instituto Nacional do Câncer (Inca), Gelsio Luiz Quintela Mendes, manifestou a disposição do órgão em participar dos ensaios clínicos.

Os pacientes querem antes de tudo a garantia de entrega das cápsulas da substância, atualmente interrompida. Por força de decisão do ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal (STF), a Universidade de São Paulo (USP), por meio do Instituto de Química em São Carlos, está obrigada a cumprir as mais de 1,2 mil liminares já expedidas. Nesse instituto, as cápsulas vinham sendo produzidas em pequena escala, com distribuição a pacientes.

Os representantes do governo, por sua vez, mostraram boa vontade em acelerar procedimentos para os testes clínicos, necessários para o registro definitivo do medicamento, assim como para garantir a sua produção. Já os pesquisadores querem a garantia da supervisão dos testes, que incluem o monitoramento de dados de pacientes, para avaliação da eficácia e da segurança do uso da substância.

A audiência foi realizada em conjunto pelas Comissões de Ciência e Tecnologia (CCT) e de Assuntos Sociais (CAS). Assinaram os pedidos os senadores Ivo Cassol (PP-RO), que dirigiu os trabalhos, e ainda Ana Amélia (PP-RS) e Cristovam Buarque (PDT-DF), que preside a CCT.

– Conseguimos comover e, ao mesmo tempo, trazer os demais senadores para a realidade dos fatos. Tivemos depoimentos consistentes e verdadeiros, inclusive de pacientes que estão utilizando a fosfoetanolamina. Não é justo que, por uma coisa ou outra na USP, a droga não esteja sendo produzida. E não é apenas a USP que pode produzir – disse Cassol, avaliando a audiência.

Método

Um dos pesquisadores ouvidos foi o professor aposentado Gilberto Orivaldo Chierice, da USP. Ele desenvolveu método próprio para sintetizar a fosfoetanolamina, que imita a natural produzida pelo corpo humano, atuando para reforçar os mecanismos de defesa contra as células comprometidas. Além de explicar como a droga funciona, ele rebateu informações de que durante as pesquisas não tenham sido realizados testes clínicos com pessoas.

Segundo Chierice, esses testes foram feitos em hospital em Jaú (SP), por meio de convênio com a USP, entre 1995 e 2000. Os trabalhos, segundo o pesquisador, seguiram as regras do Ministério da Saúde que se aplicavam à época, antes que as pesquisas passassem a ser reguladas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Os estudos, de acordo com o professor, foram publicados e desfrutaram de reconhecimento internacional. Sobre os relatórios produzidos no hospital, ele disse não saber o destino dado após o fim do convênio.

– O hospital nos usou como trampolim para ser hospital de pesquisa e deixou acabar. Não tem um dado clínico [hoje], mas tem muita gente que tomou [a substância] – disse.

Salvador Claro Neto, outro pesquisador na ativa em São Carlos e responsável direto nos últimos anos pela produção das cápsulas distribuídas aos pacientes, confirmou que o laboratório local não está apto a produzir na quantidade demandada pelo conjunto de liminares multiplicadas desde a divulgação mais intensa sobre a droga na mídia.

– Não somos uma fábrica, somos um laboratório. O que tem de ser feito é sair da universidade, fabricar em outro local onde se possa aumentar a produção – afirmou.

Depois, em entrevista, ele confirmou informação divulgada por Ivo Cassol na audiência, segundo a qual os pesquisadores estão dispostos a conceder autorização para a produção ser feita por outros laboratórios. Segundo ele, o grupo tem apenas uma condição: que seja organizado um instituto para que esse mesmo grupo possa continuar atuando em conjunto, na pesquisa de outros fármacos. Além disso, reforçou o interesse do grupo na supervisão dos testes clínicos, agora segundo os critérios da Anvisa.

– Como tem muita gente contra, temos que tomar esse cuidado; de repente, podem boicotar uma pesquisa dessa e botar tudo a perder – observou.

Casos

Médicos da mesma rede de pesquisa mostraram resultados da aplicação da droga em pacientes sob seus cuidados, com a apresentação de exames de imagem e vídeos destacando evolução positiva no tratamento. Um dos pacientes que relataram diretamente sua história foi a psicóloga Bernadete Cioffi, de São Paulo. Ela contou que teve câncer de mama e nenhuma das terapias a que se submeteu foi eficaz. Com metástase óssea e já em tratamento paliativo, disse que passou a usar a fosfoetanolamina em setembro. Agora, já não precisa mais de cadeira de rodas e nem de bengala. Também parou de usar medicamentos para as dores, que lhe causavam efeitos adversos, como relatou.

– Vim de São Paulo de avião, sozinha. Não precisei de nenhum suporte no aeroporto. O que quero é pedir às senhoras e senhores que não tirem de nós essa chance com a substância. Que eu possa continuar com o uso do ‘fosfo’, pelo menos para que eu não volte ao analgésico – disse, relatando que no momento só dispõe de duas cápsulas.

Anvisa

O presidente da Anvisa, Jarbas Barbosa Júnior, salientou a importância de regras e controles para desenvolvimento de medicamentos, sobretudo para os testes clínicos em humanos. Segundo ele, o processo é complexo e visa garantir não só a eficácia para o tratamento da doença, mas também a segurança quanto a efeitos adversos e mesmo de letalidade. Os critérios adotados, afirmou, são equivalentes aos dos países que aplicam as melhores práticas.

Ele afirmou que nunca chegou ao órgão qualquer pedido de autorização para testes clínicos com a fosfoetanolamina. Deixou claro, contudo, que o órgão confere prioridade a toda pesquisa e ensaio químico desenvolvido no país, e que esse tratamento será naturalmente adotado diante de eventual solicitação de testes com a droga experimental.

Jailson Bittencourt de Andrade, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, observou que a questão da fosfoetanolamina já está na pauta de debates nacional, inclusive nos três poderes da República, e alcançou também o exterior. Revelou que já havia sido solicitado a dar entrevista para grande jornal estrangeiro sobre o tema. Adiantou a disposição de trabalhar em parceria com outros ministérios e salientou que a pasta pode colaborar com sua rede de 16 laboratórios para a produção imediata da substância, se for o caso.

A senadora Ana Amélia citou nota emitida pela USP em que a instituição, entre outros pontos, destaca que não foram realizados estudos clínicos e, portanto, ainda não é possível assegurar a eficácia e a segurança do uso da fosfoetanolamina. Por isso, salientou, o debate deve ser feito com racionalidade. Sobre a mesma nota, ela destacou trecho em que a instituição se mostrou pouco comprometida com o desenvolvimento dos estudos.

Agência Senado

Fonte: <http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2015/10/29/pesquisadores-autoridades-e-pacientes-debatem-substancia-apontada-como-eficaz-contra-o-cancer>

Ivo Cassol relata audiência sobre o uso da fosfoetanolamina no tratamento do câncer

29/10/2015

O senador Ivo Cassol (PP-RO) relatou em Plenário a audiência pública realizada nesta quinta-feira (29) sobre o uso da substância fosfoetanolamina no tratamento do câncer. A audiência foi realizada pelas Comissões de Ciência e Tecnologia e de Assuntos Sociais.

Segundo Ivo Cassol, os especialistas que participaram da audiência pública defenderam o uso da fosfoetanolamina no combate ao câncer. Os efeitos da substância, que pode impedir o aumento das células tumorais e a metástase, estão sendo estudados há mais de 20 anos na Universidade de São Paulo, disse o senador.

Além dos especialistas, pessoas que usaram a fosfoetanolamina relataram como foram os resultados do tratamento. Segundo Ivo Cassol, foram histórias emocionantes, como a de Carlos Kennedy Witthoef, preso e indiciado por produzir e distribuir a substância.

– O Carlos Kennedy tinha sua mãe de 82 anos com câncer. O médico a mandou ir para casa porque ela não aguentaria mais 30 dias. Ele descobriu as cápsulas e foi atrás da "fosfo". Conseguiu e começou a dar para sua mãe. Com uma semana, a mãe dele já estava na cozinha fazendo sopa. Com 18 dias, ela estava na horta capinando – relatou o senador.

Ivo Cassol pediu que a presidente Dilma Rousseff "compre a briga" por mais pesquisas para novos medicamentos. Sugeriu ainda a aprovação de propostas e sanção de leis que possibilitem a redução dos preços dos remédios no Brasil.

Agência Senado

Fonte: <http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2015/10/29/ivo-cassol-relata-audiencia-sobre-o-uso-da-fosfoetanolamina-no-tratamento-do-cancer>

DIA 10/11/2015 – 45ª REUNIÃO



Audiência Pública de Instrução ao Projeto de Lei do Senado nº 200, de 2015, que “Dispõe sobre princípios, diretrizes e regras para a condução de pesquisas clínicas em seres humanos por instituições públicas ou privadas”.

Requerimentos de realização de audiência:

- RCT 58/2015, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira; e
- RCT 73/2015, de autoria dos Senadores Walter Pinheiro e Hélio José.

CONVIDADOS

- **Rodrigo Guerino Stabeli**
Vice-Presidente de Pesquisa e Laboratórios de Referência da Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ
- **Fábio André Franke**
Presidente da Aliança Pesquisa Clínica Brasil
- **Fernanda Sobral**
Conselheira da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC
- **Jorge Alves de Almeida Venâncio**
Coordenador da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde – CONEP/CNS/MS

- **Paulo Marcelo Hoff**
Professor Titular de Oncologia da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo – USP/
Diretor-Geral do Instituto do Câncer do Estado de São Paulo – ICESP
- **Cláudio Roberto Camperlingo de Araújo**
Advogado

Debatedores analisam projeto para desburocratizar pesquisa de novos medicamentos

10/11/2015

Os debatedores que participaram da audiência pública desta terça-feira (10), na Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) do Senado, destacaram a importância do projeto (PLS 200/2015) para regulamentar as pesquisas clínicas com novos medicamentos no país. A senadora Ana Amélia (PP-RS) é autora da proposta, juntamente com os senadores Waldemir Moka (PMDB-MS) e Walter Pinheiro (PT-BA).

A audiência foi solicitada pelo senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), relator do projeto na CCT, para instruir o projeto. A proposta, apresentada em abril deste ano, define princípios e regras para as pesquisas clínicas, a fim de desburocratizar o acesso de pacientes a novos medicamentos e promover o desenvolvimento científico no Brasil. Em agosto, o PLS 200 foi aprovado por unanimidade na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), com relatório favorável do senador Eduardo Amorim (PSC-SE).

Presidente da Aliança Pesquisa Clínica Brasil, Fábio Franke destacou que muitos estudos aguardam a regulamentação na Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep). Atualmente, o Brasil é responsável por apenas 2% dos estudos realizados em todo o mundo. Em razão da demora para a liberação das pesquisas, pacientes brasileiros ficam impedidos de participar dos testes clínicos com novos medicamentos.

— Pacientes que teriam potencial de receber um tratamento, e que poderiam se beneficiar dele, acabam perdendo a oportunidade. Ficamos de mãos amarradas, sem poder oferecer algo que possa ser significativo e representar uma esperança para o paciente — ressaltou Franke, que também admitiu que há o dilema ético entre proteger os voluntários, e não impedir uma pesquisa que possa beneficiar os pacientes.

O professor titular de Oncologia da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo e diretor-geral do Instituto do Câncer do Estado de São Paulo, Paulo Hoff, também reforçou a necessidade de agilizar os processos de pesquisas clínicas com novos medicamentos. Ele apresentou exemplo em que a autorização para estudo demorou mais de um ano na Conep, sem contar o prazo necessário da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), que também precisa aprovar os protocolos.

— Não podemos perder essa oportunidade. Temos que resolver agora, quando o Senado está mobilizado em torno do tema, ou vamos nos arrepender no futuro.

A conselheira da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, Fernanda Sobral, destacou a necessidade de melhorar a tramitação das pesquisas que envolvem seres humanos.

Já o vice-presidente de Pesquisa e Laboratórios de Referência da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Rodrigo Guerino Stabeli, sugeriu alterações no projeto para assegurar a todos os participantes acesso gratuito e por tempo indeterminado aos métodos de tratamento e diagnóstico, desde que comprovadamente eficazes.

O coordenador da Conep, Jorge Venâncio, enfatizou que o órgão ligado ao Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde vem trabalhando para reduzir os prazos de tramitação dos protocolos de pesquisa e afirmou que também enviará sugestões para o relator do PLS 200.

Também participou do debate o advogado Cláudio Roberto Camperlingo de Araújo, que defendeu o sistema CEP/Conep de regulamentação.

Marco regulatório

Autora do projeto, a senadora Ana Amélia ressaltou que o debate comprovou a necessidade de um marco regulatório claro e objetivo na área. No plenário, a parlamentar gaúcha enfatizou que a intenção é chegar, de forma democrática, a uma lei que atenda aos interesses dos pacientes e viabilize o desenvolvimento de pesquisas no Brasil.

— Fico muito feliz de trabalhar nesse processo. Trata-se de agilizar para que o paciente tenha acesso a medicamentos modernos no tratamento de doenças graves como o câncer e o Alzheimer — declarou.

O senador Waldemir Moka, também autor do PLS 200, lembrou que a questão começou a ser debatida em 2013, em audiência proposta por Ana Amélia, quando ele era presidente da Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

— Por incrível que pareça, pesquisa clínica não tem lei. É um assunto tão importante como esse tem que ter uma lei para disciplinar. É fundamental — afirmou.

As informações da audiência pública serão utilizadas pelo relator, senador Aloysio Nunes Ferreira, para formar seu parecer sobre o projeto na CCT. Depois, o projeto seguirá para a CAS.

Aloysio Nunes disse que vem recebendo de grupos contrários ao projeto alegações de que seria retirado o controle da sociedade brasileira sobre as pesquisas com seres humanos, com riscos à soberania nacional.

O projeto

O assunto começou a ser debatido no Senado em março de 2014, após contato com o gabinete da senadora Ana Amélia feito pelo paciente de câncer de pulmão de Ijuí (RS), Afonso Celso Haas, 56 anos, voluntário em um tratamento da doença, coordenado pelo diretor do Centro de Alta Complexidade em Oncologia (Cacon) do Hospital de Caridade de Ijuí (HCI), Fábio Franke, que participou da audiência desta terça-feira na CCT como presidente da Aliança Pesquisa Clínica Brasil.

O caso motivou a realização de audiência pública com médicos, pesquisadores, representantes de entidades e do governo federal na Comissão de Assuntos Sociais, onde ficou evidente a burocracia existente no Brasil nesse processo. Os passos seguintes foram a criação de um grupo de trabalho e a apresentação do projeto em análise no Senado.

Agência Senado

Fonte: <http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2015/11/10/pesquisa-clinica-em-seres-humanos-deve-ser-balizada-por-limites-eticos-dizem-debatedores>

**DIA 18/11/2015 – 21ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES PERMANENTES
(48ª REUNIÃO DA CCT E 44ª REUNIÃO DA CAE)**



Audiência Pública de Instrução ao Projeto de Lei da Câmara nº 77, de 2015, que dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação, nos termos da Emenda Constitucional nº 85, de 26 de fevereiro de 2015.

Requerimentos de realização de audiência:

- RCT 74/2015, de autoria dos Senadores Jorge Viana e Cristovam Buarque;
- RQE 50/2015, de autoria dos Senadores Cristovam Buarque e Jorge Viana.

CONVIDADOS

- **Cristina Quintella**
Presidente do Fórum Nacional dos Gestores de Inovação e Transferência de Tecnologia – Fortec
- **Luiz Gargioni**
Presidente do Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa
- **Fernando Peregrino**
Vice-presidente do Conselho Nacional das Fundações de Apoio às Instituições de Ensino Superior – Confies

- **Gianna Sagazio**
Diretora de Inovação da Confederação Nacional da Indústria – CNI
- **Bergmann Morais Ribeiro**
Representante da Universidade de Brasília – UnB

Participantes de audiência pedem estímulo ao desenvolvimento científico

18/11/2015

Professores, pesquisadores e representantes da indústria cobraram, durante audiência pública realizada nesta quarta-feira (18), a aprovação do projeto que trata de estímulos ao desenvolvimento científico. O Projeto de Lei da Câmara (PLC) 77/2015 está em análise na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), que promoveu a audiência em conjunto com a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT).

Os participantes da audiência criticaram a burocracia dos processos de incentivo à pesquisa e afirmaram que é preciso criar no país um espírito empreendedor e um cenário em que a pesquisa seja incentivada. Eles ainda pediram que os recursos destinados à ciência e à tecnologia sejam considerados prioridade e cobraram menos controle e mais liberdade para trabalhar nas universidades e nos laboratórios.

O professor Bergmann Morais Ribeiro, da Universidade de Brasília, disse que um pesquisador tem de fazer “praticamente tudo”, desde tirar cópias, a enfrentar fila de banco e lidar com questões contábeis. Para Bergman Ribeiro “é muito trabalho nas costas do pesquisador”, o que termina atrapalhando a pesquisa. A diretora de Inovação da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Gianna Sagazio, registrou a queda do Brasil no *ranking* mundial da pesquisa Índice Global de Competitividade e Inovação 2015-2016, do World Economic Forum.

O senador Jorge Viana (PT-AC) explicou que o projeto regulamenta a parceria das universidades com o setor privado e “coloca o Brasil no século 21, do ponto de vista da tecnologia e da inovação”. O senador Cristovam Buarque (PDT-DF) sinalizou que o projeto não vai sofrer modificação, para que a tramitação não atrase e o texto chegue logo à sanção. Relator da matéria na CAE, Cristovam disse que o projeto pode ajudar o Brasil a avançar e exportar, não apenas soja, mas conhecimento.

Agência Senado

Fonte: <http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2015/11/18/participantes-de-audiencia-pedem-estimulo-ao-desenvolvimento-cientifico>

4.1 AVALIAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA – FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS EM CT&I

O Regimento Interno do Senado Federal estabelece, em seu artigo 96-B, que as comissões permanentes selecionarão, no âmbito da sua competência, políticas públicas desenvolvidas pelo Poder Executivo para serem avaliadas.

A Formação de Recursos Humanos para Ciência, Tecnologia e Inovação, com especial enfoque para o Programa Ciência sem Fronteiras, foi a política pública escolhida pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) do Senado Federal, para ser avaliada durante o ano de 2015, aprovado seu estudo por meio do Requerimento nº 04/2015 – CCT, tendo sido nomeado relator o Senador Omar Aziz.

O Programa Ciência sem Fronteiras, instituído pelo Governo Federal em 2011, busca promover a consolidação, expansão e internacionalização da ciência e tecnologia, da inovação e da competitividade brasileira por meio do intercâmbio e da mobilidade internacional. A iniciativa é fruto de esforço conjunto dos Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e do Ministério da Educação (MEC), por meio de suas respectivas instituições de fomento – CNPq e Capes –, e Secretarias de Ensino Superior e de Ensino Tecnológico do MEC.

O projeto inicial estabeleceu a meta de utilização de até 101 (cento e uma mil) bolsas de estudo, em quatro anos, para o intercâmbio de alunos de vários níveis de graduação, inclusive com a vinda de pesquisadores estrangeiros para o nosso país.

O Plano de Trabalho correspondente, apresentado à Comissão pelo Senador Omar Aziz, e aprovado em 07/07/2015, propôs a execução de diversas atividades. A partir de então, foram ouvidos diversos segmentos envolvidos no Programa, por meio de audiências e debates públicos, bem como foi realizada uma pesquisa de opinião, pelo DataSenado, junto a bolsistas e ex-bolsistas do Ciência sem fronteiras, com o objetivo de avaliar o Programa sob o ponto de vista dos estudantes.

Apresentamos a seguir o resumo das principais atividades realizadas no decorrer da referida avaliação, que teve seu relatório aprovado pelo plenário da CCT, em 15/12/2015.

DIA 29/04/2015 – 11ª REUNIÃO – AUDIÊNCIA PÚBLICA



1ª Audiência Pública destinada a debater o tema “Formação de recursos humanos para ciência, tecnologia e inovação, com especial enfoque no Programa Ciência sem Fronteiras”.

Requerimentos de realização de audiência:

- RCT 04/2015, de autoria do Senador Cristovam Buarque; e
- RCT 15/2015, de autoria do Senador Cristovam Buarque.

CONVIDADOS

- **Helena Nader**
Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC
- **Isaac Roitman**
Professor Emérito da Universidade de Brasília – UnB e Membro da Academia Brasileira de Ciências – ABC
- **Jorge Almeida Guimarães**
Presidente da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes
- **Hernan Chaimovich**
Presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq

Audiência destaca necessidade de mais investimento em ciência e tecnologia

29/04/2015

Se o Brasil não aumentar e melhorar seus gastos em pesquisa e desenvolvimento científico, dificilmente vai se tornar uma economia avançada. Essa foi uma das constatações da audiência pública da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), nesta quarta-feira (29), sobre formação de recursos humanos para a área.

Para o presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Hernan Chaimovich, o investimento de verbas públicas no Programa Ciência Sem Fronteiras é um caso de sucesso. Mas ele lembrou que nos últimos anos caiu drasticamente o investimento do setor privado em máquinas, equipamentos e material de construção, chamado de formação bruta de capital fixo.

— Existe uma correlação direta entre investimento, pesquisa e desenvolvimento e formação bruta de capital fixo — explicou.

O presidente da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), Jorge Almeida Guimarães, disse que para chegar perto dos países mais avançados, o Brasil deveria investir pelo menos 2% de seu produto interno bruto em ciência e tecnologia. Atualmente, este percentual é próximo de 1,1%, praticamente sem participação de empresas privadas.

— As nossas empresas, infelizmente, não aplicam em ciência e tecnologia. Quase metade do 1,1% é principalmente de empresa pública — disse.

O senador Omar Aziz (PSD-AM) pediu que se invista mais em pesquisas que dão retorno prático. Ele lembrou que, depois de 12 anos, até hoje o Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA) não funciona regularmente por questões burocráticas e jurídicas.

— O Brasil cria ministérios com a maior facilidade para dar para grupos políticos e não consegue colocar o CBA para funcionar — lamentou o senador.

O presidente da comissão, Cristovam Buarque (PDT-DF), disse achar necessária uma mudança de mentalidade no país, incluindo mais investimentos do BNDES que gerem patentes.

Agência Senado

Fonte: <http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2015/04/29/audiencia-destaca-necessidade-de-mais-investimento-em-ciencia-e-tecnologia>



2ª Audiência Pública destinada a debater o tema “Formação de recursos humanos para ciência, tecnologia e inovação, com especial enfoque no Programa Ciência sem Fronteiras”.

CONVIDADOS

- **Guilherme de Rosso Manços**
Ex-Bolsista do Programa Ciência Sem Fronteiras/Mestrando da Universidade de São Paulo – USP/Representante da Organização Não Governamental Rede Ciência Sem Fronteiras/CsF
- **Márcio Venício Barbosa**
Secretário de Relações Internacionais e Interinstitucionais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN
- **Hedinaldo Narciso Lima**
Vice-Reitor da Universidade Federal do Amazonas – UFAM
- **Lucas Mourthé Starling Pinheiro**
Ex-bolsista do Programa Ciência Sem Fronteiras

- **Carlos Vergani**
Assessor de Apoio à Cooperação de Assessoria de Relações Externas da Universidade Estadual de São Paulo – UNESP
- **Marcelo José de Mello Rezende**
Diretor de Acompanhamento e Integração Acadêmica da Universidade de Brasília – UnB

Debatedores apoiam Ciências sem Fronteiras, mas cobram avaliação do programa

25/08/2015

O Programa Ciência sem Fronteiras é importante para o processo de internacionalização do ensino brasileiro e contribui para a formação de recursos humanos para o país, mas ainda apresenta problemas como a falta de um sistema de acompanhamento e avaliação dos estudantes que voltam para o Brasil. A conclusão é dos debatedores que participaram nesta terça-feira (25), de audiência pública na Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT).

Os dirigentes das universidades que enviaram alunos para o programa registraram o salto que as instituições obtiveram, apesar dos problemas e burocracias iniciais. O nome brasileiro ganhou mais visibilidade no cenário da educação superior, e mais parcerias com estrangeiras foram firmadas, disseram.

— A internacionalização sempre aconteceu nas universidades brasileiras em níveis diferentes. Algumas nem tinham uma política de relações internacionais. Havia uma predominância da cooperação internacional pela pesquisa, e não pelo ensino. O Ciência sem Fronteiras foi uma inovação — disse Márcio Barbosa, secretário de Relações Internacionais e Interinstitucionais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

Entretanto, todos admitiram não existir uma avaliação sistematizada do conhecimento obtido pelos alunos nas parceiras estrangeiras, e muito menos um acompanhamento de suas trajetórias no mercado de trabalho após a temporada de estudos no exterior. Segundo os debatedores, essa deficiência dificulta a mensuração de resultados concretos do programa para a sociedade.

— Essa é uma preocupação que temos, a falta de controle e avaliação, como que o egresso do programa está. A UnB não tem condições de fazer a avaliação e o acompanhamento — resumiu Marcelo Rezende, diretor de Acompanhamento e Integração Acadêmica da Universidade de Brasília.

Dúvidas

O senador Cristovam Buarque (PDT-DF), presidente da comissão, se manifestou favoravelmente ao programa, que, em sua opinião, deve continuar a existir, mas com aperfeiçoamentos.

— O Brasil é melhor tendo o Ciência Sem Fronteiras do que não tendo. O que a gente precisa discutir é como fazer com que, de fato, esse programa se torne um instrumento de transformação, colocando o país no mundo da inovação – ressaltou.

Já o senador Omar Aziz (PSD-AM), apesar de se dizer favorável ao programa, criticou o envio de alunos da graduação para o estudo em universidades do exterior, justamente o maior número de bolsistas beneficiados. Na opinião do senador, a prioridade deveria ser aos alunos de pós-graduação, mestrado e doutorado que pudessem disseminar para estudantes que ficaram no Brasil o conhecimento e os diferenciais obtidos no ensino privilegiado e pago com o dinheiro da população. Aziz é o responsável pela análise dessa política pública em 2015, e para isso pediu a audiência.

No mesmo sentido opinou o vice-reitor da Universidade Federal do Amazonas (Ufam), Hedinaldo Narciso.

— Acredito que a pós-graduação deveria ser mais incentivada a participar. E, sobretudo, o programa deveria trazer gente do exterior para ajudar na formação de recursos humanos aqui — observou.

O vice-reitor lembrou que o investimento no Ciência sem Fronteiras é muito alto, em detrimento de demandas básicas de algumas instituições, como a qualidade e a velocidade da internet. Além disso, Narciso salientou o grande número de estudantes selecionados para o intercâmbio oriundos do centro-sul, com número mais baixo das Regiões Norte e Nordeste.

Na análise do programa, os representantes das universidades também apontaram falhas na proficiência dos estudantes nos idiomas estrangeiros, uma lacuna a ser preenchida, e na falta de comunicação direta entre a universidade brasileira e a parceira estrangeira. Também foi mencionada a necessidade de investir no caminho contrário, com estrangeiros vindo estudar nas escolas brasileiras, a chamada internacionalização ativa.

O assessor de Apoio à Cooperação de Assessoria de Relações Externas da Universidade Estadual de São Paulo (Unesp), Carlos Vergani, participou igualmente da audiência.

Alunos

Empolgados com a oportunidade que tiveram fora do país, os ex-bolsistas que participaram da audiência defenderam o programa, que, disseram, pode ajudar a corrigir o déficit de pessoal qualificado nas áreas tecnológicas. Eles relataram suas experiências e o enriquecimento cultural e educacional obtidos no exterior. O método de estudo das universidades americanas, principalmente, que estimulam a pesquisa e focam nas aulas práticas, e o incentivo à inovação sem burocracia impressionaram Lucas Pinheiro, engenheiro mecânico que estudou em Ohio.

Ele relatou o estágio em empresas de tecnologia e a vivência nos laboratórios altamente equipados, muitas vezes a partir de parcerias público-privadas, algo que poderia ser copiado no país, disse. Sua experiência na academia americana o levou a contribuir com uma empresa criada em Brasília. Ele criou um motor elétrico para ventiladores que supera em 300% a eficiência energética de outros motores com selo A para o eletrodoméstico.

— Acreditem mais nos bolsistas e nos recursos humanos que estão sendo formados — desafiou.

Guilherme Manços, ex-bolsista e mestrando da Universidade de São Paulo (USP), fundou a Rede CsF, para integrar os ex-beneficiários do programa. Ele destacou o déficit de engenheiros no Brasil ao apresentar um estudo comparativo dos países que formam o Brics (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), mostrando que o país forma 40 mil engenheiros por ano, frente aos 650 mil na China, 220 mil na Índia e 190 mil na Rússia. Mas citou dificuldades para inovar e trabalhar no país.

— O Ciência sem Fronteiras é uma demanda do país, e é importante que se mantenha o foco na solução desses problemas. A segunda reflexão é o retorno, como a gente vai manter esses recursos humanos, esses profissionais aqui no Brasil e como a gente vai dar infraestrutura, recursos e um ecossistema capaz para reter desenvolver e fomentar esses talentos — disse.

Agência Senado

Fonte: <http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2015/08/25/debatedores-apoiam-ciencias-sem-fronteiras-mas-cobram-avaliacao-do-programa>



3ª Audiência Pública destinada a debater o tema “Formação de recursos humanos para ciência, tecnologia e inovação, com especial enfoque no Programa Ciência sem Fronteiras”.

CONVIDADOS

- **Geraldo Nunes Sobrinho**
Coordenador Geral do Programa Ciência sem Fronteiras no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CGCSF/DCOI/CNPq
- **Adalberto Luís Val**
Diretor de Relações Internacionais da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES/MEC
- **Mariano Francisco Laplane**
Presidente do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos – CGEE
- **Fernanda Sobral**
Conselheira da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC

Ciência sem Fronteiras ajuda a internacionalizar educação brasileira, dizem pesquisadores

22/09/2015

Apesar dos problemas iniciais, o Ciência Sem Fronteiras é uma iniciativa importante para a internacionalização da educação brasileira, disseram nesta terça-feira (22) pesquisadores e convidados para audiência pública sobre o tema promovida pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT). Eles observaram que o programa contribui para o fim do isolamento científico do país e precisa passar por avaliações e medições de custo-benefício. Os resultados, porém, só poderão ser percebidos em médio e longo prazos.

De acordo o diretor de Relações Internacionais da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), Adalberto Val, o Brasil não produz tecnologia porque as matrículas nas engenharias não passam de 4%. A ideia básica do programa é aumentar essa oferta, mas colher os frutos desse investimento requer tempo, observou.

O Ciência sem Fronteiras tem apenas quatro anos, e a formação de um engenheiro razoável leva cinco, e mais cinco para que ele se torne bom, acrescentou ainda. Por isso, avaliar o programa como malsucedido nesse momento não é razoável, muito menos abortá-lo no nascedouro. Mas a “função social” do programa deve ser averiguada, defendeu o diretor da Capes.

Entretanto, revelou Adalberto ao responder uma pergunta de internauta, por meio do e-Cidadania, não estão previstos novos editais de concessão de bolsas no ano que vem. Em tempos de ajuste fiscal, o programa sofreu um corte de 35% no orçamento, e os recursos mantidos serão utilizados para a conclusão dos cursos dos alunos que já estão no exterior, até 2018. Para ele, seria trágico promover o encerramento abrupto dos estudos, afetando até mesmo a credibilidade das instituições brasileiras.

— Estamos no meio do processo, deixar estagnar é perder o investimento feito até aqui — avaliou ainda.

Resultados

O coordenador-geral do Programa Ciência sem Fronteiras no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Geraldo Nunes, também defendeu o programa. Ele lembrou que, nas décadas de 1960 e 1970, o governo investiu na formação de doutores no exterior nas áreas de exploração de petróleo, pesquisa agrícola e *design* de aeronaves, e hoje o Brasil é um líder mundial nos três campos. O investimento em pesquisadores trará resultados, salientou.

O presidente do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), Mariano Laplane, afirmou que o Brasil não gasta pouco com pesquisa e desenvolvimento, está entre os dez países que mais direcionam recursos, mas atrás dos integrantes do G7 e da China, Coreia do Sul, Índia e Rússia, com cerca de US\$ 33 bilhões em 2014. Os Estados Unidos investiram US\$ 465 bilhões, a China, US\$ 284 bilhões e a Rússia US\$ 40 bilhões no mesmo período. Ele defendeu o estímulo às áreas de engenharia e ciência, para que se tornem vocações do país.

— Manter vocações e construir novas não é um desafio pequeno, é caro. Precisamos gastar muito, e precisamos gastar bem — opinou.

Laplane observou que esses países direcionam a maioria dos recursos para as áreas em que se sobressaem, mas porque souberam construir empresas que se tornaram líderes. Metade do que a Coreia gasta é na indústria de televisores, e hoje domina o setor mundialmente, exemplificou.

O senador Omar Aziz (PSD-AM), relator da avaliação do Ciência Sem Fronteiras como política pública da CCT, disse que essa é uma imensa lacuna brasileira: descobrir sua vocação. Assim como a da Coreia o fez, além dos Estados Unidos, que dominam as áreas de telefonia e informática, e da Alemanha com os automóveis. Ele sugeriu que o Brasil invista em biotecnologia, ao lembrar da Amazônia, uma reserva imensa de matéria-prima.

— Nossa vocação é samba, é produzir jogador de futebol? O Brasil precisa definir uma vocação para que a gente possa focar naquela área, caso contrário vamos patinar — avaliou.

Ele tem se mostrado bastante crítico do Ciência sem Fronteiras que, a seu ver, custa muito e é mais bem aproveitado pelos indivíduos beneficiados, não pela sociedade. Os R\$ 9,5 bilhões gastos até agora não trouxeram nenhum retorno para o país, disse. O senador defendeu o investimento desses recursos na própria educação brasileira, já que há universidades federais correndo o risco de serem fechadas por falta de laboratório, por exemplo.

Avaliação

Fernanda Sobral, da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), apesar de ser uma entusiasta do Ciência sem Fronteiras, defendeu uma ampla avaliação para aperfeiçoamento do programa, com ênfase nos impactos socioeconômicos, além de científicos.

— Acho que o programa está atendendo aos objetivos de ampliação de estudo para inovação no exterior. Mas precisa saber até que ponto essa ampliação trouxe impactos para aumento da inovação no país. Isso só se vai saber a partir de uma avaliação — disse.

Ela comemorou pontos positivos do programa, como a ampliação do acesso a estudos no exterior em áreas estratégicas para a inovação e o fato de ficar patente para a sociedade brasileira a importância do aprendizado de uma língua estrangeira, além da valorização da graduação brasileira. Universidades estrangeiras estão procurando alunos brasileiros porque “sabem que eles são bons”.

Fernanda também apontou alguns gargalos, como a falta de planejamento e informação entre as agências de fomento e universidades, as dificuldades de aproveitamento de disciplinas depois que os estudantes voltam, e de obtenção de vistos para pesquisadores estrangeiros.

O presidente da CCT, senador Cristovam Buarque (PDT-DF), concordou com a relevância do programa, apesar das falhas, da maneira apressada como foi posto em prática e da falta de avaliações para medir sua eficácia e seus benefícios.

— É um grande programa, foi uma grande iniciativa, mas precisa de ajustes. Se formos fazer uma análise de custo-benefício, é muito provável que, comparado com outros investimentos, os resultados do programa não sejam os melhores. Mesmo assim é um programa que traz vantagens para o Brasil.

Cristovam defendeu ainda o investimento na educação de base, pois ali, a seu ver, é que estão os cientistas e engenheiros do futuro.

Agência Senado

Fonte: <http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2015/09/22/ciencia-sem-fronteiras-ajuda-a-internacionalizar-educacao-brasileira-dizem-pesquisadores>



Apresentação de resultado de pesquisa de opinião realizada pelo DataSenado, em parceria com a CCT, junto a bolsistas e ex-bolsistas do Programa Ciência Sem Fronteiras

DataSenado: 92% dos bolsistas aprovam Ciência sem Fronteiras

20/10/2015

A pedido da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), o DataSenado fez uma pesquisa com bolsistas e ex-beneficiários do Programa Ciência sem Fronteiras para verificar suas impressões e os ganhos que tiveram ao participar do projeto. Foram entrevistados mais de 14 mil estudantes, e a maioria o avaliou positivamente. Os resultados foram apresentados nesta terça-feira (20) por Marcos Oliveira, diretor do DataSenado, em reunião da comissão.

Do total de entrevistados, 92% declararam estar satisfeitos ou muito satisfeitos com o Ciência sem Fronteiras. Para 85%, a experiência de estudar no exterior foi ótima. Outros 12% avaliaram a experiência como boa. Nenhum entrevistado falou que o programa é ruim ou péssimo. Dos participantes da pesquisa, 68% afirmaram ter tido a oportunidade de repassar o conhecimento obtido no exterior a colegas e professores; 25% disseram que não tiveram essa chance.

Política pública

A pesquisa será usada como fonte de informações pelo senador Omar Aziz (PSD-AM) na elaboração do seu relatório com a avaliação do programa. Essa foi a política pública escolhida pela CCT para análise no corrente ano. Omar Aziz fará um balanço sobre o Ciência sem Fronteiras e avaliará se os resultados compensam o investimento que o projeto tem representado para o Estado brasileiro, de mais de R\$ 9,5 bilhões desde sua criação, em 2011, conforme gestores revelaram durante audiência pública em setembro.

Omar tem se mostrado bastante crítico ao programa. Em sua opinião, o alto custo bancado pelos cidadãos brasileiros para manter um estudante no exterior não tem gerado dividendos para o conhecimento científico nem os resultados necessários para a economia brasileira. Do que se pode perceber, diz o parlamentar, o enriquecimento é pessoal, e isso é muito pouco para justificar o gasto.

— É um dos maiores programas educacionais que o Brasil já teve, mas é preciso verificar o retorno para o país — insistiu.

Segundo o senador, apesar de esclarecedora, a pesquisa do DataSenado não deixa claro se o conhecimento foi compartilhado apenas “numa mesa de bar” ou de forma técnico-científica, o que realmente importa para a sociedade. Quanto à experiência pessoal, ele não dúvida que seja extremamente enriquecedora.

O senador Helio José (PSD-DF), que presidiu a reunião, reforçou a opinião de Omar ao revelar que sua filha, que está fazendo graduação-sanduiche em Medicina, terá pouco aproveitamento de matérias para concluir seu curso quando retornar, correndo o risco de precisar repetir dois semestres. Ela quis participar do programa, no entanto, pelo enriquecimento pessoal e experiência obtidos no exterior.

CNPq e Capes

Estiveram presentes na apresentação dos resultados da pesquisa os representantes das duas entidades coordenadoras do programa. Adi Balbinot, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), concordou que a política pública precisa ser aprimorada e avaliada, principalmente sobre a questão da absorção dos egressos no Brasil.

Mas salientou que conclusões imediatas podem ser prematuras, em função da magnitude do programa e do curto tempo, até agora, de amadurecimento do conhecimento que os alunos obtiveram lá fora. Ele salientou como positiva a alta inserção dos bolsistas de graduação sanduiche na pós-graduação, ao retornar ao Brasil. O número é três vezes maior entre os egressos do Ciência Sem Fronteiras, por exemplo.

— É necessário um tempo de amadurecimento desses dados e informações para tomar decisões de aprimoramento do programa — ressaltou.

Lucilene Barros, representante do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), disse já ser perceptível o aumento de parcerias para pesquisa científica entre universidades brasileiras e instituições estrangeiras por causa do programa, inclusive com a presença de estrangeiros no país.

Avaliações

O senador Lasier Martins (PDT-RS) questionou aos gestores sobre a avaliação feita no retorno dos estudantes e ambos informaram que esse detalhamento e mensuração sobre o nível de conhecimento obtido é de responsabilidade das universidades às quais os candidatos estão ligados.

— O CNPq analisa e emite parecer, mas não entramos na questão do mérito científico, do que o estudante trouxe para o país quando retorna. Quem faz isso é a universidade de origem — disse Lucilene.

A gestora afirmou que esse é um dos aprimoramentos que já perceberam ser necessários, mais detalhamento sobre o retorno, detectado pela universidade de origem, mas também da entidade do exterior, de avaliação dos estudantes. Um trabalho mais intensivo de trocas dessas informações deve ser feito, ponderou.

Adi Balbinot lembrou ainda que não é função da Capes avaliar o aluno, e que isso está dentro da autonomia das universidades. Mas salientou que a entidade faz a avaliação de aproveitamento de disciplina a disciplina, e que 78% do conteúdo visto lá fora tem sido utilizado nas universidades brasileiras, por créditos obrigatórios ou optativos.

Outro ponto que chamou a atenção de Lasier e Omar foi o número de estudantes que pretendem seguir carreira no exterior depois de beneficiados com o Ciência sem Fronteiras: a pesquisa mostrou que 24% querem prosseguir em países estrangeiros. Outros 53% afirmaram que preferem seguir carreira profissional no Brasil.

O gestor da Capes afirmou que todos os bolsistas, tanto do Ciência sem Fronteiras quanto de outros programas de intercâmbio, são obrigados por contrato a permanecer no país pelo mesmo tempo do curso que fez. E quando isso não ocorre, ele é obrigado a estornar ao país todo o custo com sua permanência.

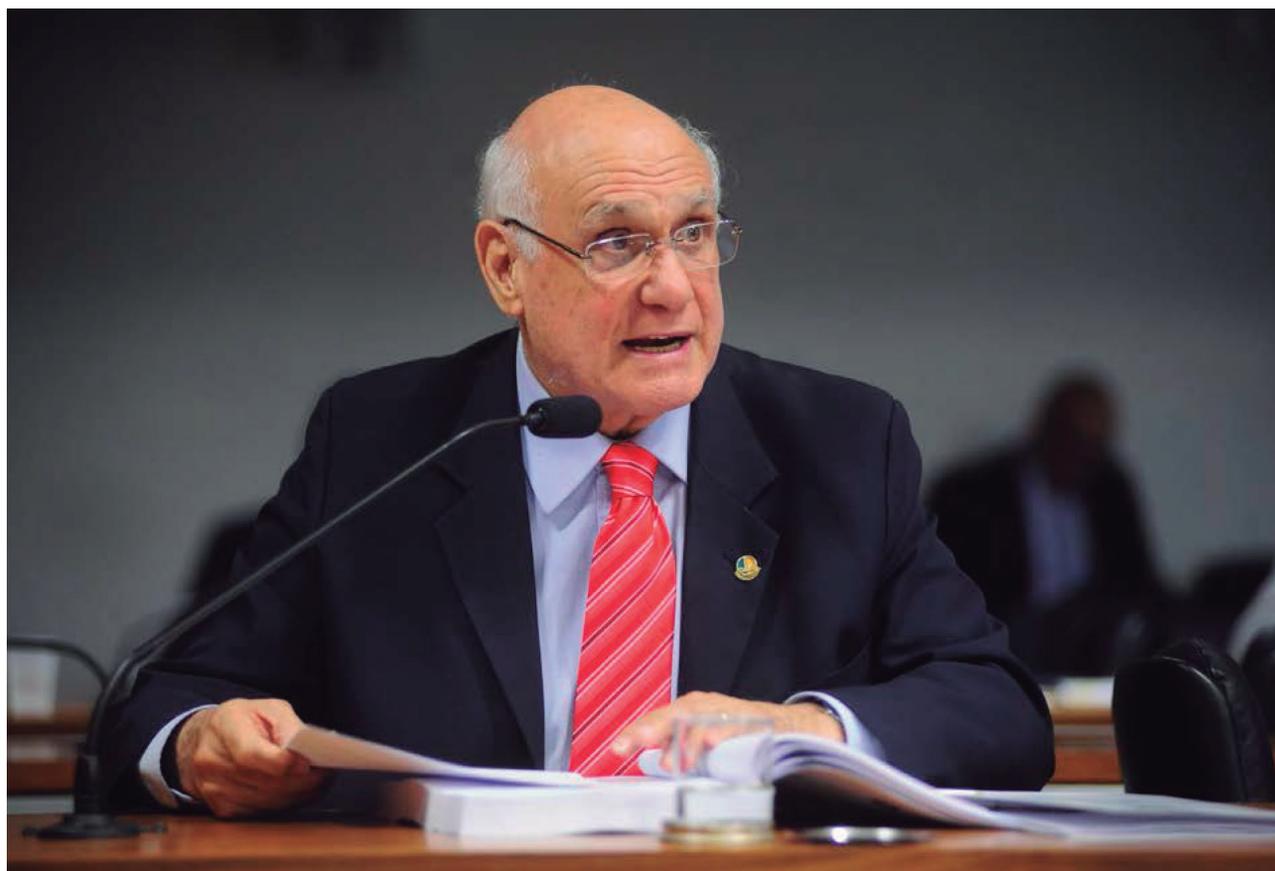
— Temos 199 bolsistas que solicitaram a suspensão do período de interstício. São R\$ 1,7 milhões de devolução de recursos, isso é importante frisar — disse Balbinot.

Requerimentos

Após a apresentação da pesquisa, foram aprovados dois requerimentos: um aditamento para convidar o médico Drauzio Varella a falar sobre a fosfoetanolamina, a droga que supostamente cura o câncer e que deve ocorrer na próxima semana; e outro para a realização de audiência pública que debaterá o desligamento do sinal de TV analógico para o digital.

Agência Senado

Fonte: <http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2015/10/20/datasenado-92-dos-bolsistas- aprovam-ciencia-sem-fronteiras>



Aprovação do Relatório de avaliação da Política Pública de “Formação de recursos humanos para ciência, tecnologia e inovação, com especial enfoque no Programa Ciência sem Fronteiras”

Ciência sem Fronteiras deve tornar-se política de Estado, recomenda comissão

15/12/2015

O Programa Ciência sem Fronteiras deve ser transformado em política de Estado, segundo a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT). A recomendação foi aprovada nesta terça-feira (15), quando o colegiado aprovou relatório do senador Omar Aziz (PSD-AM) sobre políticas públicas voltadas à formação de recursos humanos para ciência, tecnologia e inovação.

O Programa Ciência sem Fronteiras foi instituído pelo Decreto 7.642/2011, o que não garante sua continuidade em caso de mudança de governo. Por esse motivo, Omar Aziz apresentou a proposta de incorporar o programa ao arcabouço jurídico nacional.

O senador também apresentou 17 recomendações para o aperfeiçoamento do programa. Entre outras sugestões, o senador aconselha que seja intensificada a parceria com o setor privado e aponta a necessidade de criação de mecanismos de avaliação quantitativa e qualitativa do programa.

“A manutenção de um programa de mobilidade internacional, de que o Brasil não pode abrir mão, precisa ser acompanhada de investimentos, por fontes públicas e privadas, no desenvolvimento de projetos de pesquisa e nos laboratórios das universidades e demais instituições científicas nacionais. Trata-se de medida fundamental para garantir que os ganhos de programa dessa natureza não fiquem restritos ao nível pessoal, mas que sejam compartilhados com outros estudantes e pesquisadores”, acrescentou o senador no relatório.

O documento foi lido pelo senador Lasier Martins (PDT-RS) durante a reunião presidida pelo senador Cristovam Buarque (PDT-DF).

Agência Senado

Fonte: <http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2015/12/15/ciencia-sem-fronteiras-deve-tornar-se-politica-de-estado-recomenda-comissao>

4.2 SEMINÁRIOS INTERNACIONAIS

SEMINÁRIO INTERNACIONAL USINAS NUCLEARES – DIAS 27 E 28/10/2015



Requerimento de realização do seminário:

– RCT 57/2015, de autoria do Senador Cristovam Buarque.

DIA 27/10/2015

PAINEL DE ABERTURA

- **Senador Cristovam Buarque**
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal
- **Senador Hélio José**
Vice-presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal
- **Senador Jorge Viana**
Primeiro vice-presidente do Senado Federal

- **Deputado Sarney Filho**
Criador da Frente Parlamentar Ambientalista para o Desenvolvimento Sustentável e ex-Ministro

SESSÃO INICIAL

- **Naoto Kan**
Ex-primeiro ministro do Japão, em função quando ocorreu o acidente de Fukushima (por vídeo)
- **Sandra Verônica Cureau**
Subprocuradora geral da República
- **Luiz Pinguelli Rosa**
Doutor em Física, professor emérito da Universidade Federal do Rio de Janeiro e ex-presidente da Eletrobras
- **Francisco Whitaker**
Membro da Comissão Brasileira Justiça e Paz

CONFERÊNCIA: UM OLHAR SOBRE A SEGURANÇA E A RADIOPROTEÇÃO NOS REATORES NUCLEARES FRANCESES

- **Monique Sené, França**
Doutora em física das partículas, diretora honorária de pesquisas do Centro Nacional de Pesquisa Científica da França (CNRS), presidente do GSIEN (Agrupamento de cientistas para a informação sobre a energia nuclear)
- **Dieter Majer, Alemanha (por vídeo)**
Engenheiro mecânico especializado em segurança nuclear, ex-funcionário de diversos organismos alemães do setor nuclear
- **Eduardo Souza Motta, Brasil**
Engenheiro de segurança nuclear, membro da Associação dos Fiscais de Radioproteção e Segurança Nuclear – AFEN
- **Sidney Luiz Rabello, Brasil**
Engenheiro de segurança nuclear, membro da Associação dos Fiscais de Radioproteção e Segurança Nuclear – AFEN

CONFERÊNCIA: O IMPASSE NUCLEAR – OS REJEITOS E OS CUSTOS

- **Bernard Laponche, França**
Doutor em física dos reatores nucleares e em economia de energia, ex-funcionário do Comissariado de Energia Atômica da França (CEA) e ex-diretor geral da Agência Francesa pelo Controle da Energia (hoje ADEMA), membro do GSIEN
- **Luiz Pinguelli Rosa, Brasil**
Doutor em Física, professor emérito da Universidade Federal do Rio de Janeiro e ex-presidente da Eletrobras

DIA 28/10/2015

CONFERÊNCIA: AS CONSEQUÊNCIAS SOCIAIS E SANITÁRIAS DOS ACIDENTES

- **Naoto Kan, Japão**
Ex-Primeiro Ministro, em função à época do acidente de Fukushima (por vídeo)
- **Vladimir Shevtsov, Bielorrússia**
Consultor em consequências sociais e de saúde de Chernobyl, diretor de Green Cross Bielorrússia
- **Alfredo Pena-Vega, França**
Professor e pesquisador do Centro Edgar Morin – Escola de Altos Estudos em Ciências Humanas – EHESS/CNRS
- **Jonathan Samet, Estados Unidos**
Médico, diretor do Instituto de Saúde Global da Universidade da Califórnia do Sul (por vídeo)
- **Emico Okuno, Brasil**
Professora de Física das Radiações no Departamento de Física Nuclear da USP.

PAINEL: DA MINERAÇÃO DE URÂNIO ÀS USINAS NUCLEARES E AOS REJEITOS RADIOATIVOS, PERSPECTIVAS E ALTERNATIVAS

- **Alfredo Pena-Vega, França**
Professor e pesquisador do Centro Edgar Morin – Escola de Altos Estudos em Ciências Humanas – EHESS/CNRS
- **Bernard Laponche, França**
Doutor em física dos reatores nucleares e em economia de energia, ex-funcionário do Comissariado de Energia Atômica da França (CEA) e ex-diretor geral da Agência Francesa pela Controle da Energia (hoje ADEMA), membro do GSIEN
- **Eduardo Souza Motta, Brasil**
Engenheiro de segurança nuclear, membro da Associação dos Fiscais de Radioproteção e Segurança Nuclear – AFEN
- **Emico Okuno, Brasil**
Professora de Física das Radiações no Departamento de Física Nuclear da USP
- **Monique Sené, França**
Doutora em física das partículas, diretora honorária de pesquisas do Centro Nacional de Pesquisa Científica da França (CNRS), presidente do GSIEN (Agrupamento de cientistas para a informação sobre a energia nuclear)
- **Naoto Kan, Japão**
Ex-Primeiro Ministro, em função à época do acidente de Fukushima (por vídeo)

- **Sidney Luiz Rabello, Brasil**
Engenheiro de segurança nuclear, membro da Associação dos Fiscais de Radioproteção e Segurança Nuclear – AFEN
- **Vladimir Shevtsov, Bielorrússia**
Consultor em consequências sociais e de saúde de Chernobyl, diretor de Green Cross Bielorrússia

ENCERRAMENTO

- **Monge Shôjô Sato**
Monge responsável do Templo Shin Budista Terra Pura
- **Senador Cristovam Buarque**
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal

Seminário internacional da CCT debate riscos e vantagens do uso da energia nuclear

22/10/2015

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) realizará, na terça (27) e na quarta-feira (28), o seminário Internacional Usinas Nucleares — Lições da Experiência Mundial, com objetivo de discutir os benefícios e os riscos da energia nuclear. Foram convidados para o evento, especialistas, cientistas e autoridades da área do Brasil e de cinco países.

O seminário será realizado no Auditório Interlegis, do Senado Federal e será aberto ao público, com inscrições gratuitas. Na abertura, estão confirmadas as presenças dos senadores Cristovam Buarque (PDT-DF), Jorge Viana (PT-AC) e Hélio José (PSD-DF), além do deputado Sarney Filho, criador da Frente Parlamentar Ambientalista para o Desenvolvimento Sustentável e ex-ministro do Meio Ambiente, e do senador Guido Girardi, ex-presidente do Senado chileno.

Entre os convidados para o seminário, estão Naoto Kan (por vídeo), ex-primeiro ministro do Japão à época do acidente com a usina nuclear de Fukushima; a francesa Monique Sené, doutora em Física de Partículas; o bielorusso Vladimir Shevtsov, consultor em consequências sociais e de saúde de Chernobyl, diretor de Green Cross Bielorrússia; Alfredo Pena-Vega, professor e pesquisador do Centro Edgar Morin, da França; o médico norte-americano Jonathan Samet, diretor do Instituto de Saúde Global da Universidade do Sul da Califórnia (por vídeo), e da brasileira Emico Okuno, professora de Física das Radiações no Departamento de Física Nuclear da USP.

Troca de experiências

O presidente da CCT, senador Cristovam Buarque (PDT-DF), disse que a necessidade crescente de energia no mundo faz com que muitos países se voltem para o uso da energia nuclear, que não gera poluição, mas tem seus riscos. Se houver acidentes, a radiação destrói por anos a terra e o meio ambiente, além das consequências gravíssimas sobre seres humanos e animais.

— Qualquer acidente em usina nuclear é fatal. Foi o que aconteceu em Chernobyl e em Fukushima, por isso, nós vamos fazer o seminário com a presença de personalidades que acompanharam de perto as tragédias nucleares recentemente e poderão falar melhor sobre o assunto — explicou.

Cristovam é autor de um projeto de Lei (PLS 405/2011) que suspende, pelo prazo de 30 anos, a construção de novas usinas termonucleares no país. Ele se baseia no artigo 5º da Constituição, que inclui a segurança entre os direitos fundamentais.

Segundo o senador argumenta em seu projeto, “as condições atuais das usinas para geração de energia nuclear, especialmente com centrais nucleares próximas a aglomerações populacionais, não garantem aos cidadãos esse direito. Mais grave ainda, a ameaça atinge não apenas a população atual, mas também as gerações futuras por um longo tempo”.

Na Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), que dará a decisão terminativa sobre a questão, o PLS 405/2011 tem parecer favorável do relator, Senador Roberto Requião (PMDB-PR); porém, antes disso, precisa passar na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, onde o relatório apresentado pelo senador Valdir Raupp (PMDB-RO) defende a rejeição.

Agência Senado

Fonte: <http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2015/10/22/seminario-internacional-da-cct-debate-riscos-e-vantagens-do-uso-da-energia-nuclear>

Em seminário, senadores se opõem à construção de novas usinas nucleares

27/10/2015

A energia nuclear, apesar de não renovável, tem uma enorme vantagem sobre as fontes fósseis de energia, já que não emite gases de efeito estufa. Além disso, o custo da produção desse tipo de energia é hoje mais barato do que a solar e eólica. Contudo, nesta terça-feira (27), na abertura do seminário Internacional Usinas Nucleares — Lições da Experiência Mundial, parlamentares avaliaram que essas vantagens não são suficientes diante dos riscos de acidentes.

Eles temem que se repita no Brasil vazamentos de material radioativo como os que ocorreram em Chernobyl (Ucrânia), em 1986, e em Fukushima (Japão), em 2011.

— Precisamos de mais usinas, apesar de todos os riscos, ou precisamos de mais pesquisas para fazer usinas sem riscos? — questionou o senador Cristovam Buarque (PDT-DF), presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado, promotora do seminário.

O senador Hélio José (PSD-DF), vice-presidente da CCT, avalia que o país é capaz de atender à demanda de energia futura sem a necessidade de novas usinas nucleares. Ele observou que o custo da energia eólica e solar tende a cair à medida que a escala aumenta:

—Eu preferiria colocar investimento na energia solar, na biomassa e nas eólicas do que na nuclear que tem o megawatt mais barato, mas têm esses males como a questão da segurança.

Criador da Frente Parlamentar Ambientalista para o Desenvolvimento Sustentável e ex-ministro do Meio Ambiente, o deputado Sarney Filho (PV-MA) disse que o governo não deveria levar adiante a ideia de construir mais quatro usinas até 2030 — além de Angra 3, que está sendo terminada. Em vez disso, apontou o parlamentar, o país deveria priorizar as fontes de energia renovável como biomassa, eólica e solar.

— É preciso ajudar a clarificar o perigo que é a energia nuclear. O Brasil não precisa da energia nuclear para atender a sua demanda de energia — disse o deputado.

Seminário

O seminário, que acontece no Auditório Interlegis até amanhã, tem como objetivo discutir os benefícios e os riscos da energia nuclear. Foram convidados para o evento, especialistas, cientistas e autoridades da área do Brasil e de cinco países. Cristovam informou que as conclusões do encontro serão reunidas em uma carta a ser enviada ao governo.

Agência Senado

Fonte: <http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2015/10/27/em-seminario-senadores-se-opoem-a-construcao-de-novas-usinas-nucleares>

Debatedores manifestam preocupação com dejetos e custo de energia nuclear

27/10/2015

O impasse quanto ao que fazer com os rejeitos na produção de energia nuclear foi um dos temas, na tarde desta terça-feira (27), do seminário Usinas Nucleares — Lições da Experiência Mundial. Patrocinado pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), o seminário, que termina amanhã, tem o objetivo de discutir os benefícios e os riscos da energia nuclear.

O físico francês Bernard Laponche explicou como as usinas normalmente lidam com os dejetos e admitiu que o assunto é um problema “considerável e grande”. Segundo Laponche, que é ex-funcionário do Comissariado de Energia Atômica da França (CEA) e ex-diretor geral da Agência Francesa pelo Controle da Energia (hoje Adema), as filosofias da geração de energia do século 20 já se tornaram obsoletas.

— Todo mundo já percebeu que é preciso mudar o sistema energético — declarou Laponche, lembrando que o Brasil é um país privilegiado quanto às possibilidades de geração de energia limpa.

O físico sublinhou que, quando começou a construção das usinas nucleares, os acidentes graves não estavam previstos, pois eram considerados “impossíveis” de acontecer. Segundo Laponche, os dejetos radioativos ligados à indústria eletrônica e nuclear podem poluir o chão, os mangues e os rios. Assim, é preciso ações de proteção para evitar quaisquer riscos. Ele ponderou, no entanto, que é difícil prever a reação das usinas a acidentes naturais.

Laponche ainda observou que muitos países têm pensado em reservas subterrâneas ou em minas de sal para armazenamento de lixo nuclear, mas admitiu que, por hora, não há solução satisfatória. Ele lamentou que, depois de poluir o ar e o mar, o homem ainda venha a poluir o solo, ao enterrar milhares de toneladas de lixo radioativo ao redor do planeta.

— É importante saber o que está acontecendo, por exemplo, com as piscinas de Angra 1 — alertou Laponche, fazendo referência às áreas de reserva de dejetos da usina brasileira.

Custo

Laponche também afirmou que, nos Estados Unidos, as energias eólica e elétrica hoje são mais baratas que a energia nuclear. Ele destacou a situação de Portugal que, em poucos anos, deve ter toda a pro-

dução de energia de origem renovável. Segundo o estudioso, o Brasil tem grande potencial, principalmente no Nordeste, para a produção de energia eólica.

O professor Luiz Pinguelli Rosa, doutor em Física e ex-presidente da Eletrobras, classificou como positivo o crescimento da energia eólica e da energia solar em muitos países. No Brasil, registrou Pinguelli, a geração de energia eólica é a que mais cresce. Ele reconheceu, porém, que a energia solar apenas “engatinha” e precisa rever algumas estratégias.

— O Brasil precisa de uma política de incentivo, pois o custo para essas energias é alto. O retorno, no entanto, é positivo — declarou Pinguelli, acrescentando que não considera a energia nuclear a mais adequada para o país.

Para Pinguelli, a produção de energia nuclear precisa entrar “em compasso de espera”. Ele disse que o custo é alto e crescente e não há no horizonte soluções para o problema da segurança. Além disso, acrescentou o professor, novas tecnologias podem surgir e apontar outros caminhos para a geração de energia.

— O Brasil tem muitas outras formas de geração de energia elétrica — declarou.

Seminário

O seminário, que ocorre no Auditório Interlegis até esta quarta-feira (28), tem como objetivo discutir os benefícios e os riscos da energia nuclear. Foram convidados para o evento, especialistas, cientistas e autoridades da área do Brasil e de cinco países. Segundo o senador Cristovam Buarque (PDT-DF), presidente da CCT, as conclusões do encontro serão reunidas em uma carta a ser enviada ao governo.

Agência Senado

Fonte: <http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2015/10/27/debatedores-manifestam-preocupacao-com-dejetos-e-custo-de-energia-nuclear>

Segurança de usinas nucleares é questionada em seminário no Senado

27/10/2015

O engenheiro alemão Dieter Majer afirmou que o acidente da usina de Fukushima, no Japão, evidencia que a produção de energia nuclear traz riscos inaceitáveis. Especialista em segurança nuclear e com trabalhos prestados em vários ministérios alemães, Dieter Majer participou na tarde desta terça-feira (27) do seminário Usinas Nucleares — Lições da Experiência Mundial. O seminário é patrocinado pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) e tem o objetivo de discutir os benefícios e os riscos da energia nuclear.

Falando da Alemanha, por meio de um vídeo, Dieter Majer relatou que, historicamente, a energia nuclear dividia a população daquele país: 50% a favor, 50% contra. No entanto, o acidente da usina japonesa de Fukushima, em 2011, mudou o pensamento alemão. O acidente ocorreu por conta do derretimento de reatores, depois que um tsunami atingiu as instalações da usina. Os níveis de radiação no entorno superaram em oito vezes o limite de segurança. Cerca de 300 mil pessoas tiveram de ser evacuadas da região e aproximadamente 1.600 mortes foram relacionadas às condições de evacuação, como viver em habitações temporárias.

— A energia nuclear não tem mais futuro na Alemanha. As 19 usinas do país serão desativadas até 2022 — informou.

Angra 2 e 3

O engenheiro alemão lembrou que a construção das usinas brasileiras Angra 2 e 3 é baseada em projetos alemães. Segundo Majer, todos os testes mostram que as usinas alemãs que serviram de base para as brasileiras não passariam nos critérios atuais de segurança. Assim, afirmou ele, Angra 3 estaria longe do estado atual — e considerado ideal — “de tecnologia e prevenção”. Na visão de Majer, as estruturas teriam de ser refeitas e a usina passar por uma reconstrução completa. Ele acrescentou que Angra 2 também representa um risco de segurança.

— É preciso saber se o público aceita [esse nível de segurança]. As autoridades devem informar a situação à população brasileira — pediu o engenheiro.

Segurança

A doutora em Física e presidente do Agrupamento de Cientistas para a Informação sobre a Energia Nuclear (G sien), Monique Sené, da França, abordou a questão técnica das usinas nucleares e criticou o sistema de segurança das usinas francesas. Ela lembrou que a usina francesa de Saint-Laurent registrou acidentes graves em 1969 e 1981, em reatores diferentes. A pesquisadora acrescentou que em Chernobyl, na Ucrânia, o acidente de 1986 ainda não terminou, porque as consequências ainda estão presentes.

— Os acidentes obrigam a modificações, na busca da segurança. Não podemos negligenciar nada — afirmou a doutora.

O engenheiro de segurança nuclear Eduardo Souza Motta, membro da Associação dos Fiscais de Radioproteção e Segurança Nuclear (Afen), apresentou os órgãos que administram a produção de energia nuclear no Brasil. Ele disse que o foco deve ser a segurança total das instalações e sugeriu a criação de uma agência governamental especializada no assunto. O engenheiro Sidney Luiz Rabello, também membro da Afen, na mesma linha, apoiou a criação de uma agência para a energia nuclear e disse que os critérios para a segurança precisam ser altamente criteriosos.

Seminário

O seminário, que ocorre no Auditório Interlegis até esta quarta-feira (28), tem como objetivo discutir os benefícios e os riscos da energia nuclear. Foram convidados para o evento especialistas, cientistas e autoridades da área no Brasil e em cinco países. O senador Cristovam Buarque (PDT-DF), presidente da CCT, informou que as conclusões do encontro serão reunidas em uma carta a ser enviada ao governo.

Agência Senado

Fonte: <http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2015/10/27/seguranca-de-usinas-nucleares-e-questionada-em-seminario-no-senado>

Caso do céσιο 137 mostra os elevados riscos da radiação nuclear, diz pesquisadora

28/10/2015

Uma pequena quantidade de material radioativo já é suficiente para produzir uma tragédia de grandes proporções. O alerta foi feito na manhã desta quarta-feira (28) por uma das principais pesquisadoras do país sobre efeitos da radiação no corpo humano, Emico Okuno, durante o seminário internacional

Usinas Nucleares — Lições da Experiência Mundial. O evento é organizado pela Comissão de Ciência e Tecnologia do Senado (CCT).

A professora de Física das Radiações do Departamento de Física Nuclear da USP deu como exemplo o caso da radiação de césio 137, ocorrido em 1987 em Goiânia (GO). Considerado o maior acidente radioativo em área urbana do mundo, ele teve como fonte radioativa uma pastilha de sal de cloreto de césio do tamanho de um comprimido. Segundo ela, o vazamento de material radioativo das usinas instaladas em Angra dos Reis (RJ) poderia ser catastrófico:

— O acidente que aconteceu em Goiânia foi uma coisa horrível, que ocorreu apenas com uma fonte do tamanho de uma pastilha. Vejam o que uma pequena fonte pode causar! Um acidente com um reator nuclear pode ser muito pior – avaliou Emico Okuno.

Embora o acidente em Goiânia tenha afetado a vida de centenas de pessoas, o governo de Goiás e as autoridades envolvidas só assumiram quatro mortes em decorrência do acidente.

O acidente

Em setembro de 1987, dois catadores de materiais recicláveis encontraram em instalações do antigo Instituto Goiano de Radioterapia uma máquina que desconheciam ser um aparelho usado em tratamento radioterapêutico. Wagner Mota Pereira e Roberto Santos Alves venderam o material ao dono de um ferro-velho, Devair Alves Ferreira, que, ao abrir a cápsula radioativa, se encantou com um pó que emitia brilho azul. Ele começou então a distribuí-lo a parentes e amigos como se fosse algo precioso.

Em pouco tempo, várias pessoas que tiveram contato com o pó começaram a passar mal. As primeiras vítimas fatais da contaminação pelo césio foram a esposa do dono do ferro-velho, Maria Gabriela, que morreu no dia 23 de outubro de 1987, e sua sobrinha, a menina Leide.

O ferro-velho, residências da região e pertences das famílias envolvidas foram destruídos, gerando toneladas de rejeitos radioativos. Um depósito foi construído em Abadia de Goiás, cidade próxima a Goiânia, para abrigá-las.

Seminário

O seminário prossegue à tarde. As conclusões do encontro, que começou na terça-feira (27), serão reunidas em uma carta a ser enviada ao governo federal.

Agência Senado

Fonte: <http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2015/10/28/caso-do-cesio-137-mostra-os-elevados-riscos-da-radiacao-nuclear-diz-pesquisadora>

SEMINÁRIO INTERNACIONAL ESTRATÉGIAS LEGISLATIVAS PARA O INVESTIMENTO PRIVADO EM CT&I – DIAS 08 E 09/12/2015



Requerimento de realização do seminário:

– RCT 70/2015, de autoria do Senador Cristovam Buarque

DIA 08/12/2015

PAINEL DE ABERTURA

- **Senador Cristovam Buarque**
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal
- **Deputado Fábio Sousa**
Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados
- **Celso Pansera**
Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação
- **Fernando de Magalhães Furlan**
Secretário Executivo do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)

- **Aloizio Mercadante**
Ministro de Estado da Educação
- **Gianna Cardoso Sagazio**
Diretora de Inovação do Instituto Euvaldo Lodi (IEL)

PAINEL 1: MODELO DE FINANCIAMENTO PRIVADO E PÚBLICO EM CT&I

- **Senador Walter Pinheiro**
Moderador
- **Dehua Liu**
Professor da Tsinghua University /China
- **Paul Kearns**
Vice-diretor de Operações do Argonne National Laboratory/DoE / Estados Unidos
- **Andrea Mandalka**
Consultora-chefe da Fraunhofer Liaison Office Brazil/Alemanha
- **Fernanda de Negri**
Diretora de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação, Regulação e Infraestrutura do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)
- **Ângela Brusamarello**
Diretora da Secretaria de Controle Externo do Desenvolvimento Econômico do Tribunal de Contas da União (TCU)
- **Ricardo Felizzola**
Presidente da HT Micron
- **Gerson Valença Pinto**
Presidente da Associação Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento de Empresas Inovadoras (Anpei)

PAINEL 2: POLÍTICAS DE INOVAÇÃO E ESTRATÉGIAS DE COMPETITIVIDADE

- **Deputado JHC**
Moderador
- **Laura Maragna**
Representante de Claudia Gintersdorfer, Chefe-adjunta da Delegação da União Europeia no Brasil/Alemanha
- **Chad Evans**
Vice-presidente do US Council on Competitiveness/Estados Unidos
- **Pedro Wongtschowski**
Membro do Conselho de Administração do Grupo Ultra

- **Carlos Américo Pacheco**
Diretor-geral do Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais (Cnpem)
- **Luiz Eugênio de Mello**
Diretor de Tecnologia e Inovação e diretor-presidente do Instituto Tecnológico Vale
- **Edson H. Watanabe**
Diretor do Instituto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Coppe/UFRJ)

PAINEL 3: CAPITAL INTELECTUAL E PROPRIEDADE INDUSTRIAL

- **Senador Lasier Martins**
Moderador
- **Erik Camarano**
Vice-presidente de Relações Governamentais da General Electric – GE do Brasil
- **Mauro Kern**
Vice-diretor-executivo de Operações da Embraer (Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A.)
- **Fernando Alves Rochinha**
Diretor de Relações Institucionais do Instituto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro – Coppe/UFRJ

DIA 09/12/2015

PAINEL 4: GARGALOS AO INVESTIMENTO PRIVADO EM CT&I: O PAPEL DO LEGISLATIVO NA MODERNIZAÇÃO DO MARCO REGULATÓRIO DO SETOR

- **Deputada Margarida Salomão**
Moderadora
- **Pedro Luiz Passos**
Cofundador e Copresidente do Conselho de Administração da Natura
- **Luiz Francisco Gerbase**
Diretor-presidente da Associação de Empresas do Setor Eletroeletrônico de Base Tecnológica Nacional (P&D Brasil)
- **Rodrigo Afonso**
Coordenador de Inovação e Empreendedorismo da ONG Ação da Cidadania

PAINEL 5: EXPERIÊNCIAS BEM-SUCEDIDAS EM CT&I – DAS ESTRATÉGIAS DE FINANCIAMENTO À VANGUARDA NA GESTÃO EMPRESARIAL

- **Aloysio Nunes Ferreira**
Moderador
- **Márcio Ellery Girão Barroso**
Presidente da Federação Nacional das Empresas de Informática (Fenainfo)

- **Ricardo Castanheira**
Diretor-geral da Motion Picture Association/América Latina
- **Gabriel Nunes**
Diretor da TNS Competence in Nanotechnology
- **Ricardo Pelegrini**
Gerente-geral da Unidade de Serviços para a IBM América Latina
- **Sergio Serio Filho**
Diretor de Relações Institucionais da TOTVS
- **Ronald Dauscha**
Presidente do Conselho Consultivo do Centro Latino-Americano de Inovação, Excelência e Qualidade (CLAEQ)

PAINEL DE ENCERRAMENTO: PERSPECTIVAS DE EVOLUÇÃO DO SETOR E ESTRATÉGIA DE AÇÃO NO MOMENTO DE CRISE: NOVAS INICIATIVAS PARA O MARCO REGULATÓRIO DO SETOR DE CT&I

- **Deputado Izalci**
Coordenador
- **Senador Cristovam Buarque**
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal (CCT/SF)
- **Deputado Fábio Sousa**
Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados (CCTCI/CD)
- **Sr. Waldery Rodrigues Júnior**
Consultor Legislativo do Senado Federal
- **Ricardo Pelegrini**
Gerente-geral da Unidade de Serviços para a IBM América Latina

Proposta do marco para ciência e tecnologia recebe apoio em seminário internacional

08/12/2015

Pesquisadores, representantes do governo e da indústria defenderam nesta terça-feira (8), em seminário internacional promovido pelas comissões de Ciência e Tecnologia da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, a imediata aprovação do Projeto de Lei da Câmara 77/2015. Eles avaliam que a proposta, que está na Ordem do Dia do Plenário do Senado, vai ajudar a desfazer várias amarras que entravam o desenvolvimento da inovação no país.

O novo marco da ciência e tecnologia, do deputado Bruno Araújo (PSDB-PE), regulamenta a Emenda Constitucional 85 e é um dos itens da Agenda Brasil, conjunto de medidas priorizadas pelo Senado para impulsionar o crescimento.

Ao ler carta da comunidade científica, pedindo a aprovação e a sanção da proposta, Sérgio Gangioni, do Conselho Nacional de Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa, disse que a burocracia hoje emperra muitas pesquisas, o que colocou o Brasil apenas no 70º lugar no Índice Global de Inovação 2015.

— É infernal a burocracia que se enfrenta — lamentou.

Para Gangioni, a aprovação e a sanção do novo marco seriam recebidas como um presente de natal para os pesquisadores e todo o setor produtivo:

— A sanção vai permitir maior aproximação entre pesquisadores e empresas, entre o setor público e o privado. Está comprovado que o investimento em inovação coloca o país em outro patamar, elevando sua produtividade — argumentou.

Mas, para Ricardo Felizzola, presidente de empresa de tecnologia, a aprovação da norma chega tarde:

— Levou quatro anos [no Congresso]. Isso para o setor é uma eternidade — disse Felizzola, um dos palestrantes que participaram do evento.

Fernando de Magalhães Furlan, secretário-executivo do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, observou que o setor de inovação muda rapidamente. A legislação, continuou, precisa acompanhar as mudanças no mesmo ritmo.

Entraves

Durante a parte inicial do evento intitulado “Estratégias legislativas para o investimento privado em ciência, tecnologia e inovação”, debatedores apontaram a burocracia, o distanciamento entre universidade e setor produtivo e o baixo investimento de empresas como alguns dos empecilhos para o desenvolvimento da inovação.

Apesar de ter aumentado o patamar de investimentos nacionais em pesquisa e desenvolvimento (P&D) — que passou de 1% do produto interno bruto (PIB), em 2005, para pouco mais de 1,2%, em 2012, que é o último dado consolidado disponível —, o Brasil ainda está longe do nível de investimento de países desenvolvidos.

A Alemanha, por exemplo, investe 3% do PIB em inovação, segundo relatou Andrea Mandalka, consultora-chefe de uma das maiores organizações de pesquisa aplicada da Europa, a Fraunhofer Liaison.

A representante da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Gianna Sagazio, avaliou que o PLC 77/2015 vai ajudar a criar um ambiente favorável à inovação e estimular as empresas a investirem em pesquisa e novas tecnologias.

— Neste momento, nossos competidores não estão parados. Precisamos acelerar o passo ou ficamos para trás. Se não efetuarmos mudanças significativas, levaremos 34 anos para alcançarmos 2% do PIB em inovação — alertou Gianna.

Apesar de ter caído no *ranking* de inovação, o Brasil está entre os países mais férteis em termos de pesquisa, ocupando a 13ª posição em *ranking* de produção científica. O ministro da Educação, Aloizio Mercadante, chamou a atenção para o dado, destacando que o estímulo à inovação é papel não apenas do Estado, mas também do setor privado. Segundo ele, está na hora de repensar o modelo de investimento:

— O investimento público está próximo à média mundial. O problema atual não está no esforço que o Estado está fazendo. O problema é que o setor privado investe pouco. Existe uma baixa cultura de inovação no setor industrial — declarou.

O presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara, deputado Fábio Sousa (PSDB-GO), também afirmou que é preciso reduzir a dependência dos recursos públicos e encorajar as empresas a tornarem-se locais de excelência de inovação.

Cooperação

Outro problema apontado pela maior parte dos debatedores é a resistência de setores das universidades a aproximar-se das empresas. O presidente da CCT do Senado, senador Cristovam Buarque (PDT-DF), disse que é preciso estimular a cooperação entre academia e setor produtivo.

— Precisamos dar um salto e atravessar o muro que nos separa dos países inovadores — disse Cristovam.

O senador espera que o seminário ajude o país a traçar uma nova estratégia de inovação. Uma das conclusões da primeira parte do evento é propor a modernização do sistema de liberação de patentes, hoje considerado muito lento e burocrático. O ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, Celso Pansera, conclamou Congresso, governo e setor privado a trabalharem juntos em uma estratégia de inovação.

— É fundamental o esforço do governo, mas é também necessária uma legislação um pouco mais ágil, menos burocratizada — avaliou.

Experiências internacionais

Durante o painel "Modelo de financiamento privado e público em CT&I", representantes de instituições de pesquisa do Brasil e do exterior abordaram as estratégias adotadas em todo o mundo para estimular a inovação. Dehua Liu, professor da Tsinghua University, da China, relatou que a política chinesa se baseia em estimular as empresas a agirem como grandes *players* de inovação.

A consultora-chefe da Fraunhofer Liaison no Brasil, Andrea Mandalka, disse que a estratégia de investimento da Alemanha é buscar projetos com elevado potencial de inovação e parcerias com o setor privado.

Para o senador Walter Pinheiro (PT-BA), moderador do debate, as experiências internacionais deixam claro que o setor de inovação depende de financiamento regular e de uma estratégia que estimule uma cultura de inovação:

— A ousadia, a estratégia, o comprometimento do financiamento são elementos decisivos para que usemos de forma competitiva e inovemos cada vez mais — avaliou.

Agência Senado

Fonte: <http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2015/12/08/proposta-do-marco-para-ciencia-e-tecnologia-recebe-apoio-em-seminario-internacional>

5 PROPOSIÇÕES APRECIADAS

5.1 PROJETO DE LEI DO SENADO – PLS (TERMINATIVO)

DIA 10/03/2015 – 2ª REUNIÃO

PLS Nº 18, de 2012, terminativo, de autoria do Senador Ciro Nogueira, que “Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 (Lei Geral de Telecomunicações), para disciplinar a oferta de descontos nas tarifas e preços dos serviços de telecomunicações”. RELATOR *AD HOC*: Senador Flexa Ribeiro. PARECER: Pela aprovação, na forma do substitutivo aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos, com a subemenda que apresenta. RESULTADO: A Comissão aprova a Emenda nº 02-CAE (Substitutivo), com a Subemenda nº 1-CCT oferecida ao Projeto, renumerada como Emenda nº 3-CCT (Substitutivo).

DIA 04/08/15 – 28ª REUNIÃO

PLS Nº 61, de 2012, terminativo, de autoria do Senador Paulo Bauer, que “Altera a Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, para isentar do pagamento de direitos autorais a utilização de obras artísticas e culturais por entidades que especifica, em eventos beneficentes destinados a angariar fundos para manutenção e funcionamento próprios”. RELATOR: Senador Telmário Mota. PARECER: Pela rejeição. RESULTADO: O Projeto foi rejeitado.

DIA 29/09/15 – 37ª REUNIÃO

PLS Nº 316, de 2013, terminativo, de autoria do Senador Paulo Paim, que “Altera a Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, para definir prazo máximo para o exame de pedidos de registro de marcas e de patentes”. RELATOR: Senador Cristovam Buarque. PARECER: Pela aprovação, com as Emendas que apresenta. RESULTADO: Aprovado o Projeto e as Emendas nºs 1, 2, e 3-CCT.

5.2 PROJETO DE LEI DO SENADO –PLS (NÃO TERMINATIVO)

DIA 05/05/15 – 12ª REUNIÃO

PLS Nº 501, de 2013, não terminativo, de autoria do Senador Romero Jucá, que “Altera a Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, para explicitar a incidência do Imposto sobre Serviços no rastreamento e monitoramento de veículos”. RELATOR: Senador Flexa Ribeiro. PARECER: Pela aprovação com as Emendas que apresenta. RESULTADO: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CCT, favorável ao Projeto, com as Emendas nº 01 e 02-CCT.

DIA 19/05/15 – 14ª REUNIÃO

PLS Nº 630, de 2011, não terminativo, de autoria do Senador Benedito de Lira, que “Cria horários obrigatórios de inserções gratuitas destinadas à divulgação, pelos Estados e pelo Distrito Federal, de Municípios em seus territórios, pertencentes às regiões turísticas do Brasil, definidos pelo programa de Regionalização do Turismo do Ministério do Turismo”. RELATOR: Senador Valdir Raupp. PARECER: Favorável ao Projeto, com as emendas nºs 1-T, 2-T e 3-T, de autoria do Senador Alvaro Dias. RESULTADO: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CCT, favorável ao projeto, com as emendas nºs 1-T, 2-T e 3-T.

DIA 09/06/15 – 18ª REUNIÃO

PLS Nº 336, de 2013, não terminativo, de autoria do Senador Vital do Rêgo, que “Autoriza a criação do Fundo de Aval para Investimentos em Inovação de Micro, Pequenas e Médias Empresas (InovaM-PES), e dá outras providências”. RELATOR *AD HOC*: Senador Eduardo Amorim. PARECER: Pela aprovação. RESULTADO: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o parecer da CCT, favorável ao Projeto.

DIA 23/06/15 – 21ª REUNIÃO

PLS Nº 486, de 2013, não terminativo, de autoria do Senador Vital do Rêgo, que “Altera a Lei nº 12.735, de 30 de novembro de 2012, para dispor sobre providências necessárias em investigações policiais de delitos informáticos”. RELATOR: Senador Valdir Raupp. PARECER: Pela prejudicialidade. RESULTADO: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CCT, pela prejudicialidade do projeto.

DIA 04/08/15 – 28ª REUNIÃO

PLS Nº 429, de 2014, não terminativo, de autoria do Senador Anibal Diniz, que “Dispõe sobre o subsídio para o serviço de banda larga e altera a Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000”. RELATOR *AD HOC*: Senador Lasier Martins. PARECER: Pela aprovação RESULTADO: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o parecer da CCT, favorável ao Projeto.

DIA 13/10/15 – 39ª REUNIÃO

PLS Nº 330, de 2013, não terminativo, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, que “Dispõe sobre a proteção, o tratamento e o uso dos dados pessoais, e dá outras providências”. RELATOR: Senador Aloysio Nunes Ferreira. PARECER: Favorável ao PLS nº 330, de 2013, com o acolhimento total ou parcial das Emendas nº 2, 6, 8, 9, 10, 11, 16, 20, 22, 26 e 29, e Rejeição das demais emendas oferecidas, nos termos do substitutivo oferecido, e, nos termos do art. 334 do Regimento Interno do Senado Federal, pela declaração de prejudicialidade do PLS nº 131, de 2014, e PLS nº 181, de 2014. RESULTADO: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CCT, favorável ao PLS nº 330, de 2013, com o acolhimento total ou parcial das Emendas nº 2, 6, 8, 9, 10, 11, 16, 20, 22, 26 e 29, e Rejeição das demais emendas oferecidas, nos termos do substitutivo oferecido, e, nos termos do art. 334 do Regimento Interno do Senado Federal, pela declaração de prejudicialidade do PLS nº 131, de 2014, e PLS nº 181, de 2014.

PLS Nº 131, de 2014, não terminativo, de autoria da CPI da Espionagem (CPIDAESP), que “Dispõe sobre o fornecimento de dados de cidadãos ou empresas brasileiros a organismos estrangeiros”. RELATOR: Senador Aloysio Nunes Ferreira. PARECER: Favorável ao PLS nº 330, de 2013, com o acolhimento total ou parcial das Emendas nº 2, 6, 8, 9, 10, 11, 16, 20, 22, 26 e 29, e Rejeição das demais emendas oferecidas, nos termos do substitutivo oferecido, e, nos termos do art. 334 do Regimento Interno do Senado Federal, pela declaração de prejudicialidade do PLS nº 131, de 2014, e PLS nº 181, de 2014. RESULTADO: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CCT, favorável ao PLS nº 330, de 2013, com o acolhimento total ou parcial das Emendas nº 2, 6, 8, 9, 10, 11, 16, 20, 22, 26 e 29, e Rejeição das demais emendas oferecidas, nos termos do substitutivo oferecido, e, nos termos do art. 334 do Regimento Interno do Senado Federal, pela declaração de prejudicialidade do PLS nº 131, de 2014, e PLS nº 181, de 2014.

PLS Nº 181, de 2014, não terminativo, de autoria do Senador Vital do Rêgo, que “Estabelece princípios, garantias, direitos e obrigações referentes à proteção de dados pessoais”. RELATOR: Senador Aloysio Nunes Ferreira. PARECER: Favorável ao PLS nº 330, de 2013, com o acolhimento total ou parcial das Emendas nº 2, 6, 8, 9, 10, 11, 16, 20, 22, 26 e 29, e Rejeição das demais emendas oferecidas, nos termos do substitutivo oferecido, e, nos termos do art. 334 do Regimento Interno do Senado Federal, pela declaração de prejudicialidade do PLS nº 131, de 2014, e PLS nº 181, de 2014. RESULTADO: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CCT, favorável ao PLS nº 330, de 2013, com o acolhimento total ou parcial das Emendas nº 2, 6, 8, 9, 10, 11, 16, 20, 22, 26 e 29, e Rejeição das demais emendas oferecidas, nos termos do substitutivo oferecido, e, nos termos do art. 334 do Regimento Interno do Senado Federal, pela declaração de prejudicialidade do PLS nº 131, de 2014, e PLS nº 181, de 2014.

PLS Nº 83, de 2014, não terminativo, de autoria do Senador Romero Jucá, que “Altera a Lei nº 9.051, de 18 de maio de 1995, que dispõe sobre a expedição de certidões para a defesa de direitos e esclarecimentos de situações, para disciplinar o requerimento e a emissão eletrônica de certidões”. RELATOR: Senador Walter Pinheiro. PARECER: Pela aprovação. RESULTADO: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o parecer da CCT, favorável ao Projeto.

DIA 17/11/15 – 47ª REUNIÃO

PLS Nº 559, de 2011, não terminativo, de autoria do Senador Gim, que “Altera o art. 3º da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 (Lei Geral de Telecomunicações), para estabelecer condicionamentos à oferta de planos de serviços de telecomunicações com "cláusulas de fidelização" do assinante”. RELATOR: Senador José Medeiros. PARECER: Pela aprovação do PLS 123/2011, na forma do substitutivo oferecido, e pela rejeição do PLS 559/2011, que tramita em conjunto. RESULTADO: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CCT, favorável ao PLS 123/2011, nos termos da emenda nº 01-CCT (Substitutivo) e pela rejeição do PLS 559/2011, que tramita em conjunto, restando prejudicado o Voto em Separado do Senador Flexa.

DIA 24/11/15 – 49ª REUNIÃO

PLS Nº 129, de 2015, não terminativo, de autoria do Senador Wilder Moraes, que “Altera o art. 3º da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 (Lei Geral de Telecomunicações) para assegurar aos usuários dos serviços de telecomunicações o direito a informações sobre o progresso de procedimentos de instalação e de manutenção”. RELATOR *AD HOC*: Senador Walter Pinheiro. PARECER: Pela aprovação. RESULTADO: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o parecer da CCT, favorável ao Projeto.

DIA 01/12/15 – 50ª REUNIÃO

PLS Nº 204, de 2014, não terminativo, de autoria do Senador Wilder Moraes, que “Altera a Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, para incluir a microgeração distribuição distribuída no percentual mínimo obrigatório de aplicação de recursos em projetos de eficiência energética pelas concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica”. RELATOR: Senador Flexa Ribeiro. PARECER: Pela aprovação do Projeto e das Emendas nºs 01 e 02-CI. RESULTADO: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CCT, favorável ao Projeto, com as Emendas nºs 01 e 02 – CI/CCT.

DIA 15/12/15 – 52ª REUNIÃO

PLS Nº 146, de 2007, não terminativo, de autoria do Senador Wilder Moraes, que “Dispõe sobre a digitalização e arquivamento de documentos em mídia ótica ou eletrônica, e dá outras providências”. RELATOR *AD HOC*: Senador Lasier Martins. PARECER: Pela Prejudicialidade. RESULTADO: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CCT, pela prejudicialidade do projeto.

5.3 PROJETO DE LEI DA CÂMARA – PLC

DIA 25/03/2015 – 6ª REUNIÃO

PLC Nº 2, de 2015, não terminativo, de autoria do Presidente da República, que “Regulamenta o inciso II do § 1º e o § 4º do art. 225 da Constituição Federal, o Artigo 1, a alínea *j* do Artigo 8, a alínea *c* do Artigo 10, o Artigo 15 e os §§ 3º e 4º do Artigo 16 da Convenção sobre Diversidade Biológica, promulgada pelo Decreto nº 2.519, de 16 de março de 1998; dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade; revoga a Medida Provisória nº 2.186-16, de 23 de agosto de 2001; e dá outras providências”. RELATOR: Senador Telmário Mota. RELATÓRIO: Pela aprovação do Projeto e das Emendas nºs 1-U, 2-U, 10-U, 12-U, 17-U, 18-U, 21-U, 22-U, 23-U, 25-U, 27-U, 29-U, 32-U, 34-U, 35-U, 37-U, 38-U, 39-U, 40-U, 43-U, 44-U, 53-U, 58-U, 60-U, 61-U, 66-U, 91-U, 95-U, 97-U, 103-U, 105-U, 113-U e 116-U; pela rejeição das demais emendas apresentadas; e pela apresentação de duas emendas. RESULTADO: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CCT, Favorável ao Projeto, acatando as emendas nºs 1-U, 2-U, 10-U, 12-U, 17-U, 18-U, 21-U, 22-U, 23-U, 25-U, 27-U, 29-U, 32-U, 34-U, 35-U, 37-U, 38-U, 39-U, 40-U, 43-U, 44-U, 53-U, 58-U, 60-U, 61-U, 66-U, 91-U, 95-U, 97-U, 103-U, 105-U, 113-U e 116-U, todas apresentadas no prazo único, nos termos do art. 375, I, do RISF, com as Emendas nº 137 e 138-CCT.

DIA 14/04/2015 – 9ª REUNIÃO

PLC Nº 106, de 2012, não terminativo, de autoria do Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados, que “Altera os arts. 2º e 17 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que dispõe sobre a acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, para acrescentar a acessibilidade aos portais públicos da internet”. RELATOR: Senador Cristovam Buarque. PARECER: Pela aprovação. RESULTADO: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CCT, favorável ao projeto.

DIA 19/05/2015 – 14ª REUNIÃO

PLC Nº 21, de 2015, não terminativo, de autoria do Deputado Willian Woo, que “Altera a Lei nº 11.484, de 31 de maio de 2007, que dispõe sobre os incentivos às indústrias de equipamentos para TV Digital e de componentes eletrônicos semicondutores e sobre a proteção à propriedade intelectual das topografias de circuitos integrados, instituindo o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores – PADIS, e o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Equipamentos para a TV Digital – PATVD”. RELATOR: Senador Flexa Ribeiro. PARECER: Pela aprovação. RESULTADO: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CCT, favorável ao projeto.

DIA 13/10/2015 – 39ª REUNIÃO

PLC Nº 34, de 2015, não terminativo, de autoria do Deputado Luis Carlos Heinze, que “Altera a Lei nº 11.105, de 24 de março de 2005”. RELATOR: Senador Randolfe Rodrigues. RELATÓRIO: Pela rejeição. RESULTADO: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CCT, contrário ao Projeto.

DIA 17/11/2015 – 47ª REUNIÃO

PLC Nº 123, de 2011, não terminativo, de autoria do Deputado Arnon Bezerra, que “Altera o art. 3º da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para proibir o bloqueio de terminais móveis utilizados no setor de telecomunicações”. RELATOR: Senador José Medeiros. RELATÓRIO: Pela aprovação do PLS 123/2011, na forma do substitutivo oferecido, e pela rejeição do PLS 559/2011, que tramita em conjunto. RESULTADO: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CCT, favorável ao PLS 123/2011, nos termos da emenda nº 01-CCT (Substitutivo) e pela rejeição do PLS 559/2011, que tramita em conjunto, restando prejudicado o Voto em Separado do Senador Flexa Ribeiro.

DIA 24/11/2015 – 49ª REUNIÃO, CONJUNTA COM A CAE

PLC Nº 77, de 2015, não terminativo, de autoria dos Deputados Bruno Araújo, Antonio Imbassahy, Ariosto Holanda, Carlinhos Almeida, Izalci, José Rocha, Miro Teixeira, Paulo Piau, Rogério Peninha Mendonça e Sandro Alex, que “Dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação, nos termos da Emenda Constitucional nº 85, de 26 de fevereiro de 2015; e altera as Leis nºs 10.973, de 2 de dezembro de 2004, 6.815, de 19 de agosto de 1980, 8.666, de 21 de junho de 1993, 12.462, de 4 de agosto de 2011, 8.745, de 9 de dezembro de 1993, 8.958, de 20 de dezembro de 1994, 8.010, de 29 de março de 1990, 8.032, de 12 de abril de 1990, e 12.772, de 28 de dezembro de 2012.” RELATOR: Senador Jorge Viana. RELATÓRIO: Favorável ao projeto com três emendas que apresenta. RESULTADO: Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CCT, favorável ao projeto, com as Emendas nºs 13 a 15-CCT.

5.4 PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO – PDS

DIA 10/03/15 – 2ª REUNIÃO

PDS Nº 13, de 2014, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO EDUCADORA

SETE QUEDAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sete Quedas, Estado de Mato Grosso do Sul”. RELATORA *AD HOC*: Senadora Ângela Portela. PARECER: Pela aprovação. RESULTADO: Aprovado o projeto.

PDS Nº 15, de 2014, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE BARAÚNA – RN para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Baraúna, Estado do Rio Grande do Norte”. RELATOR *AD HOC*: Senador Flexa Ribeiro. PARECER: Pela aprovação. RESULTADO: Aprovado o projeto.

PDS Nº 20, de 2014, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA NOVA ESPERANÇA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cachoeira de Pajeú, Estado de Minas Gerais”. RELATOR *AD HOC*: Senador Telmário Mota. PARECER: Pela aprovação. RESULTADO: Aprovado o projeto.

PDS Nº 35, de 2014, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à ANTENA UM RÁDIO-DIFUSÃO LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais”. RELATOR *AD HOC*: Senador Telmário Mota. PARECER: Pela aprovação. RESULTADO: Aprovado o projeto.

PDS Nº 63, de 2014, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE APOIO À CULTURA E AOS SERVIÇOS DE RÁDIO-DIFUSÃO DA COMUNIDADE DE PEDRA DOURADA – RÁDIO DOURADENSE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pedra Dourada, Estado de Minas Gerais”. RELATOR *AD HOC*: Senador Telmário Mota. PARECER: Pela aprovação. RESULTADO: Aprovado o projeto.

PDS Nº 65, de 2014, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga permissão à ALÔ FM – SOCIEDADE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Francisco Sá, Estado de Minas Gerais”. RELATOR *AD HOC*: Senador Telmário Mota. PARECER: Pela aprovação. RESULTADO: Aprovado o projeto.

PDS Nº 89, de 2014, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Fundação Nagib Haickel para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Luís, Estado do Maranhão”. RELATOR: Senador João Alberto Souza. PARECER: Pela aprovação. RESULTADO: Aprovado o projeto.

PDS Nº 90, de 2014, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE APOIO COMUNITÁRIO E DESENVOLVIMENTO DE RÁDIO-DIFUSÃO DO BAIRRO VISTA ALEGRE – ACODERVA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barra Mansa, Estado do Rio de Janeiro”. RELATOR: Senador Marcelo Crivella. PARECER: Pela aprovação. RESULTADO: Aprovado o projeto.

PDS Nº 97, de 2014, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à FUNDAÇÃO LOGOS – EDIÇÕES, JORNALISMO E RÁDIO-DIFUSÃO para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itatiba, Estado de São Paulo”. RELATOR: Senador Sérgio Petecão. PARECER: Pela aprovação. RESULTADO: Aprovado o projeto.

PDS Nº 101, de 2014, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à CACIMBA COMUNICAÇÕES LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Lages, Estado de Santa Catarina”. RELATOR: Senador Valdir Raupp. PARECER: Pela aprovação. RESULTADO: Aprovado o projeto.

PDS Nº 103, de 2014, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL E DESENVOLVIMENTO SOCIAL DE MIRAGUAÍ – ACODESMI para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Miraguai, Estado do Rio Grande do Sul”. RELATOR: Senador Sérgio Petecão. PARECER: Pela aprovação. RESULTADO: Aprovado o projeto.

PDS Nº 115, de 2014, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, CULTURAL E ARTÍSTICA DE PARANAÍ – ACAP para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paranaí, Estado do Paraná”. RELATOR: Senador Valdir Raupp. PARECER: Pela aprovação. RESULTADO: Aprovado o projeto.

DIA 05/05/15 – 12ª REUNIÃO

PDS Nº 157, de 2013, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga permissão à EMPRESA DE RADIODIFUSÃO ESTRELA DALVA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Iguapé, Estado de São Paulo”. RELATOR *AD HOC*: Senador Omar Aziz. PARECER: Pelo sobrestamento do projeto nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pelo encaminhamento de cópia do parecer ao Ministro de Estado das Comunicações. RESULTADO: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CCT, pelo sobrestamento do projeto nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pelo encaminhamento de cópia do parecer ao Ministro de Estado das Comunicações.

PDS Nº 454, de 2013, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga permissão à SINAL BRASILEIRO DE COMUNICAÇÃO S/C LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Orlandia, Estado de São Paulo”. RELATOR: Senador Aloysio Nunes Ferreira. PARECER: Pelo sobrestamento do projeto nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações. RESULTADO: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CCT, pelo sobrestamento do projeto nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações.

DIA 19/05/15 – 14ª REUNIÃO

PDS Nº 286, de 2013, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DOS COMUNICADORES DE RADIODIFUSÃO DE LUCENA para executar serviço de radiodifusão comunitária

na cidade de Lucena, Estado da Paraíba”. RELATOR *AD HOC*: Senador Walter Pinheiro. PARECER: Pela aprovação. RESULTADO: Aprovado o projeto.

PDS Nº 325, de 2013, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO SÍTIO MASCATE – AMSM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sertãozinho, Estado da Paraíba”. RELATOR *AD HOC*: Senador Flexa Ribeiro. PARECER: Pela aprovação. RESULTADO: Aprovado o projeto.

PDS Nº 397, de 2013, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga permissão ao SISTEMA DE COMUNICAÇÃO CATOLEENSE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Catolé do Rocha, Estado da Paraíba”. RELATOR *AD HOC*: Senador Walter Pinheiro. PARECER: Pela aprovação. RESULTADO: Aprovado o projeto.

PDS Nº 429, de 2013, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à FUNDAÇÃO MARIA ALVES LIMA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Teresina, Estado do Piauí”. RELATOR: Senador Flexa Ribeiro. PARECER: Pela aprovação. RESULTADO: Aprovado o projeto.

PDS Nº 5, de 2014, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à FM SUDOESTE RADIODIFUSORA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Piraí, Estado do Rio de Janeiro”. RELATOR: Senador Marcelo Crivella. PARECER: Pela aprovação. RESULTADO: Aprovado o projeto.

PDS Nº 68, de 2014, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização ao Instituto de Desenvolvimento Social, Educacional, Cultural e Comunitário de Oratórios para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Oratórios, Estado de Minas Gerais”. RELATOR *AD HOC*: Senador Flexa Ribeiro. PARECER: Pela aprovação. RESULTADO: Aprovado o projeto.

PDS Nº 69, de 2014, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RÁDIO NOVA SIÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro”. RELATOR: Senador Marcelo Crivella. PARECER: Pela aprovação. RESULTADO: Aprovado o projeto.

PDS Nº 72, de 2014, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à SOCIEDADE RÁDIO EMBOABAS DE MINAS GERAIS LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São João Del Rei, Estado de Minas Gerais”. RELATOR *AD HOC*: Senador Flexa Ribeiro. PARECER: Pela aprovação com Emenda. RESULTADO: Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1-CCT.

PDS Nº 73, de 2014, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, EDUCATIVA, CULTURAL, INFORMATIVA, ARTÍSTICA PLENITUDE DE UBERLÂNDIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais”. RELATOR *AD HOC*: Senador Flexa Ribeiro. PARECER: Pela aprovação. RESULTADO: Aprovado o projeto.

PDS Nº 74, de 2014, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE COMUNI-

CAÇÃO E CULTURA DE FLORESTAL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Florestal, Estado de Minas Gerais”. RELATOR *AD HOC*: Senador Flexa Ribeiro. PARECER: Pela aprovação. RESULTADO: Aprovado o projeto.

PDS Nº 79, de 2014, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE CULTURA POPULAR E COMUNICAÇÃO DE PERIQUITO – ASCOPE, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Periquito, Estado de Minas Gerais”. RELATOR *AD HOC*: Senador Omar Aziz. PARECER: Pela aprovação. RESULTADO: Aprovado o projeto.

PDS Nº 81, de 2014, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga permissão à RIO DOCE COMUNICAÇÃO E MARKETING LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Setubinha, Estado de Minas Gerais”. RELATOR *AD HOC*: Senador Omar Aziz. PARECER: Pela aprovação. RESULTADO: Aprovado o projeto.

PDS Nº 92, de 2014, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE APOIO E DEFESA DO MEIO AMBIENTE DE VOLTA REDONDA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Volta Redonda, Estado do Rio de Janeiro”. RELATOR: Senador Marcelo Crivella. PARECER: Pela aprovação. RESULTADO: Aprovado o projeto.

PDS Nº 114, de 2014, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO DIFUSORA DE POÇOS DE CALDAS LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Poços de Caldas, Estado de Minas Gerais”. RELATOR *AD HOC*: Senador Omar Aziz. PARECER: Pela aprovação. RESULTADO: Aprovado o projeto.

PDS Nº 121, de 2014, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga permissão à OCAN COMUNICAÇÃO DIGITAL SE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Bento, Estado do Maranhão”. RELATOR *AD HOC*: Senador Flexa Ribeiro. PARECER: Pela aprovação. RESULTADO: Aprovado o projeto.

PDS Nº 129, de 2014, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE TANQUE NOVO – ACOTAN, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tanque Novo, Estado da Bahia”. RELATOR: Senador Valdir Raupp. PARECER: Pela aprovação. RESULTADO: Aprovado o projeto.

PDS Nº 130, de 2014, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO E TV MAIRA LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Candeias do Jamari, Estado de Rondônia”. RELATOR: Senador Valdir Raupp. PARECER: Pela aprovação. RESULTADO: Aprovado o projeto.

PDS Nº 132, de 2014, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à PAIAIÁ COMUNICAÇÃO LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Saúde, Estado da Bahia”. RELATOR: Senador Valdir Raupp. PARECER: Pela aprovação. RESULTADO: Aprovado o projeto.

PDS Nº 133, de 2014, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO RIO MAXI LTDA. para

explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Rio Branco do Sul, Estado do Paraná”. RELATOR *AD HOC*: Senador Lasier Martins. PARECER: Pela aprovação. RESULTADO: Aprovado o projeto.

PDS Nº 134, de 2014, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga permissão à TERRA FM COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cidade Gaúcha, Estado do Paraná”. RELATOR *AD HOC*: Senador Valdir Raupp. PARECER: Pela aprovação. RESULTADO: Aprovado o projeto.

PDS Nº 138, de 2014, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga permissão ao SISTEMA HARAGON DE COMUNICAÇÃO LTDA. Para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Registro, Estado de São Paulo”. RELATOR: Senador Flexa Ribeiro. PARECER: Pela aprovação. RESULTADO: Aprovado o projeto.

PDS Nº 144, de 2014, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO BOAS NOVAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itaueira, Estado do Piauí”. RELATOR: Senador Flexa Ribeiro. PARECER: Pela aprovação. RESULTADO: Aprovado o projeto.

PDS Nº 155, de 2014, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO TRANSOESTE LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Joaçaba, Estado de Santa Catarina”. RELATOR *AD HOC*: Senador Valdir Raupp. PARECER: Pela aprovação. RESULTADO: Aprovado o projeto.

PDS Nº 156, de 2014, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA EDUCATIVA DE RADIODIFUSÃO CIDADE SUL DE SANTA ROSA DO SUL – SC para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Rosa do Sul, Estado de Santa Catarina”. RELATOR *AD HOC*: Senador Flexa Ribeiro. PARECER: Pela aprovação. RESULTADO: Aprovado o projeto.

PDS Nº 158, de 2014, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL SÃO LOURENÇO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Lourenço do Oeste, Estado de Santa Catarina”. RELATOR *AD HOC*: Senador Aloysio Nunes Ferreira. PARECER: Pela aprovação. RESULTADO: Aprovado o projeto.

PDS Nº 160, de 2014, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga concessão à FUNDAÇÃO VILA JAGUARY para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Jaguariúna, Estado de São Paulo”. RELATOR: Senador Aloysio Nunes Ferreira. PARECER: Pela aprovação. RESULTADO: Aprovado o projeto.

PDS Nº 162, de 2014, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga concessão à TELEVISÃO BRASIL LIMITADA para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo”. RELATOR *AD HOC*: Senador Lasier Martins. PARECER: Pela aprovação. RESULTADO: Aprovado o projeto.

PDS Nº 166, de 2014, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO MOVIMENTO

COMUNITÁRIO CANOAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paraibuna, Estado de São Paulo”. RELATOR *AD HOC*: Senador Lasier Martins. PARECER: Pela aprovação. RESULTADO: Aprovado o projeto.

PDS Nº 193, de 2014, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL DE ARTUR NOGUEIRA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Artur Nogueira, Estado de São Paulo”. RELATOR: Senador Aloysio Nunes Ferreira. PARECER: Pela aprovação. RESULTADO: Aprovado o projeto.

PDS Nº 23, de 2015, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO, CULTURAL E SOCIAL DE CARDOSO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cardoso, Estado de São Paulo”. RELATOR: Senador Omar Aziz. PARECER: Pela aprovação. RESULTADO: Aprovado o projeto.

DIA 09/06/15 – 18ª REUNIÃO

PDS Nº 119, de 2014, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga permissão à EMPRESA CAMBUIENSE DE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais”. RELATOR *AD HOC*: Senador Lasier Martins. PARECER: Pela aprovação. RESULTADO: Aprovado o projeto.

PDS Nº 168, de 2014, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO EDUCADORA E CULTURAL DE EXTREMA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Porto Velho, Estado de Rondônia”. RELATOR *AD HOC*: Senador Omar Aziz. PARECER: Pela aprovação. RESULTADO: Aprovado o projeto.

PDS Nº 171, de 2014, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DA RÁDIO COMUNITÁRIA EDUCATIVA E CULTURAL ALTER-NATIVA FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santarém, Estado do Pará”. RELATOR: Senador Flexa Ribeiro. PARECER: Pela aprovação. RESULTADO: Aprovado o projeto.

PDS Nº 174, de 2014, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO FRATERNIDADE LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Araras, Estado de São Paulo”. RELATOR *AD HOC*: Senador Flexa Ribeiro. PARECER: Pela aprovação. RESULTADO: Aprovado o projeto.

PDS Nº 178, de 2014, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DA RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso”. RELATOR: Senador José Medeiros. PARECER: Pela aprovação. RESULTADO: Aprovado o projeto.

PDS Nº 12, de 2015, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL

COMUNITÁRIA PONTE ALTA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guarulhos, Estado de São Paulo”. RELATOR: Senador Eduardo Amorim. PARECER: Pela aprovação. RESULTADO: Aprovado o projeto.

PDS Nº 14, de 2015, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA GETSÊMANI DE RADIODIFUSÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mata Verde, Estado de Minas Gerais”. RELATOR *AD HOC*: Senador Hélio José. PARECER: Pela aprovação. RESULTADO: Aprovado o projeto.

PDS Nº 17, de 2015, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO CULTURA DE MONTE ALTO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Monte Alto, Estado de São Paulo”. RELATOR: Senador Hélio José. PARECER: Pela aprovação. RESULTADO: Aprovado o projeto.

PDS Nº 21, de 2015, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DIVULGAÇÃO DE NOVA LUZITÂNIA – FM (ACDNL-FM) para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Luzitânia, Estado de São Paulo”. RELATOR *AD HOC*: Senador Omar Aziz. PARECER: Pela aprovação. RESULTADO: Aprovado o projeto.

PDS Nº 31, de 2015, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO CENTENÁRIO FM LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Frutal, Estado de Minas Gerais”. RELATOR: Senador Omar Aziz. PARECER: Pela aprovação. RESULTADO: Aprovado o projeto.

PDS Nº 38, de 2015, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA E À ADOLESCÊNCIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Gonçalo dos Campos, Estado da Bahia”. RELATOR *AD HOC*: Senador Lasier Martins. PARECER: Pela aprovação. RESULTADO: Aprovado o projeto.

PDS Nº 56, de 2015, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga concessão à FUNDAÇÃO ANTÔNIO GOMES DOS SANTOS para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Natal, Estado do Rio Grande do Norte”. RELATOR *AD HOC*: Senador Hélio José. PARECER: Pela aprovação. RESULTADO: Aprovado o projeto.

DIA 04/08/15 – 28ª REUNIÃO

PDS Nº 182, de 2001, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que autoriza a FUNDAÇÃO DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL PAUTILA JORDÃO – FUSASO, a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bonito, Estado de Pernambuco”. RELATOR *AD HOC*: Senador Flexa Ribeiro. PARECER: Pelo sobrestamento do projeto nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de Requerimentos de Informações dirigidos ao Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, ao Juízo de Direito da Comarca de Bonito e ao Ministério das Comunicações. RESULTADO: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CCT, pelo sobrestamento do projeto nos termos do Art.

335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de requerimentos de informações dirigidos ao Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, ao juízo de direito da comarca de Bonito e ao Ministério das Comunicações.

PDS Nº 112, de 2014, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO LITE FM LTDA., originariamente Rádio Antena Um LTDA., para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro”. RELATOR *AD HOC*: Senador Randolfe Rodrigues. PARECER: Pela aprovação. RESULTADO: Aprovado o projeto.

PDS Nº 120, de 2014, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga permissão à TIPUANA FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Manhuaçu, Estado de Minas Gerais”. RELATOR *AD HOC*: Senador Lasier Martins. PARECER: Pela aprovação. RESULTADO: Aprovado o projeto.

PDS Nº 125, de 2014, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RADIODIFUSÃO DOS MORADORES DO ALTO DA COLINA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guiricema, Estado de Minas Gerais”. RELATOR *AD HOC*: Senador Lasier Martins. PARECER: Pela aprovação. RESULTADO: Aprovado o projeto.

PDS Nº 131, de 2014, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga concessão à SM RADIODIFUSÃO LTDA. para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Cambuí, Estado de Minas Gerais”. RELATOR *AD HOC*: Senador Lasier Martins. PARECER: Pela aprovação. RESULTADO: Aprovado o projeto.

PDS Nº 137, de 2014, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL ONDAS DE PAZ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ribeirão das Neves, Estado de Minas Gerais”. RELATOR *AD HOC*: Senador Lasier Martins. PARECER: Pela aprovação. RESULTADO: Aprovado o projeto.

PDS Nº 143, de 2014, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE MORADORES INTERATIVA DE PARANAGUÁ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paranaguá, Estado do Paraná”. RELATOR *AD HOC*: Senador Randolfe Rodrigues. PARECER: Pela aprovação. RESULTADO: Aprovado o projeto.

PDS Nº 159, de 2014, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à BANDA DE MÚSICA NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alfredo Vasconcelos, Estado de Minas Gerais”. RELATOR *AD HOC*: Senador Eduardo Amorim. PARECER: Pela aprovação. RESULTADO: Aprovado o projeto.

PDS Nº 167, de 2014, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE E CULTURAL COMUNITÁRIA NOSSA SENHORA DO CARMO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais”. RELATOR *AD HOC*: Senador Eduardo Amorim. PARECER: Pela aprovação. RESULTADO: Aprovado o projeto.

PDS Nº 169, de 2014, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DOS MORADO-

RES DO BAIRRO DE FURNAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José da Barra, Estado de Minas Gerais”. RELATOR *AD HOC*: Senador Eduardo Amorim. PARECER: Pela aprovação. RESULTADO: Aprovado o projeto.

PDS Nº 172, de 2014, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE SANTANA DO RIACHO E COMUNIDADES RURAIS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santana do Riacho, Estado de Minas Gerais”. RELATOR *AD HOC*: Senador Eduardo Amorim. PARECER: Pela aprovação. RESULTADO: Aprovado o projeto.

PDS Nº 177, de 2014, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE RADIODIFUSÃO DE CACHOEIRA DO PIRIÁ – ASDECAP, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cachoeira do Piriá, Estado do Pará”. RELATOR *AD HOC*: Senador Aloysio Nunes Ferreira. PARECER: Pela aprovação. RESULTADO: Aprovado o projeto.

PDS Nº 180, de 2014, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga concessão à REDE BRASIL DE RADIODIFUSÃO LIMITADA para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de São João da Barra, Estado do Rio de Janeiro”. RELATOR: Senador Marcelo Crivella. PARECER: Pela aprovação. RESULTADO: Aprovado o projeto.

PDS Nº 184, de 2014, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO A VOZ DE SÃO PEDRO LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Pedro, Estado de São Paulo”. RELATOR: Senador Aloysio Nunes Ferreira. PARECER: Pela aprovação. RESULTADO: Aprovado o projeto.

PDS Nº 188, de 2014, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE RIO CLARO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio Claro, Estado de São Paulo”. RELATOR: Senador Aloysio Nunes Ferreira. PARECER: Pela aprovação. RESULTADO: Aprovado o projeto.

PDS Nº 189, de 2014, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à NATIVA – ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, CULTURAL E ARTÍSTICA DA ZONA NOROESTE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santos, Estado de São Paulo”. RELATOR: Senador Aloysio Nunes Ferreira. PARECER: Pela aprovação. RESULTADO: Aprovado o projeto.

PDS Nº 191, de 2014, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO GUARATINGUETÁ FM STÉREO LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Guaratinguetá, Estado de São Paulo”. RELATOR: Senador Aloysio Nunes Ferreira. PARECER: Pela aprovação. RESULTADO: Aprovado o projeto.

PDS Nº 192, de 2014, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga permissão à EMPRESA DE RADIODIFUSÃO ALFA CENTAURO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Marudá, Município de Marapanim, Estado do Pará”. RELATOR *AD HOC*: Senador Aloysio Nunes Ferreira. PARECER: Pela aprovação com Emenda. RESULTADO: Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1-CCT.

PDS Nº 20, de 2015, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga permissão à REGIONAL RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pompéu, Estado de Minas Gerais”. RELATOR *AD HOC*: Senador Gladson Cameli. PARECER: Pela aprovação. RESULTADO: Aprovado o projeto.

PDS Nº 32, de 2015, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga permissão à SJB SISTEMAS DE COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cantagalo, Estado do Rio de Janeiro”. RELATOR: Senador Marcelo Crivella. PARECER: Pela aprovação. RESULTADO: Aprovado o projeto.

PDS Nº 39, de 2015, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO EDUCATIVA ARTÍSTICA DE JUSSIAPÉ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jussiapé, Estado da Bahia”. RELATOR *AD HOC*: Senador Lasier Martins. PARECER: Pela aprovação. RESULTADO: Aprovado o projeto.

PDS Nº 40, de 2015, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL E ARTÍSTICA DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA CANDEAL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cordeiros, Estado da Bahia”. RELATOR *AD HOC*: Senador Lasier Martins. PARECER: Pela aprovação. RESULTADO: Aprovado o projeto.

PDS Nº 41, de 2015, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à SOCIEDADE CIVIL ACAUÃ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Salvador, Estado da Bahia”. RELATOR *AD HOC*: Senador Lasier Martins. PARECER: Pela aprovação. RESULTADO: Aprovado o projeto.

PDS Nº 46, de 2015, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, CULTURAL, ARTÍSTICA, DESPORTIVA E DE COMUNICAÇÃO DO DISTRITO DE GUARIZINHO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itapeva, Estado de São Paulo”. RELATOR *AD HOC*: Senador Randolfe Rodrigues. PARECER: Pela aprovação. RESULTADO: Aprovado o projeto.

PDS Nº 69, de 2015, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS E PRODUTORES RURAIS DE CAXINGÓ – AAPRC, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caxingó, Estado do Piauí”. RELATOR *AD HOC*: Senador Flexa Ribeiro. PARECER: Pela aprovação. RESULTADO: Aprovado o projeto.

PDS Nº 71, de 2015, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO PIÇARRA NOVA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nazaré do Piauí, Estado do Piauí”. RELATOR *AD HOC*: Senador Randolfe Rodrigues. PARECER: Pela aprovação. RESULTADO: Aprovado o projeto.

PDS Nº 72, de 2015, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO CULTURAL E EDUCACIONAL DE TROMBUDO CENTRAL para executar serviço de radiodifusão comunitário na cidade de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina”.

RELATOR *AD HOC*: Senador Flexa Ribeiro. PARECER: Pela aprovação. RESULTADO: Aprovado o projeto.

PDS Nº 76, de 2015, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PEDRO MACHADO DE GUAIÚBA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guaiúba, Estado do Ceará”. RELATOR: Senador Omar Aziz. PARECER: Pela aprovação. RESULTADO: Aprovado o projeto.

PDS Nº 77, de 2015, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS MORADORES DE AROAZES – ASCOMAR, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Aroazes, Estado do Piauí”. RELATOR *AD HOC*: Senador Telmário Mota. PARECER: Pela aprovação. RESULTADO: Aprovado o projeto.

PDS Nº 80, de 2015, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA DE JOSÉ DE FREITAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de José de Freitas, Estado do Piauí”. RELATOR: Senador Eduardo Amorim. PARECER: Pela aprovação. RESULTADO: Aprovado o projeto.

PDS Nº 88, de 2015, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga concessão à FUNDAÇÃO JOSÉ POSSIDÔNIO PEIXOTO para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Sobral, Estado do Ceará”. RELATOR *AD HOC*: Senador Flexa Ribeiro. PARECER: Pela aprovação. RESULTADO: Aprovado o projeto.

PDS Nº 100, de 2015, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, CULTURAL E DESENVOLVIMENTO SOCIAL DE MONTAURI para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Montauri, Estado do Rio Grande do Sul”. RELATOR: Senador Lasier Martins. PARECER: Pela aprovação. RESULTADO: Aprovado o projeto.

PDS Nº 267, de 2015, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL DONA BEJA para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Paracatu, Estado de Minas Gerais”. RELATOR *AD HOC*: Senador Flexa Ribeiro. PARECER: Pela aprovação. RESULTADO: Aprovado o projeto.

DIA 15/09/15 – 35ª REUNIÃO

PDS Nº 96, de 2014, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL SOCIAL E LAZER DE QUEIRÓZ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Queiroz, Estado de São Paulo”. RELATOR: Senador Lasier Martins. PARECER: Pela aprovação. RESULTADO: Aprovado o projeto.

PDS Nº 145, de 2014, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO CABOCLA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Fonte Boa, Estado do

Amazonas”. RELATORA: Senadora Sandra Braga. PARECER: Pela aprovação. RESULTADO: Aprovado o projeto.

PDS Nº 153, de 2014, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL DO MUNICÍPIO DE NOVA VENEZA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Veneza, Estado de Santa Catarina”. RELATOR: Senador Lasier Martins. PARECER: Pela aprovação. RESULTADO: Aprovado o projeto.

PDS Nº 154, de 2014, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO SERRANA DE BENTO GONÇALVES LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Bento Gonçalves, Estado do Rio Grande do Sul”. RELATOR: Senador Lasier Martins. PARECER: Pela aprovação. RESULTADO: Aprovado o projeto.

PDS Nº 185, de 2014, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga permissão à OLIVEIRA PERIN ASSESSORIA E COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Rio dos Índios, Estado do Rio Grande do Sul”. RELATOR: Senador Lasier Martins. PARECER: Pela aprovação. RESULTADO: Aprovado o projeto.

PDS Nº 106, de 2015, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE COMUNICAÇÃO DOS ARTISTAS DO VALE DO ARAGUAIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso”. RELATOR: Senador José Medeiros. PARECER: Pela aprovação. RESULTADO: Aprovado o projeto.

PDS Nº 195, de 2015, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SANTOS DUMONT para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Goiânia, Estado de Goiás”. RELATOR: Senador Hélio José. PARECER: Pela aprovação. RESULTADO: Aprovado o projeto.

PDS Nº 200, de 2015, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO E CULTURA DE CANA BRAVA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Minaçu, Estado de Goiás”. RELATOR: Senador Hélio José. PARECER: Pela aprovação. RESULTADO: Aprovado o projeto.

PDS Nº 201, de 2015, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL E DE COMUNICAÇÃO FLOR DO CERRADO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Primavera do Leste, Estado de Mato Grosso”. RELATOR: Senador José Medeiros. PARECER: Pela aprovação. RESULTADO: Aprovado o projeto.

PDS Nº 203, de 2015, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO TIMBOTEUENSE DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA – ATRC, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Timboteua, Estado do Pará”. RELATOR: Senador Flexa Ribeiro. PARECER: Pela aprovação. RESULTADO: Aprovado o projeto.

PDS Nº 221, de 2015, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE APOIO À CULTURA DE SÃO JOSÉ DO PEIXE para executar serviço de radiodifusão comuni-

tária na cidade de São José do Peixe, Estado do Piauí”. RELATORA: Senadora Ângela Portela. PARECER: Pela aprovação. RESULTADO: Aprovado o projeto.

PDS Nº 244, de 2015, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE BAGRE – ARCB, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bagre, Estado do Pará”. RELATOR: Senador Flexa Ribeiro. PARECER: Pela aprovação. RESULTADO: Aprovado o projeto.

PDS Nº 300, de 2015, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE MALHADA DOS BOIS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Malhada dos Bois, Estado de Sergipe”. RELATOR *AD HOC*: Senador Flexa Ribeiro. PARECER: Pela aprovação. RESULTADO: Aprovado o projeto.

PDS Nº 329, de 2015, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à SOCIEDADE ORGANIZADA PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DE NORMANDIA – SODLIS, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Normandia, Estado de Roraima”. RELATOR: Senador Telmário Mota. PARECER: Pela aprovação. RESULTADO: Aprovado o projeto.

DIA 29/09/15 – 44ª REUNIÃO

PDS Nº 278, de 2013, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO DE UMBURANA, GANGORRA E VERTENTES para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jericó, Estado da Paraíba”. RELATOR: Senador Cristovam Buarque. PARECER: Pela aprovação. RESULTADO: Aprovado o projeto.

PDS Nº 21, de 2014, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga permissão à MÁRCIO FREITAS COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ipaba, Estado de Minas Gerais”. RELATOR: Senador Omar Aziz. PARECER: Pela aprovação. RESULTADO: Aprovado o projeto.

PDS Nº 58, de 2014, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE CATOLÉ DO ROCHA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Catolé do Rocha, Estado da Paraíba”. RELATOR: Senador Cristovam Buarque. PARECER: Pela aprovação. RESULTADO: Aprovado o projeto.

PDS Nº 124, de 2014, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DOS FILHOS E AMIGOS DE SÃO MARCOS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Major Isidoro, Estado de Alagoas”. RELATOR: Senador Cristovam Buarque. PARECER: Pela aprovação. RESULTADO: Aprovado o projeto.

PDS Nº 173, de 2014, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO ALMENARA

STÉREO FM LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Almenara, Estado de Minas Gerais”. RELATOR *AD HOC*: Senador José Medeiros. PARECER: Pela aprovação. RESULTADO: Aprovado o projeto.

PDS Nº 176, de 2014, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL DE RADIODIFUSÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sete Lagoas, Estado de Minas Gerais”. RELATOR *AD HOC*: Senador José Medeiros. PARECER: Pela aprovação. RESULTADO: Aprovado o projeto.

PDS Nº 181, de 2014, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que renova a concessão outorgada à rádio CULTURA DE POÇOS DE CALDAS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Poços de Caldas, Estado de Minas Gerais”. RELATOR *AD HOC*: Senador José Medeiros. PARECER: Pela aprovação. RESULTADO: Aprovado o projeto.

PDS Nº 182, de 2014, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga concessão à TV TOPÁZIO COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Passos, Estado de Minas Gerais”. RELATOR *AD HOC*: Senador José Medeiros. PARECER: Pela aprovação. RESULTADO: Aprovado o projeto.

PDS Nº 186, de 2014, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à SOCIEDADE RÁDIO ALVORADA LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais”. RELATOR *AD HOC*: Senador José Medeiros. PARECER: Pela aprovação. RESULTADO: Aprovado o projeto.

PDS Nº 190, de 2014, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO SOCIEDADE CATARINENSE LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Joaçaba, Estado de Santa Catarina”. RELATOR: Senador Lasier Martins. PARECER: Pela aprovação. RESULTADO: Aprovado o projeto.

PDS Nº 194, de 2014, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA ESTAÇÃO FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Estação, Estado do Rio Grande do Sul”. RELATOR: Senador Lasier Martins. PARECER: Pela aprovação. RESULTADO: Aprovado o projeto.

PDS Nº 195, de 2014, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO IGUATEMI FREQUÊNCIA MODULADA STÉREO LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Bebedouro, Estado de São Paulo”. RELATOR *AD HOC*: Senador Flexa Ribeiro. PARECER: Pela aprovação. RESULTADO: Aprovado o projeto.

PDS Nº 28, de 2015, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à FM MELODY DE RIBEIRÃO PRETO LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo”. RELATOR: Senador Aloysio Nunes Ferreira. PARECER: Pela aprovação. RESULTADO: Aprovado o projeto.

PDS Nº 30, de 2015, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO IMPRENSA FM DE

VARGEM GRANDE DO SUL LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Rosana, Estado de São Paulo”. RELATOR: Senador Aloysio Nunes Ferreira. PARECER: Pela aprovação. RESULTADO: Aprovado o projeto.

PDS Nº 44, de 2015, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA CAMINHO PARA A VIDA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo”. RELATOR: Senador Marcelo Crivella. PARECER: Pela aprovação. RESULTADO: Aprovado o projeto.

PDS Nº 51, de 2015, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga concessão à CAPRA-PUBLICIDADE E PROMOÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Bento Gonçalves, Estado do Rio Grande do Sul”. RELATOR: Senador Lasier Martins. PARECER: Pela aprovação. RESULTADO: Aprovado o projeto.

PDS Nº 52, de 2015, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DA COMUNIDADE NEGRA RURAL QUILOMBOLA SÃO MIGUEL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Maracaju, Estado de Mato Grosso do Sul”. RELATOR *AD HOC*: Senador Randolfe Rodrigues. PARECER: Pela aprovação. RESULTADO: Aprovado o projeto.

PDS Nº 62, de 2015, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização ao CENTRO CULTURAL COMUNITÁRIO AMARAIS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campinas, Estado de São Paulo”. RELATOR: Senador Aloysio Nunes Ferreira. PARECER: Pela aprovação. RESULTADO: Aprovado o projeto.

PDS Nº 73, de 2015, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA VIDA NOVA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Malhada, Estado da Bahia”. RELATOR *AD HOC*: Senador Valdir Raupp. PARECER: Pela aprovação. RESULTADO: Aprovado o projeto.

PDS Nº 74, de 2015, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE ITAGUARI para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itaguari, Estado de Goiás”. RELATOR *AD HOC*: Senador Randolfe Rodrigues. PARECER: Pela aprovação. RESULTADO: Aprovado o projeto.

PDS Nº 75, de 2015, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO COMUNITÁRIA DE JUAZEIRINHO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Conceição do Coité, Estado da Bahia”. RELATOR *AD HOC*: Senador Valdir Raupp. PARECER: Pela aprovação. RESULTADO: Aprovado o projeto.

PDS Nº 89, de 2015, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA INTERATIVA FM DE ARRAIAL DO CABO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Arraial do Cabo, Estado do Rio de Janeiro”. RELATOR: Senador Marcelo Crivella. PARECER: Pela aprovação. RESULTADO: Aprovado o projeto.

PDS Nº 90, de 2015, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE

MANSIDÃO – ASCM, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mansidão, Estado da Bahia”. RELATOR *AD HOC*: Senador Valdir Raupp. PARECER: Pela aprovação. RESULTADO: Aprovado o projeto.

PDS Nº 92, de 2015, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL DE SALVADOR DO SUL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Salvador do Sul, Estado do Rio Grande do Sul”. RELATOR: Senador Lasier Martins. PARECER: Pela aprovação. RESULTADO: Aprovado o projeto.

PDS Nº 109, de 2015, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO DE QUATIS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Quatis, Estado do Rio de Janeiro”. RELATOR: Senador Marcelo Crivella. PARECER: Pela aprovação. RESULTADO: Aprovado o projeto.

PDS Nº 110, de 2015, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ADCX – Associação de Difusão Comunitária de Xerém para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Duque de Caxias, Estado do Rio de Janeiro”. RELATOR: Senador Marcelo Crivella. PARECER: Pela aprovação. RESULTADO: Aprovado o projeto.

PDS Nº 121, de 2015, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE DIFUSÃO COMUNITÁRIA DO POVOADO JOSIAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Zé Doca, Estado do Maranhão”. RELATOR *AD HOC*: Senador Omar Aziz. PARECER: Pela aprovação. RESULTADO: Aprovado o projeto.

PDS Nº 124, de 2015, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE IGARAPÉ-MIRI para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Igarapé-Miri, Estado do Pará”. RELATOR: Senador Flexa Ribeiro. PARECER: Pela aprovação. RESULTADO: Aprovado o projeto.

PDS Nº 138, de 2015, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga concessão à X-MEDIAGROUP S/A para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Mâncio Lima, Estado do Acre”. RELATOR *AD HOC*: Senador Ivo Cassol. PARECER: Pela aprovação. RESULTADO: Aprovado o projeto.

PDS Nº 176, de 2015, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS MORADORES DE ALVORADA DE MINAS – ACOMAM, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alvorada de Minas, Estado de Minas Gerais”. RELATOR: Senador Ivo Cassol. PARECER: Pela aprovação. RESULTADO: Aprovado o projeto.

PDS Nº 178, de 2015, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga permissão à OLA FM SOCIEDADE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Carangola, Estado de Minas Gerais”. RELATOR *AD HOC*: Senador Ivo Cassol. PARECER: Pela aprovação. RESULTADO: Aprovado o projeto.

PDS Nº 204, de 2015, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO DISTRITO DE COLORADO DO NORTE para executar serviço de radiodifusão comunitária

ria na cidade de Nova Canaã do Norte, Estado do Mato Grosso”. RELATOR: Senador José Medeiros. PARECER: Pela aprovação. RESULTADO: Aprovado o projeto.

PDS Nº 205, de 2015, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO CULTURAL COMUNITÁRIA DO BAIRRO SANTA MARIA II para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso”. RELATOR: Senador José Medeiros. PARECER: Pela aprovação. RESULTADO: Aprovado o projeto.

PDS Nº 222, de 2015, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO BOM JESUS DE COMUNICAÇÃO E CULTURA – ABJDCC para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bom Jesus do Tocantins, Estado do Tocantins”. RELATOR *AD HOC*: Senador Omar Aziz. PARECER: Pela aprovação. RESULTADO: Aprovado o projeto.

PDS Nº 226, de 2015, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO CULTURAL E ARTÍSTICO DA CIDADE DE CARLÓPOLIS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Carlópolis, Estado do Paraná”. RELATOR *AD HOC*: Senador Omar Aziz. PARECER: Pela aprovação. RESULTADO: Aprovado o projeto.

PDS Nº 252, de 2015, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA ESTAÇÃO FM DE RADIODIFUSÃO DE ITAGIMIRIM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itagimirim, Estado da Bahia”. RELATOR: Senador Flexa Ribeiro. PARECER: Pela aprovação. RESULTADO: Aprovado o projeto.

PDS Nº 255, de 2015, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO DE MACEDÔNIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Macedônia, Estado de São Paulo”. RELATOR: Senador Valdir Raupp. PARECER: Pela aprovação. RESULTADO: Aprovado o projeto.

PDS Nº 288, de 2015, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO NOVA COMUNITÁRIA FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Iraceminha, Estado de Santa Catarina”. RELATOR *AD HOC*: Senador José Medeiros. PARECER: Pela aprovação. RESULTADO: Aprovado o projeto.

PDS Nº 293, de 2015, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que renova a concessão outorgada à TVSBT CANAL 4 DE SÃO PAULO S.A. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo”. RELATOR: Senador Valdir Raupp. PARECER: Pela aprovação. RESULTADO: Aprovado o projeto.

PDS Nº 295, de 2015, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que renova a concessão outorgada à TVSBT CANAL 5 DE PORTO ALEGRE S.A. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul”. RELATOR: Senador Valdir Raupp. PARECER: Pela aprovação. RESULTADO: Aprovado o projeto.

PDS Nº 301, de 2015, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, CULTURAL E EDUCATIVA DE MONTE CARMELO para executar serviço de radiodifusão comu-

nitária na cidade de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais”. RELATOR *AD HOC*: Senador Omar Aziz. PARECER: Pela aprovação. RESULTADO: Aprovado o projeto.

PDS Nº 324, de 2015, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que renova a concessão outorgada à TVSBT CANAL 5 DE BELÉM S.A. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Belém, Estado do Pará”. RELATOR: Senador Flexa Ribeiro. PARECER: Pela aprovação. RESULTADO: Aprovado o projeto.

DIA 17/11/15 – 47ª REUNIÃO

PDS Nº 106, de 2014, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO ATLÂNTIDA FM DE PORTO ALEGRE LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul”. RELATOR *AD HOC*: Senador Flexa Ribeiro. PARECER: Pela aprovação. RESULTADO: Aprovado o projeto.

PDS Nº 26, de 2015, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga permissão à Celebração FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ilícinea, Estado de Minas Gerais”. RELATOR *AD HOC*: Senador Walter Pinheiro. PARECER: Pela aprovação. RESULTADO: Aprovado o projeto.

PDS Nº 48, de 2015, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga permissão à CARMORELA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Piracema, Estado de Minas Gerais”. RELATOR *AD HOC*: Senador Walter Pinheiro. PARECER: Pela aprovação. RESULTADO: Aprovado o projeto.

PDS Nº 50, de 2015, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga permissão ao SISTEMA MILLENIUM DE RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Guapé, Estado de Minas Gerais”. RELATOR *AD HOC*: Senador Walter Pinheiro. PARECER: Pela aprovação. RESULTADO: Aprovado o projeto.

PDS Nº 53, de 2015, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO E EDUCAÇÃO BAGAGEM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Estrela do Sul, Estado de Minas Gerais”. RELATOR *AD HOC*: Senador Walter Pinheiro. PARECER: Pela aprovação. RESULTADO: Aprovado o projeto.

PDS Nº 57, de 2015, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE CAMPINA DA LAGOA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campina da Lagoa, Estado do Paraná”. RELATOR *AD HOC*: Senador Eduardo Amorim. PARECER: Pela aprovação. RESULTADO: Aprovado o projeto.

PDS Nº 63, de 2015, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA AMIGOS DO BAIRRO DO LIMÃO – ASCOBLI, para executar serviço de radiodifusão comunitária

na cidade de Pinhalzinho, Estado de São Paulo”. RELATOR *AD HOC*: Senador Flexa Ribeiro. PARECER: Pela aprovação. RESULTADO: Aprovado o projeto.

PDS Nº 65, de 2015, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO REGIONAL DE BARUERI EDUCACIONAL, CULTURAL E COMUNICAÇÃO SOCIAL – ARB, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barueri, Estado de São Paulo”. RELATOR *AD HOC*: Senador Flexa Ribeiro. PARECER: Pela aprovação. RESULTADO: Aprovado o projeto.

PDS Nº 68, de 2015, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CIDADE DE SANTOS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santos, Estado de São Paulo”. RELATOR *AD HOC*: Senador Flexa Ribeiro. PARECER: Pela aprovação. RESULTADO: Aprovado o projeto.

PDS Nº 79, de 2015, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO DIFUSÃO COMUNITÁRIA HARMONIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Dom Pedrito, Estado do Rio Grande do Sul”. RELATOR *AD HOC*: Senador Omar Aziz. PARECER: Pela aprovação. RESULTADO: Aprovado o projeto.

PDS Nº 95, de 2015, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga permissão à BECKER, CASTRO CIA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Eral Seco, Estado do Rio Grande do Sul”. RELATOR *AD HOC*: Senador Omar Aziz. PARECER: Pela aprovação. RESULTADO: Aprovado o projeto.

PDS Nº 102, de 2015, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL E EDUCACIONAL SÃO VENDELINO – ACCEVS, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Vendelino, Estado do Rio Grande do Sul”. RELATOR *AD HOC*: Senador Omar Aziz. PARECER: Pela aprovação. RESULTADO: Aprovado o projeto.

PDS Nº 104, de 2015, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO CENTRAL LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Farroupilha, Estado do Rio Grande do Sul”. RELATOR *AD HOC*: Senador Omar Aziz. PARECER: Pela aprovação. RESULTADO: Aprovado o projeto.

PDS Nº 107, de 2015, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PARA DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SÓCIO CULTURAL DE RIACHO DE SANTANA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Riacho de Santana, Estado da Bahia”. RELATOR: Senador Walter Pinheiro. PARECER: Pela aprovação. RESULTADO: Aprovado o projeto.

PDS Nº 111, de 2015, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA NOVO RIO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio das Ostras, Estado do Rio de Janeiro”. RELATOR *AD HOC*: Senador Ivo Cassol. PARECER: Pela aprovação. RESULTADO: Aprovado o projeto.

PDS Nº 112, de 2015, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à SOCIEDADE DE RADIODIFUSÃO DE MAMBUCABA FM ESTÉREO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade

de Angra dos Reis, Estado do Rio de Janeiro”. RELATOR *AD HOC*: Senador Ivo Cassol. PARECER: Pela aprovação. RESULTADO: Aprovado o projeto.

PDS Nº 116, de 2015, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO CIPOENSE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Capão do Cipó, Estado do Rio Grande do Sul”. RELATOR *AD HOC*: Senador Omar Aziz. PARECER: Pela aprovação. RESULTADO: Aprovado o projeto.

PDS Nº 127, de 2015, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE SÃO FRANCISCO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Francisco, Estado de Sergipe”. RELATOR: Senador Eduardo Amorim. PARECER: Pela aprovação. RESULTADO: Aprovado o projeto.

PDS Nº 150, de 2015, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA AMIGOS DA ZONA OESTE – ACAZO, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro”. RELATOR *AD HOC*: Senador Ivo Cassol. PARECER: Pela aprovação. RESULTADO: Aprovado o projeto.

PDS Nº 163, de 2015, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que renova a concessão outorgada à SOCIEDADE DE TELEVISÃO SUL FLUMINENSE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Barra Mansa, Estado do Rio de Janeiro”. RELATOR: Senador Omar Aziz. PARECER: Pela aprovação. RESULTADO: Aprovado o projeto.

PDS Nº 172, de 2015, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que renova a permissão à RÁDIO ZÉ LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Resende, Estado do Rio de Janeiro”. RELATOR *AD HOC*: Senador Flexa Ribeiro. PARECER: Pela aprovação. RESULTADO: Aprovado o projeto.

PDS Nº 175, de 2015, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO E CULTURAL DE DOIS IRMÃOS DO BURITI para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Dois Irmãos do Buriti, Estado de Mato Grosso do Sul”. RELATOR *AD HOC*: Senador Jorge Viana. PARECER: Pela aprovação. RESULTADO: Aprovado o projeto.

PDS Nº 189, de 2015, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à TIBRAS COMUNICAÇÃO LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Formosa, Estado de Goiás”. RELATOR *AD HOC*: Senador Flexa Ribeiro. PARECER: Pela aprovação. RESULTADO: Aprovado o projeto.

PDS Nº 236, de 2015, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO IMPRENSA FM DE VARGEM GRANDE DO SUL LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Sagres, Estado de São Paulo”. RELATOR *AD HOC*: Senador Walter Pinheiro. PARECER: Pela aprovação. RESULTADO: Aprovado o projeto.

PDS Nº 263, de 2015, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA

E CULTURAL DA CIDADE DE BURITIRAMA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Buritirama, Estado da Bahia”. RELATOR: Senador Walter Pinheiro. PARECER: Pela aprovação. RESULTADO: Aprovado o projeto.

PDS Nº 271, de 2015, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO DOS AMIGOS DO KM-20 para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Francisco Beltrão, Estado do Paraná”. RELATOR: Senador José Medeiros. PARECER: Pela aprovação. RESULTADO: Aprovado o projeto.

PDS Nº 272, de 2015, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO VERA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Nossa Senhora do Livramento, Estado de Mato Grosso”. RELATOR: Senador José Medeiros. PARECER: Pela aprovação. RESULTADO: Aprovado o projeto.

PDS Nº 297, de 2015, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE MÃE DO RIO – ASDECOMAR, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mãe do Rio, Estado do Pará”. RELATOR: Senador Flexa Ribeiro. PARECER: Pela aprovação. RESULTADO: Aprovado o projeto.

PDS Nº 305, de 2015, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga concessão à OCAN COMUNICAÇÃO DIGITAL SE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Santa Quitéria, Estado do Maranhão”. RELATOR *AD HOC*: Senador Flexa Ribeiro. PARECER: Pela aprovação. RESULTADO: Aprovado o projeto.

PDS Nº 322, de 2015, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE DIVINO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Divino, Estado de Minas Gerais”. RELATOR *AD HOC*: Senador Flexa Ribeiro. PARECER: Pela aprovação. RESULTADO: Aprovado o projeto.

PDS Nº 342, de 2015, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO ALTO VALE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Lontras, Estado de Santa Catarina”. RELATOR: Senador José Medeiros. PARECER: Pela aprovação. RESULTADO: Aprovado o projeto.

DIA 01/12/15 – 50ª REUNIÃO

PDS Nº 119, de 2015, terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO MÃOS UNIDAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Auriflora, Estado de São Paulo”. RELATOR: Senador Aloysio Nunes Ferreira. PARECER: Pelo sobrestamento do projeto e pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações. RESULTADO: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CCT, pelo sobrestamento do projeto nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações.

5.5 REQUERIMENTOS – RCT

DIA 10/03/2015 – 2ª REUNIÃO

RCT Nº 1, de 2015 – CCT, não terminativo, que requer, “...com amparo nos artigos 90, inciso II, e 93, inciso I, a realização de Audiência Pública, conjunta entre as Comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização Controle – CMA, e se possível, das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, de Assuntos Econômicos – CAE, caso tenham sido essas instaladas em tempo hábil, estando a matéria em regime de urgência constitucional, para a instrução do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2015, que “Regulamenta o inciso II do § 1º e o § 4º do art. 225 da Constituição Federal, o artigo 1, a alínea *j* do artigo 8, a alínea *c* do artigo 10, o artigo 15 e os §§ 3º e 4º do artigo 16 da Convenção sobre Diversidade Biológica, promulgada pelo Decreto nº 2.519, de 16 de março de 1998; dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade; revoga a Medida Provisória no 2.186-16, de 23 de agosto de 2001; e dá outras providências”, e tramita em regime em regime de urgência constitucional com suporte no artigo 64, § 1º da Constituição Federal, combinado com o artigo 375 do Regimento Interno do Senado Federal, em data oportuna a ser agendada em acordo com as demais Comissões Permanentes, e observada a relação de expositores adiante exposta, sem prejuízo da inclusão de outros convidados que porventura venham a ser aprovados posteriormente. IZABELLA TEIXEIRA – Ministra de Estado do Meio Ambiente (MMA); KÁTIA ABREU – Ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; ROBSON BRAGA DE ANDRADE – Presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI); JOÃO MARTINS – Presidente da Confederação Nacional da Agricultura (CNA); HELENA NADER – Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC); e SÔNIA GUAJAJARA – Representante da Entidade Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB)”. AUTORIA: Senadores Luiz Henrique e Telmário Mota. RESULTADO: Aprovado.

RCT Nº 2, de 2015 – CCT, não terminativo, que requer “...nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, com convite ao Excelentíssimo Senhor Aldo Rebêlo, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação, para a realização de debates em torno do tema: “AGENDA E PRIORIDADES DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO PARA O BIÊNIO 2015-2016”, em data oportuna a ser posteriormente agendada”. AUTORIA: Senador Cristovam Buarque. RESULTADO: Aprovado.

RCT Nº 3, de 2015 – CCT, não terminativo, que requer “...nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, com convite ao Excelentíssimo Senhor Ricardo Berzoini, Ministro de Estado das Comunicações, para a realização de debates em torno do tema: “AGENDA E PRIORIDADES DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES PARA O BIÊNIO 2015-2016”, em data oportuna a ser posteriormente agendada”. AUTORIA: Senador Senador Cristovam Buarque. RESULTADO: Aprovado.

RCT Nº 4, de 2015 – CCT, não terminativo, que requer “...nos termos do artigo 96-B, do Regimento Interno do Senado Federal, que estabelece o procedimento de avaliação de políticas públicas no âmbito do Senado Federal, que a política pública a ser avaliada por esta Comissão de Ciência, Tecnologia,

Inovação, Comunicação e Informática (CCT), no exercício de 2015, seja a de “Formação de Recursos Humanos para Ciência, Tecnologia e Inovação, com especial enfoque para o Programa Ciência Sem Fronteiras”. AUTORIA: Senador Cristovam Buarque. RESULTADO: Aprovado.

RCT Nº 5, de 2015 – CCT, não terminativo, que “Nos termos do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 93, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a Vossa Excelência que, ouvido o Plenário desta Comissão, seja realizada Audiência Pública para discutir as inovações trazidas e os aprimoramentos necessários ao Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2015, que regulamenta o inciso II do § 1º e o § 4º do art. 225 da Constituição Federal, o artigo 1, a alínea *j* do artigo 8, a alínea *c* do Artigo 10, o artigo 15 e os §§ 3º e 4º do artigo 16 da Convenção sobre Diversidade Biológica, promulgada pelo Decreto nº 2.519, de 16 de março de 1998; dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade; revoga a Medida Provisória nº 2.186-16, de 23 de agosto de 2001, e dá outras providências, com a presença dos seguintes convidados: Sr. Marciano Toledo – Via/Campesina/MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores; Sr. Joaquim Belo – Conselho Nacional de Extrativistas – CNS; Sra. Claudia Pinho – Comissão Nacional de Povos e comunidades tradicionais – CNPCT; Sr. André d’Allagnol- Articulação Nacional de Agroecologia – ANA; Sra. Carolina Rizzi Starr – Ministério de Desenvolvimento Agrário-MDA; Sr. Diego Donizete Golçalves Machado – Secretaria-Geral da Presidência da República; Sra. Maria Emilia Pacheco – Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA; Sr. Flavio Azevedo Fundação Nacional do Índio-FUNAI; Sr. Mauricio Guetta Instituto Socioambiental – ISA 10; Sra. Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira – Ministério Público Federal – MPF; Nilson Gabas Jr. – Diretor do Museu Paraense Emilio Goeldi”. AUTORIA: Senador Randolfe Rodrigues. RESULTADO: Aprovado.

RCT Nº 6, de 2015 – CCT, não terminativo, que “Com fundamento no inciso II do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a Vossa Excelência a realização de audiência pública para debater a situação da Biotecnologia do Brasil, em especial do Centro de Biotecnologia da Amazônia, com a participação dos Ministérios da Ciência e Tecnologia e do Meio Ambiente”. AUTORIA: Senadores Valdir Raupp e Telmário Mota. RESULTADO: Aprovado.

RCT Nº 7, de 2015 – CCT, não terminativo, que requer “...nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, aprovação de Voto de Repúdio ao ato de invasão e destruição ocorrido no último dia 5 de março do corrente – por membros do Movimento Via Campesina – que destruíram instalações da empresa Futuro Gene na cidade de Itapetininga (SP) e registros de pesquisas relacionadas à pesquisa de eucalipto transgênico”. AUTORIA: Senador Cristovam Buarque. RESULTADO: Aprovado.

DIA 24/03/2015 – 5ª REUNIÃO

RCT Nº 9, de 2015 – CCT, não terminativo, que “Nos termos do art. 93, Inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, para tratar de assunto de interesse público relevante, concernente ao FIES – Fundo de Financiamento Estudantil. Para tanto, solicito que sejam convidadas as seguintes personalidades: Ministro de Estado da Educação; Presidente da ANUP – Associação Nacional das Universidades Particulares; Presidente do Movimento em Defesa do FIES; um representante do Ministério Público Federal; e um representante da Caixa Econômica Federal”. AUTORIA: Senador Marcelo Crivella. RESULTADO: Aprovado.

RCT Nº 10, de 2015 – CCT, não terminativo, que requer “...nos termos do inciso III, § 2º, art. 58, da Constituição Federal, c/c o inciso III, art. 90, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convocado o Sr. THOMAS TIMOTHY TRAUMANN, Ministro da Secretaria de Comunicação Social, para prestar esclarecimentos, perante os membros desta Comissão, sobre reportagem do Estado de S. Paulo, acerca de documento da Secretaria de Comunicação Social – Secom, da Presidência da República, que trata do uso da máquina pública voltada a estratégias e planos de ação de comunicação social e propaganda pública visando restabelecer e fortalecer o governo federal e resgatar a popularidade da presidente da República”. AUTORIA: Senador Aloysio Nunes Ferreira. RESULTADO: Aprovado na forma de convite.

RCT Nº 11, de 2015 – CCT, não terminativo, que requer “...nos termos do disposto no art. 40, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para proferir palestra no evento GSMA Mobile 360 América Latina, que será realizada no dia 13 de maio de 2015, no hotel Sheraton Rio, na cidade do Rio de Janeiro – RJ. Por oportuno, informo, nos termos do disposto no art. 13, do Regimento Interno do Senado Federal, que as despesas referentes ao citado no parágrafo anterior ocorrerão com ônus para esta Casa Legislativa”. AUTORIA: Senador Walter Pimheiro. RESULTADO: Aprovado.

DIA 14/04/2015 – 9ª REUNIÃO

RCT Nº 13, de 2015 – CCT, não terminativo, que requer “...nos termos do disposto no art. 40, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para participar no dia 19 de maio de 2015 do evento Smart City Business America Congress & Expo, que será realizado na Cidade de Curitiba – PR, conforme convite anexo. Por oportuno, informo, nos termos do disposto no art. 13, do Regimento Interno do Senado Federal, que meu deslocamento será no dia 18 de maio, segunda-feira, de Salvador-BA a Curitiba-PR, e no dia 19 de maio do corrente ano, terça-feira, de Curitiba-PR para Brasília-DF”. AUTORIA: Senador Walter Pinheiro. RESULTADO: Aprovado.

RCT Nº 14, de 2015 – CCT, não terminativo, que requer “...nos termos regimentais, a extinção da Subcomissão Permanente de Serviços de Informática – CCTSINF, criada através do RCT nº 4, de 2007, aprovado em 04 de abril daquele ano, no âmbito da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com o objetivo de discutir os serviços prestados ao cidadão e à sociedade mediante o uso de informática”. AUTORIA: Senador Cristovam Buarque. RESULTADO: Aprovado.

RCT Nº 15, de 2015 – CCT, não terminativo, que requer “...nos termos do art. 93, do Regimento interno do Senado Federal, a realização de audiência pública conforme requerimento aprovado nesta Comissão (Nº 4, de 2015) e que estabelece o procedimento de avaliação de políticas públicas no âmbito do Senado Federal, que a política pública a ser avaliada por esta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), no exercício de 2015, seja a de ‘Formação de Recursos Humanos para Ciência, Tecnologia e Inovação, com especial enfoque para o Programa Ciência Sem Fronteiras’. A audiência pública contará com os seguintes participantes: Presidente (ou representante) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes/MEC); Presidente (ou representante) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq/MCTI); Presidente (ou representante) da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC); Isaac Roitman – professor emérito da UnB e membro da Academia Brasileira de Ciências (ABC). Outros convidados julgados pertinentes pelos senadores membros desta Comissão”. AUTORIA: Senador Cristovam Buarque. RESULTADO: Aprovado.

RCT Nº 16, de 2015 – CCT, não terminativo, que requer “...nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, com convite ao Excelentíssimo Senhor Armando Monteiro Neto, Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), para a realização de debates em torno do tema: ‘AGENDA E PRIORIDADES DO MDIC ASSOCIADAS ÀS POLÍTICAS DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E COMPETITIVIDADE, NO BRASIL, PARA O BIÊNIO 2015-2016’, em data oportuna a ser posteriormente agendada”. AUTORIA: Senador Senador Cristovam Buarque. RESULTADO: Aprovado.

RCT Nº 17, de 2015 – CCT, não terminativo, que requer “...nos termos do art. 93, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para tratar do tema “Marco Legal para o Desenvolvimento de um Sistema Nacional de Conhecimento e Inovação (SNCI) no Brasil: Projetos em Andamentos e Lacunas a Preencher”. O evento contará com os seguintes participantes: Ministro (ou representante) do Ministério da Ciência, Tecnologia ou Inovação (MCTI); Jorge Gerdau Johannpeter, presidente do conselho de administração do Grupo Gerdau; Sílvio Meira – C.E.S.A.R.; Marco Antonio Zago – Reitor da Universidade de São Paulo (USP). Outros convidados julgados pertinentes pelos senadores membros desta Comissão”. AUTORIA: Senador Cristovam Buarque. RESULTADO: Aprovado.

RCT Nº 18, de 2015 – CCT, não terminativo, que requer “...nos termos do art. 93, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para tratar do tema ‘Análise da Alocação Atual de Recursos em Ciência, Tecnologia e Inovação (CTI) no Brasil’. O evento contará com os seguintes participantes: Ministro (ou representante) do Ministério da Ciência, Tecnologia ou Inovação (MCTI); Ministro (ou representante) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG); Ministro Presidente (ou representante) do Tribunal de Contas da União (TCU); Sérgio Machado Rezende – Docente e Pesquisador da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e ex-ministro do MCTI. Outros convidados julgados pertinentes pelos senadores membros desta Comissão”. AUTORIA: Senador Cristovam Buarque. RESULTADO: Aprovado.

RCT Nº 19, de 2015 – CCT, não terminativo, que requer “...nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de debater a ciência e tecnologia no que pertine a acessibilidade das pessoas com deficiência. Os nomes dos convidados serão posteriormente apresentados a essa Comissão”. AUTORIA: Senadores Omar Aziz e Cristovam Buarque. RESULTADO: Aprovado.

DIA 28/04/2015 – 10ª REUNIÃO

RCT Nº 20, de 2015 – CCT, não terminativo, que requer “...a inclusão da FENEP – Federação Nacional das Escolas Particulares – e do Sr. Ricardo Holz, Representante da Associação Brasileira dos Estudantes de Educação à Distância, como convidados, nos termos regimentais, em aditamento ao Requerimento nº 9, de 2015-CCT, que requer, nos termos do art. 93, Inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, para tratar de assunto de interesse público relevante, concernente ao FIES – Fundo de Financiamento Estudantil”. AUTORIA: Senadores Marcelo Crivella e Omar Aziz. RESULTADO: Aprovado.

RCT Nº 21, de 2015 – CCT, não terminativo, que “Nos termos do art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal, e dos arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública conjunta com a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, Comissão de Assuntos Econômicos e a Comissão de Serviços de Infraestrutura para que seja discutida as consequências econômicas e sociais, resultantes do incêndio que atingiu a empresa Ultra Cargo, localizada no terminal portuário de Santos, Estado de São Paulo, e para que sejam apresentadas as propostas para solucionar o problema de infraestrutura do terminal portuário causado pelo acidente. Para a realização da audiência pública deverão ser convidados: Paulo Alexandre Barbosa Prefeito da cidade de Santos; Magda Chambriard – Diretora-Geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP; Reginaldo Campos Repulho – Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militares do Estado de São Paulo; Superintendente Regional da Polícia Rodoviária Federal do Estado de São Paulo; Ricardo Catran – Presidente do Grupo Ultra Cargo; Angelino Caputo e Oliveira – Presidente da Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp); Antonio Carlos Duarte Sepúlveda – Associação Brasileira de Terminais e Recintos Alfandegados – ABTRA; Claudinei Pelegrini – Associação Brasileira dos Caminhoneiros – ABCAM; Felício Paschoal da C. Aguiar – Associação Nacional dos Exportadores de Cereais”. AUTORIA: Senador José Medeiros. RESULTADO: Aprovado.

DIA 05/05/2015 – 12ª REUNIÃO

RCT Nº 22, de 2015 – CCT, não terminativo, que requer “...nos termos do art. 93, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo para tratar da transição para o sistema de TV digital terrestre, a iniciar-se no dia 3 de abril de 2016, pelo Distrito Federal, e apresentar as formas de garantia de acesso da população em geral, especialmente dos segmentos de menor renda, aos equipamentos necessários ao uso das ferramentas de interatividade e de ingresso nos sistemas de atendimento público que serão oferecidos por meio da TV Digital, com a presença do senhor Ricardo Berzoini, Ministro de Estado das Comunicações; da Deputada Luiza Erundina, Presidente da Frente Parlamentar pelo Direito a Comunicação – FRENTECOM; do senhor Nelson Breve, Diretor Presidente da Empresa Brasil de Comunicação – EBC; do senhor Mario Girassole, Presidente da Tim; e do senhor Rodrigo Zerboni, Presidente do Grupo de Implantação do Processo de Redistribuição e Digitalização de Canais de TV e RTV – GIRED”. AUTORIA: Senador Hélio José. RESULTADO: Aprovado.

RCT Nº 23, de 2015 – CCT, não terminativo, que requer “...nos termos do art. 335, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja sobrestado o exame do Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº. 157, de 2013, que trata de outorga permissão à EMPRESA DE RADIODIFUSÃO ESTRELA DALVA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Iguapé, Estado de São Paulo”. AUTORIA: Senadores Walter Pinheiro e Omar Aziz. RESULTADO: Aprovado.

DIA 12/05/2015 – 13ª REUNIÃO

RCT Nº 26, de 2015 – CCT, não terminativo, que requer “...nos termos do disposto no art. 255, II, “c”, 12, do Regimento Interno do Senado Federal, que o Projeto de Lei Da Câmara nº 30, de 2015 – ‘Dispõe sobre os contratos de terceirização e as relações de trabalho deles decorrentes’ – além das comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, esta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT”. AUTORIA: Senadores Cristovam Buarque e Hélio José. RESULTADO: Aprovado.

RCT Nº 27, de 2015 – CCT, não terminativo, que requer “...nos termos do disposto no art. 255, II, “c”, 12, do Regimento Interno do Senado Federal, que o Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 2015 – “Altera a Lei nº 11.105, de 24 de março de 2005”, além das comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, esta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT”. AUTORIA: Senadores Cristovam Buarque e Hélio José. RESULTADO: Aprovado.

DIA 19/05/2015 – 14ª REUNIÃO

RCT Nº 24, de 2015 – CCT, não terminativo, que requer “...ao Plenário da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), nos termos do artigo 93 do Regimento Interno do Senado, a realização de Audiência Pública para debater a política de Universalização da Banda Larga no País, com os seguintes convidados: – Excelentíssimo Senhor Ricardo Berzoini, Ministro do Ministério das Comunicações; e Senhor Jorge Bittar, Presidente e Diretor de Relações com Investidores da Telecomunicações Brasileiras S.A. – TELEBRAS”. AUTORIA: Senador Walter Pinheiro. RESULTADO: Aprovado.

RCT Nº 25, de 2015 – CCT, não terminativo, que requer “...ao Plenário da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), nos termos do artigo 93 do Regimento Interno do Senado, a realização de Audiência Pública para debater a situação da segurança das redes telemáticas, a Defesa Cibernética, e a P&D de soluções brasileiras (Antivírus), com a presença dos seguintes convidados: Representante do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI; Representante do Ministério da Defesa – MD; e Representante do Gabinete de Segurança Institucional – GSI”. AUTORIA: Senador Walter Pinheiro. RESULTADO: Aprovado.

RCT Nº 28, de 2015 – CCT, não terminativo, que requer “...nos termos do art. 93, do Regimento Interno do Senado Federal, a inclusão do nome abaixo relacionado entre os convidados para participar da audiência pública sobre a qual trata o Requerimento nº 22, de 2015 – CCT: Luiz Cláudio Costa, Presidente da Associação Brasileira de Rádio e Televisão – Abratel”. AUTORIA: Senador Valdir Raupp. RESULTADO: Aprovado.

RCT Nº 29, de 2015 – CCT, não terminativo, que requer “...nos termos regimentais , a realização de Audiência Pública pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, para instruir o PLC 70, de 2014, que ‘Altera dispositivos dos arts. 14, 17 e 18, da Lei nº 11.794, de 8 de outubro de 2008, para dispor sobre a vedação da utilização de animais em atividades de ensino, pesquisas e testes laboratoriais com substâncias para o desenvolvimento de produtos de uso cosmético em humanos e aumentar os valores de multa nos casos de violação de seus dispositivos’, em data oportuna”.

tuna a ser posteriormente agendada. Os nomes dos convidados serão posteriormente apresentados a esta Comissão”. AUTORIA: Senador Cristovam Buarque. RESULTADO: Aprovado.

RCT Nº 31, de 2015 – CCT, não terminativo, que requer “...nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, com a finalidade de debater a integração das universidades com o setor empresarial na promoção do avanço técnico-científico para a inovação, em data oportuna a ser posteriormente agendada. Os nomes dos convidados serão posteriormente apresentados a essa Comissão”. AUTORIA: Senador Cristovam Buarque. RESULTADO: Aprovado.

RCT Nº 32, de 2015 – CCT, não terminativo, que requer “...nos termos regimentais, o aditamento do Requerimento nº 22, de 2015, aprovado na 12ª Reunião, Extraordinária, em 05 de maio de 2015, nesta Comissão, para promover a retirada do nome do convidado o senhor Mario Girassole, Presidente da Tim, bem como a inclusão dos nomes abaixo relacionados: Presidente da Entidade Administradora do Processo de redistribuição e Digitalização dos Canais de TV e RTV – EAD (conforme edital nº22 No 2/2014-SOR/SPR/CD-ANATEL); e Presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e TV – ABERT, o senhor Daniel Pimentel Slaviero”. AUTORIA: Senador Hélio José. RESULTADO: Aprovado.

DIA 02/06/2015 – 17ª REUNIÃO

RCT Nº 33, de 2015 – CCT, não terminativo, que requer “...nos termos regimentais, o aditamento do Requerimento nº 22, de 2015, aprovado na 12ª Reunião, Extraordinária, em 05 de maio de 2015, nesta Comissão, para promover a inclusão do nome do Presidente da Associação Brasileira de Radiodifusores – ABRA, Senhor João Carlos Saad”. AUTORIA: Senador Hélio José. RESULTADO: Aprovado.

RCT Nº 34, de 2015 – CCT, não terminativo, que requer “...nos termos regimentais que a Audiência Pública aprovada na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, por meio do Requerimento nº 16/2015, que convida o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), Armando Monteiro Neto, para a realização de debates em torno do tema: ‘AGENDA E PRIORIDADES DO MDIC ASSOCIADAS ÀS POLÍTICAS DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E COMPETITIVIDADE, NO BRASIL, PARA O BIÊNIO 2015-2016’, seja realizada em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos – CAE, no próximo dia 9 de junho, terça-feira, às 10 horas’. AUTORIA: Senadores Cristovam Buarque e Hélio José. RESULTADO: Aprovado.

RCT Nº 35, de 2015 – CCT, não terminativo, que requer “...nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, ouvido o Plenário desta respeitável Comissão, para debater a má qualidade dos serviços de telefonia móvel no Brasil e discutir as providências que devem ser tomadas para sanar os problemas reclamados pela população. Para tanto, requeiro que sejam convidados: Sr. João Batista de Rezende, Presidente do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL); Sr. Maximiliano Martinhão, Secretário de Telecomunicações do Ministério das Comunicações; Sr. Paulo Marcio Sampaio, Diretor-Geral do Instituto de Defesa do Consumidor – Procon-DF; Sra. Maria Inês Dolci, Coordenadora do Departamento de Relações Institucionais da Associação Brasileira de Defesa do Consumidor – PROTESTE; Sr. Eduardo Levy Cardoso Moreira, Presidente-Executivo do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviços Móvel Celular e Pessoal – SINDITELEBRASIL; e”. AUTORIA: Senador Hélio José. RESULTADO: Aprovado.

RCT Nº 36, de 2015 – CCT, não terminativo, que requer “...ao Plenário da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), nos termos do Regimento Interno do Senado e em aditamento ao Requerimento nº 24, de 2015 – CCT, que versa sobre a realização de Audiência Pública para debater a política de Universalização da Banda Larga no País, a inclusão do seguinte convidado: Senhor Carlos José de Almeida, Ilustríssimo Prefeito do Município de São José dos Campos, Estado de São Paulo”. AUTORIA: Senador Walter Pinheiro. RESULTADO: Aprovado.

DIA 23/06/2015 – 21ª REUNIÃO

RCT Nº 37, de 2015 – CCT, não terminativo, que “Nos termos do inciso II, do § 2º, do art. 58 da Constituição da República, e dos arts, 93 e 113, do Regimento Interno do Senado Federal, requiro a realização, por esta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, em conjunto com a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA, de audiência pública para discutir Programa de Produção de Etanol Social da Amazônia. Para tanto, peço o convite do Dr. Márcio Silveira, reitor da Universidade Federal do Tocantins; e Djalma Bezerra Mello, titular da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam)”. AUTORIA: Senadores Ângela Portela, Lasier Martins e Telmário Mota. RESULTADO: Aprovado.

RCT Nº 38, de 2015 – CCT, não terminativo, que requer “...nos termos do art. 93, do Regimento Interno do Senado Federal, a inclusão dos nomes abaixo relacionados entre os convidados para participar da audiência pública sobre a qual trata o Requerimento nº 6, de 2015 – CCT: Representante do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC; Representante da Casa Civil; e Representante do Centro de Biotecnologia da Amazônia – CBA”. AUTORIA: Senadores Valdir Raupp e Marcelo Crivella. RESULTADO: Aprovado.

RCT Nº 40, de 2015 – CCT, não terminativo, que requer “...nos termos regimentais, e em aditamento ao Requerimento nº 6, de 2015 – CCT, a inclusão dos representantes abaixo relacionados, para participarem, como convidados, da audiência pública que irá debater a situação da Biotecnologia do Brasil, em especial do Centro de Biotecnologia da Amazônia: Representante da Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA; e Representante do movimento pró-CBA”. AUTORIA: Senadores Omar Aziz e Marcelo Crivella. RESULTADO: Aprovado.

RCT Nº 41, de 2015 – CCT, não terminativo, que requer “...nos termos do art. 93 do RISF, a inclusão do nome do Professor da Universidade Federal do Amazonas, Dr. SPARTACO ASTOLFI FILHO, entre os convidados para participar da audiência pública sobre a que trata o Requerimento nº 6, de 2015 – CCT”. AUTORIA: Senadores Sandra Braga e Marcelo Crivella. RESULTADO: Aprovado.

RCT Nº 42, de 2015 – CCT, não terminativo, que requer “...de acordo com o disposto no art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, e nos arts. 90, inciso II, e 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública a ser realizada nesta Comissão de Ciência e Tecnologia, para instruir a matéria do PLC nº 34, de 2015, que propõe a extinção da obrigatoriedade da aposição do selo identificador da origem transgênica de bens de consumo em seus rótulos frontais, de modo destacado. Para a referida audiência pública, sugiro a participação dos seguintes convidados: Vidal Serrano Nunes Jr., Presidente do Instituto de Defesa do Consumidor – Idec; José Elaeres Marques Teixeira, Subprocurador-geral da República e Coordenador da 3ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal; Sr. Patrus Ananias, Ministro do Desenvolvimento Agrário; Dra. Ana Cláudia Farranha, Professora da Universidade de Brasília; e André Dallagnol, membro

da organização Terra de Direitos”. AUTORIA: Senadores Randolfe Rodrigues, Cristovam Buarque e Aloysio Nunes Ferreira. RESULTADO: Aprovado.

RCT Nº 43, de 2015 – CCT, não terminativo, que requer “...nos termos do art. 93, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para tratar do ‘Ensino de Ciências na Educação Básica, os fundamentos, os desafios, as ações imediatas’, para tanto, devem ser convidados: Rejane Lira, Coordenadora do Projeto Ciência, Arte e Magia da Universidade Federal da Bahia (UFBA); Gisele Oliveira, Professora do Colégio Técnico da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); Moisés Nussensweig Coordenador do Projeto Aventuras na Ciência da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Dora Montenegro, Diretora dos Centros de Educação Científica em Macaíba e Natal do IINN-ELS; Isaac Roitman, Coordenador do Programa n-Futuros da Universidade de Brasília (UnB); e outros convidados julgados pertinentes pelos senadores membros desta Comissão”. AUTORIA: Senador Cristovam Buarque. RESULTADO: Aprovado.

RCT Nº 44, de 2015 – CCT, não terminativo, que requer “...nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, para identificar os principais obstáculos ao desenvolvimento de tecnologias de informação no Brasil, com a presença dos seguintes convidados: Virgílio Almeida, secretário de Política de Informática do MCTI; Sergio Paulo Gallindo, Presidente Executivo da Associação Brasileira das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação (Brasscom); Sergio Cavalcanti, Diretor Geral do Centro de Estudos Avançado do Recife (CESAR); Lucas Veiga, Assessor de Relações Governamentais da P&D BRASIL; Fabio Gandur, Pesquisador Chefe da IBM no Brasil; Sergio Serio Filho, Diretor de Relações Institucionais da Totvs; outros convidados julgados pertinentes pelos senadores membros desta Comissão”. AUTORIA: Senador Cristovam Buarque. RESULTADO: Aprovado.

DIA 30/06/2015 – 23ª REUNIÃO

RCT Nº 46, de 2015 – CCT, não terminativo, que “Nos termos regimentais, requeiro a realização de Audiência Pública desta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, conjunta com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, a ser realizada em Manaus-AM, para debater sobre o Centro de Biotecnologia da Amazônia – CBA, sua reestruturação, planejamento e relação com o Polo Industrial de Manaus. Para debater o tema sugerimos os seguintes convidados: Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Senhor Armando Monteiro Neto; Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, Senhor Aldo Rebelo; Secretários de Ciência e Tecnologia dos Estados da Região Amazônica; Diretor Presidente do Instituto de Amparo à Ciência, Tecnologia e Inovação do Roraima – IACTRR, Senhor Marcelo de Magalhães Nunes; Representante da Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA; Representante do Movimento Pró-Centro de Biotecnologia da Amazônia – Pró-CBA; e Representante do Sindicato dos Funcionários da Suframa”. AUTORIA: Senadores Sandra Braga, Omar Aziz, Telmário Mota, Valdir Raup, Hélio José, Ângela Portela e Vanessa Grazziotin. RESULTADO: Aprovado.

DIA 07/07/2015 – 24ª REUNIÃO

RCT Nº 48, de 2015 – CCT, não terminativo, que requer “...ao Plenário da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), nos termos do Regimento Interno do Senado

e em aditamento ao Requerimento nº 24, de 2015 – CCT, que versa sobre a realização de Audiência Pública para debater a política de Universalização da Banda Larga no País, a inclusão do seguinte convidado: Senhor Erich Matos Rodrigues, Presidente-Executivo da ABRINT”. AUTORIA: Senadores Walter Pinheiro e Ângela Portela. RESULTADO: Aprovado.

DIA 14/07/2015 – 26ª REUNIÃO

RCT Nº 45, de 2015 – CCT, não terminativo, que requer “...nos termos do art. 93, do Regimento Interno do Senado Federal, a inclusão dos representantes abaixo para participarem, como convidados, da audiência pública que instruirá a matéria tratada no PLC nº 34, de 2015, conforme Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação nº 42/2015, aprovado na reunião realizada em 23 de junho de 2015. Representante da ABIA – Associação Brasileira das Indústrias de Alimentação; e Representante do CIB – Conselho de Informações sobre Biotecnologia”. AUTORIA: Senadores Lasier Martins, Cristovam Buarque e Hélio José. RESULTADO: Aprovado.

RCT Nº 47, de 2015 – CCT, não terminativo, que requer “...o aditamento, de acordo com o disposto no art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, do Requerimento nº 42, de 2015-CCT, que trata de audiência pública destinada a debater o tema ‘extinção da obrigatoriedade da aposição do selo identificador da origem transgênica de bens de consumo em seus rótulos frontais, de modo destacado’, para que sejam feitas as seguintes substituições ou acrescidos os seguintes nomes aos convidados: Professor Dr. Paulo Kageyama – Professor da Universidade de São Paulo, em substituição à prof^a. Dra. Ana Cláudia Farranha, da Universidade de Brasília; Professora. Dra. Marijane Lisboa – Professora da PUC-SP; Sra. Elci Maria Checchin Bueno, Presidenta em exercício do Idec, em substituição ao Sr. Vidal Serrano”. AUTORIA: Senadores Randolfé Rodrigues e Cristovam Buarque. RESULTADO: Aprovado.

RCT Nº 49, de 2015 – CCT, não terminativo, que requer “...o aditamento, de acordo com o disposto no art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, ao Requerimento nº 42, de 2015-CCT, que trata de audiência pública destinada a debater o tema “extinção da obrigatoriedade da aposição do selo identificador da origem transgênica de bens de consumo em seus rótulos frontais, de modo destacado”, para que seja estendido o convite de participação ao seguinte convidado: Maurício Guetta, Advogado do Instituto Socioambiental – ISA”. AUTORIA: Senadores Randolfé Rodrigues e Cristovam Buarque. RESULTADO: Aprovado.

RCT Nº 50, de 2015 – CCT, não terminativo, que “Com fundamento no disposto no Art. 93 inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública nesta Comissão Permanente de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) do Senado Federal, para discutir a normatização das redes sociais, sob o ponto de vista do anonimato, intimidade, invasão de privacidade, direito à liberdade de expressão, prática de crimes e identificação dos criminosos, desburocratização do processo judicial em casos de conteúdo envolvendo crianças em situação de violência sexual (pedofilia), dentre outros assuntos correlatos. Para tanto, sugerimos sejam convidadas as seguintes autoridades: Representante do Ministério Público da União; Dr. Leandro Daiello Coimbra – Diretor-Geral da Polícia Federal; Dr. Marcus Vinicius Furtado Coêlho – Presidente Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB; Deputado Alessandro Molon – PT/RJ – Relator do Marco Civil da Internet; Sr. Alexandre Hohagen – Vice-Presidente do Facebook na América; Representante do Twitter; Sr. Fábio Coelho – Presidente do Google; e a atriz Carolina Dieckmann”. AUTORIA: Senadores Telmário Mota, Cristovam Buarque e Hélio José. RESULTADO: Aprovado.

RCT Nº 51, de 2015 – CCT, não terminativo, que requer “...nos termos regimentais, o aditamento do Requerimento nº 35, de 2015, aprovado na 17ª Reunião, Extraordinária, em 02 de junho de 2015, nesta Comissão, para promover a inclusão do nome abaixo relacionado: Presidente do Sindicato Nacional das Empresas Prestadoras de Serviços e Instaladoras de Sistemas e Redes de TV por Assinatura – Cabo – MMDS – DTH e Telecomunicações – SINSTAL, a senhora Vivien Mello Suruagy”. AUTORIA: Senador Hélio José. RESULTADO: Aprovado.

DIA 04/08/2015 – 28ª REUNIÃO

RCT Nº 52, de 2015 – CCT, não terminativo, que requer “...nos termos regimentais, a realização de audiência pública, a fim de tratar da proposição PLS 330/2013 que tramita em conjunto com o PLS 131/2014 e o PLS 181/2014, que dispõe sobre a proteção, o tratamento e uso de dados pessoais e dá outras providências. Os convidados serão oportunamente sugeridos”. AUTORIA: Senador Telmário Mota. RESULTADO: Aprovado.

RCT Nº 53, de 2015 – CCT, não terminativo, que requer “...nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, para debater as razões pelas quais o Brasil não acompanhou o acordo multilateral firmado na OMC, para eliminação de tarifas de importação de alguns produtos eletrônicos. Para tanto, requeiro que sejam convidados: Representante do Ministério da Ciência e Tecnologia; Representante do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; Representante do Ministério das Relações Exteriores; Representante do Ministério do Trabalho e Emprego; Representante da CNI; Representante da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica – ABINEE; Representante da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão”. AUTORIA: Senador Hélio José. RESULTADO: Aprovado.

RCT Nº 54, de 2015 – CCT, não terminativo, que requer “...nos termos regimentais, a inclusão dos representantes abaixo listados para participarem, como convidados, da audiência pública que instruirá a matéria tratada no PLC nº 34, de 2015, conforme Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática nº 42/2015, aprovado em reunião realizada no dia 23 de junho de 2015: Jarbas Barbosa da Silva Júnior, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa; e Juliana Pereira da Silva, Secretária Nacional do Consumidor (Senacom/MJ)”. AUTORIA: Senador Cristovam Buarque. RESULTADO: Aprovado.

DIA 18/08/2015 – 31ª REUNIÃO

RCT Nº 56, de 2015 – CCT, não terminativo, que requer “...de acordo com o disposto no art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, e nos arts. 90, inciso II, e 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública a ser realizada nesta Comissão de Ciência e Tecnologia, para analisar e debater os impactos conjunturais e estruturais dos cortes orçamentários de 2015 sobre os programas de pós-graduação. Para a referida audiência pública sugiro os seguintes convidados: Prof. Dr. Carlos Afonso Nobre, presidente da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), do Ministério da Educação (MEC); Prof. Dr. Hernan Chaimovich Guralnik, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq); Prof. Dr. Roberto Leher, reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Prof. Dr. João Carlos Salles Pires da Silva, reitor da Universidade Federal da Bahia (UFBA); e outros estudiosos indicados e

julgados pertinentes pelos senadores membros”. AUTORIA: Senadores Cristovam Buarque e Lasier Martins. RESULTADO: Aprovado.

DIA 25/08/2015 – 32ª REUNIÃO

RCT Nº 57, de 2015 – CCT, não terminativo, que “Nos termos regimentais, requeiro a realização, nos dias 27 e 28 de outubro próximo, de seminário para debater o tema usinas nucleares – Lições da experiência mundial, com especialistas internacionais e pesquisadores e gestores brasileiros, para tanto devem ser convidados: Senhor Francisco Whitaker – Membro da Comissão Brasileira Justiça e Paz; Dr. Fernando Lavieri – Ministério Público Federal, Brasil; Senhor Sidney Luiz Rabello – Comissão Nacional de Energia Nuclear; Dr. Naoto Kan – Ex-Primeiro Ministro do Japão, em função à época do acidente de Fukushima; Dr^a Monique Sené – Presidente do GSIEN (Groupement des scientifiques pour l’information sur l’énergie nucléaire); Dr. Alexey Yablokov – Biólogo, Membro da Academia Russa de Ciências, autor de “Chernobyl: Consequences of the Catastrophe for People and the Environment” e “Nuclear Energy: PRO and CONTRA”; Dr. Alfredo Pena-Veja – Diretor Científico do IIRPC (Institut International de Recherche, Politique de Civilisation); Dr^a. Emico Okuno – Departamento de Física Nuclear da Universidade de São Paulo; Dr. Luiz Pinguelli Rosa – professor titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro e ex-presidente da Eletrobras; Dr. Bernard Laponche – membro do GSIEN (Groupement des scientifiques pour l’information sur l’énergie nucléaire), engenheiro (aposentado) do Commissariat à l’énergie atomique (CEA), co-fundador da Global Chance e membro da ATEE (Association Technique Energie Environnement); Dr. José Goldemberg – Ex-reitor da USP, Ex-Secretário de Ciência e Tecnologia, Ex-Secretário do Meio Ambiente; e outros especialistas e gestores que forem considerados necessários pelos membros desta Comissão”. AUTORIA: Senador Cristovam Buarque. RESULTADO: Aprovado.

DIA 01/09/2015 – 33ª REUNIÃO

RCT Nº 55, de 2015 – CCT, não terminativo, que “Nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e dos arts. 90, inciso II, e 93, inciso II, todos do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), para debater a municipalização da comunicação no Brasil por meio das Rádios e TVs Comunitárias, das TVs Universitárias e do Canal da Cidadania, com a participação de representantes dos órgãos e entidades relacionados a seguir: Sr. Paulo Miranda, Presidente da Associação Brasileira de Canais Comunitários (ABCCOM); Sr. José Luiz do Nascimento Sóter, Coordenador Executivo da Associação Brasileira de Rádios Comunitárias (ABRAÇO); Sr. Fernando Moreira, Presidente da Associação Brasileira de TVs Universitárias (ABTU); Sr. Octávio Penna Pierante, Assessor da Secretaria-Executiva do Ministério das Comunicações”. AUTORIA: Senador Hélio José. RESULTADO: Aprovado.

RCT Nº 58, de 2015 – CCT, não terminativo, que requer “...nos termos regimentais, e na qualidade de relator, audiência pública nesta CCT para discutir o PLS nº 200/2015, de autoria da senadora Ana Amélia, que “Dispõe sobre princípios, diretrizes e regras para a condução de pesquisas clínicas em seres humanos por instituições públicas ou privadas”. Para tanto, sugerimos sejam convidados os seguintes especialistas: Dr. Jardeson Sócrates Lima – Presidente da Aliança Pesquisa Clínica Brasi;

Dr. Florentino Cardoso – Presidente da Associação Médica; Dr. Jorge Alves de Almeida Venancio – Coordenador da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa; Dr. Rodrigo Stabeli – Vice-Presidente da Fundação Oswaldo Cruz; Prof. Dr. Fernando Medina – Chefe do Setor de Transplante Renal da Unifesp e do Hospital do Rim; Prof^a Helena Nader – Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência”. AUTORIA: Senador Aloysio Nunes Ferreira. RESULTADO: Aprovado.

RCT N° 59, de 2015 – CCT, não terminativo, que “Nos termos regimentais, requero a realização, no dia 22 de outubro próximo, de Audiência Pública para debater o tema ‘Desenvolvimento de tecnologia na área de saúde’, devendo-se convidar o Professor Doutor Alysson Moutri, pesquisador do Instituto Salk para Estudos Biológicos, de San Diego, Califórnia, nos Estados Unidos da América, e outros que os senhores senadores indiquem”. AUTORIA: Senador Hélio José. RESULTADO: Aprovado.

DIA 10/09/2015 – 34ª REUNIÃO

RCT N° 60, de 2015 – CCT, não terminativo, que “Nos termos do art. 113, do Regimento Interno do Senado Federal, requero que a análise do Projeto de Lei da Câmara n° 77, de 2015, que dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação, nos termos da Emenda Constitucional n° 85, de 26 de fevereiro de 2015; e altera as Leis n°s 10.973, de 2 de dezembro de 2004, 6.815, de 19 de agosto de 1980, 8.666, de 21 de junho de 1993, 12.462, de 4 de agosto de 2011, 8.745, de 9 de dezembro de 1993, 8.958, de 20 de dezembro de 1994, 8.010, de 29 de março de 1990, 8.032, de 12 de abril de 1990, e 12.772, de 28 de dezembro de 2012, seja feita em reunião conjunta das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), de Assuntos Econômicos (CAE) e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT)”. AUTORIA: Senadores Lasier Martins e Hélio José. RESULTADO: Aprovado.

DIA 29/09/2015 – 37ª REUNIÃO

RCT N° 61, de 2015 – CCT, não terminativo, que “Com amparo no art. 58, § 2º, incisos II e V, da Constituição Federal, combinado com os arts. 90, incisos II e V; 93, inciso II; e 104-C, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, requero a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), para tratar do uso de biocombustível na aviação com a presença dos seguintes convidados: Dr. Cid Jorge Caldas – Coordenador-Geral de Cana-de-açúcar e Agroenergia – CGCAA da Secretaria de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Mapa; Dr. Manoel Teixeira Souza Júnior – Chefe-Geral da Embrapa Agroenergia; Dr. Adriano Santhiago de Oliveira – Diretor do Departamento de Mudanças Climáticas – DEMC da Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental do Ministério de Meio Ambiente – MMA; Dr. Marco Antônio Martins Almeida – Secretário de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis do Ministério de Minas e Energia – MME; Dr. Pedro Scorza – Diretor de Biocombustíveis de Aviação da União Brasileira do Biodiesel e Bioquerosene – Ubrabio”. AUTORIA: Senadores Telmário Mota e Cristovam Buarque. RESULTADO: Aprovado.

RCT N° 62, de 2015 – CCT, não terminativo, que “Nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e dos arts. 90, inciso II, e 93, inciso II, todos do Regimento Interno do Senado Federal, requero que se acrescente à lista de convidados elencados no RCT n° 55/2015, aprovado por esta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) em 1º de setembro de 2015, o Sr.

Américo Martins, Diretor-presidente da Empresa Brasil de Comunicação – EBC”. AUTORIA: Senadores Hélio José e Cristovam Buarque. RESULTADO: Aprovado.

RCT Nº 63, de 2015 – CCT, não terminativo, que “Nos termos regimentais, requero adicionar na Audiência Pública convocada pelo Requerimento nº 59/2015 – CCT, a realizar-se no próximo dia 22 de outubro, o senhor Helder Constantino, da Humane Society International, e o Dr. Marcelos Morales, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq”. AUTORIA: Senadores Hélio José e Cristovam Buarque. RESULTADO: Aprovado.

RCT Nº 64, de 2015 – CCT, não terminativo, que requer “... nos termos regimentais, no âmbito da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT e Comissão de Assuntos Sociais – CAS, que sejam convidados para Audiência Pública Conjunta os Senhores Gilberto Orivaldo Chierice, Professor e pesquisador aposentado da Universidade de São Paulo – USP, Campus da Cidade de São Carlos/SP; Salvador Claro Neto, Professor e pesquisador da Universidade de São Paulo – USP, Campus da Cidade de São Carlos/SP; Durvanei Augusto Maria, Biomédico do Instituto Butantã na cidade de São Paulo/SP; Renato Meneguelo, Mestre de Bioengenharia pela Universidade de São Paulo – USP; além da Senhora Alexandra Carmelino Zatorre, advogada e representante legal de grupos de pessoas portadoras de câncer na cidade de São Carlos, para prestarem esclarecimentos acerca de matéria veiculada no *portal G1*, em 24/08/2015, inclusive em rede nacional de TV, sobre a descoberta e o desenvolvimento das pesquisas médico-farmacológica-clínicas com a droga fosfoetanolamina sintética, na Universidade de São Carlos, no decorrer de 20 anos de trabalho, bem como os seus resultados clínicos e os entraves burocráticos que a equipe se defronta para o registro de patente e produção no País deste importante medicamento”. AUTORIA: Senador Ivo Cassol. RESULTADO: Aprovado.

DIA 06/10/2015 – 38ª REUNIÃO

RCT Nº 65, de 2015 – CCT, não terminativo, que requer “...nos termos regimentais, no âmbito da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT e Comissão de Assuntos Sociais – CAS, que sejam convidados para Audiência Pública Conjunta os Senhores Marcos Vinicius de Almeida, Biólogo e Doutor em Biotecnologia, professor da UNIESP – Bauru/São Paulo, em substituição à Senhora Alexandra Carmelino Zatorre, advogada e representante legal de grupos de pessoas portadoras de câncer na cidade de São Carlos, além do Senhor Jarbas Barbosa da Silva Júnior, Diretor Presidente da Anvisa, bem como a Senhora Superintendente de Medicamentos e Produtos Biológicos daquela Instituição, Dra. Meiruse Sousa Freitas para prestarem esclarecimentos acerca de matéria veiculada no Portal G1, em 24/08/2015, inclusive em rede nacional de TV, sobre a descoberta e o desenvolvimento das pesquisas médico-farmacológica-clínicas com a droga fosfoetanolamina sintética, na Universidade de São Carlos, no decorrer de 20 anos de trabalho, bem como os seus resultados clínicos e os entraves burocráticos que a equipe se defronta para o registro de patente e produção no País deste importante medicamento”. AUTORIA: Senadores Ivo Cassol e Hélio José. RESULTADO: Aprovado.

DIA 20/10/2015 – 41ª REUNIÃO

RCT Nº 66, de 2015 – CCT, não terminativo, que requer “... nos termos regimentais, no âmbito da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT e Comissão de Assuntos Sociais – CAS, que sejam acrescidos, em aditamento ao Requerimen-

to nº 64/2015, dessa egrégia comissão, na qualidade de convidados para Audiência Pública Conjunta, os Senhores Otaviano Mendonça Ribeiro Filho, Doutor em Ciência – Área de Concentração Química Analítica pela USP/São Carlos-SP e Professor da Universidade de Uberaba – UNIUBE/MG; José Antônio Ribeiro Filho, Médico Oncologista – Especialista em Mastologia e ex-Presidente da Sociedade Brasileira de Mastologia; Wellington Rodrigues, Ativista Pró-Legalização da Fosfoetanolamina Sintética; e Carlos Kennedy Witthoeft, que após conhecer àquela substância medicamentosa e ministrá-la com sucesso em ente familiar, produziu e a distribuiu gratuitamente a centenas de pessoas portadoras de câncer na cidade de Pomerode/SC e, a seguir, em todo o território nacional”. AUTORIA: Senador Ivo Cassol. RESULTADO: Aprovado.

RCT Nº 67, de 2015 – CCT, não terminativo, que requer “...nos termos do art. 93, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para discutir o andamento do desligamento da TV analógica e sua substituição pelo sinal digital, com teste previsto para a cidade de Rio Verde-GO no dia 29 de novembro próximo, com a presença do Excelentíssimo Senhor André Peixoto Figueiredo Lima, Ministro de Estado das Comunicações, e com os senhores Rodrigo Zerbone Loureiro, Presidente do Grupo de Implantação do Processo de Redistribuição e Digitalização de Canais de TV e RTV – GIREL, Antônio Carlos Martelleto, Diretor da Entidade Administradora do Processo de Redistribuição e Digitalização dos Canais de TV e RTV – EAD, Luiz Cláudio Costa, Presidente da Associação Brasileira de Rádio e Televisão – ABRATEL, Luis Roberto Antonik, Diretor-Geral da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão – ABERT; e Paulo Miranda, Presidente da Associação Brasileira de Canais Comunitários – ABCCOM”. AUTORIA: Senadores Hélio José e Omar Aziz. RESULTADO: Aprovado.

DIA 22/10/2015 – 42ª REUNIÃO

RCT Nº 68, de 2015 – CCT, não terminativo, que requer “...nos termos regimentais, no âmbito da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT e Comissão de Assuntos Sociais – CAS, que seja acrescido, em aditamento ao Requerimento nº 64/2015, dessa egrégia comissão, na qualidade de convidado para Audiência Pública Conjunta, o Senhor Adriano Massuda, Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos, representando o Ministério da Saúde naquela Sessão, órgão responsável pela organização e elaboração de planos e políticas públicas voltados para a promoção, prevenção e assistência à saúde dos brasileiros, e o Senhor Paulo Eduardo Xavier de Mendonça, Diretor-Geral do Instituto Nacional do Câncer – INCA. Peço aos meus ilustres pares dos citados colegiados que aprovem o Requerimento supracitado, para que possamos ouvir os esclarecimentos competentes”. AUTORIA: Senador Hélio José. RESULTADO: Aprovado.

RCT Nº 69, de 2015 – CCT, não terminativo, que requer “...com amparo no art. 93, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), que seja convidado Dr. Leonam dos Santos Guimarães, membro do Grupo Permanente de Assessoria em Energia Nuclear do Diretor da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) e Vice-presidente da Sessão Latinoamericana da Sociedade Nuclear Americana, para participar da Sessão Inicial do Seminário Usinas Nucleares: lições da experiência mundial, instituído pelo RCT nº 57, de 25 de agosto de 2015”. AUTORIA: Senador Hélio José. RESULTADO: Aprovado.

DIA 29/10/2015 – 44ª REUNIÃO

RCT Nº 70, de 2015 – CCT, não terminativo, que requer “... de acordo com o disposto no art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, e nos artigos 90, inciso II, e 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Seminário desta Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática – CCT, para debater estratégias legislativas para o fomento e o desenvolvimento da Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil. O encontro, a ser realizado ainda este ano, é uma iniciativa conjunta deste colegiado e da Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara, e contará com a presença de especialistas internacionais, visando avaliar boas práticas e propostas legislativas que possam estimular os investimentos no setor. Neste sentido, solicito que seja constituído um grupo de trabalho formado por senadores e servidores desta Casa para definição da agenda e da organização do Seminário e também que sejam convidados para o Seminário os seguintes participantes, entre outros a serem definidos: o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação; o Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, e dirigentes das agências de fomento em CT&I e gestores dos fundos de investimento no setor; e representantes da academia, da indústria, de órgãos governamentais e fundações de apoio à pesquisa científica e tecnológica. Também serão convidados palestrantes de países como Estados Unidos, China, Alemanha e Israel”. AUTORIA: Senador Cristovam Buarque. RESULTADO: Aprovado.

DIA 10/11/2015 – 45ª REUNIÃO

RCT Nº 73, de 2015 – CCT, não terminativo, que requer “... ao Plenário da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), nos termos do Regimento Interno do Senado, e em aditamento ao Requerimento nº 058, de 2015 – CCT, que versa sobre a realização de Audiência Pública a fim de instruir o PLS nº 200/2015, de autoria da senadora Ana Amélia e outros, que “Dispõe sobre princípios, diretrizes e regras para a condução de pesquisas clínicas em seres humanos por instituições públicas ou privadas, com a inclusão do seguinte convidado: Senhor Cláudio Roberto Campertino de Araújo”. AUTORIA: Senadores Walter Pinheiro e Hélio José. RESULTADO: Aprovado.

DIA 17/11/2015 – 47ª REUNIÃO

RCT Nº 71, de 2015 – CCT, não terminativo, que “Nos termos do art. 93, II, requero a realização de audiência pública no âmbito desta Comissão para debater os desafios e perspectivas do setor aeroespacial brasileiro. Para tanto, sugiro que sejam convidados: Senhor José Raimundo Braga Coelho – Presidente da Agência Espacial Brasileira (AEB); Senhor Walter Bartels – Diretor Presidente da Associação das Indústrias Aeroespaciais do Brasil (AIAB); Senhor Frederico Fleury Curado – Diretor Presidente da Embraer; Senhor Fernando Toshinori Sakane – Reitor do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA); Representante do Sindicato de Metalúrgicos de São José dos Campos”. AUTORIA: Senadores Lasier Martins e Cristovam Buarque. RESULTADO: Aprovado.

RCT Nº 74, de 2015 – CCT, não terminativo, que requer “...nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT do Senado Federal, para instrução do Projeto de Lei da Câmara nº 77, de 2015, que “dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação, nos termos da Emenda Constitucional nº 85, de 26 de fevereiro de 2015”. A audiência pública será realizada em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos – CAE, e terá como convidados as autoridades abaixo listadas: Presidente ou Representante do Conselho Nacional das Fundações de Apoio às Instituições de Ensino Superior e de Pesquisa científica e Tecnológica – CONFIES: Dra. Suzana Maria Gico Lima Montenegro; Presidente ou Representante da Confederação Nacional das Indústrias – CNI: Dr. Robson Andrade; Reitor da Universidade de Brasília – UnB: Dr. Ivan Camargo; Presidente ou Representante do Fórum Nacional dos Gestores de Inovação e Transferência de Tecnologia – FORTEC: Dra. Cristina Quintella; Presidente ou Representante da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC: Dra. Helena B. Nader”. AUTORIA: Senadores Jorge Viana e Cristovam Buarque. RESULTADO: Aprovado.

MINUTA DE REQUERIMENTO CCT, não terminativo, que “Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeira sejam solicitadas ao Ministro de Estado das Comunicações as seguintes informações relativas ao processo de renovação da permissão outorgada à SOCIEDADE RÁDIO CLUBE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo: a) houve aprovação da renovação da outorga em questão relativa ao decênio 1999–2009 no âmbito do Ministério das Comunicações? Essa renovação foi submetida à apreciação do Congresso Nacional? b) sob que fundamento legal o pedido de renovação da permissão em questão relativo ao decênio 1999–2009, apresentado intempestivamente pelo interessado após o vencimento da outorga, foi admitido e processado pelo Ministério das Comunicações?”. AUTORIA: Senador Aloysio Nunes Ferreira. RESULTADO: Aprovada a apresentação para o Plenário do Senado.

DIA 24/11/2015 – 50ª REUNIÃO

RCT Nº 75, de 2015 – CCT, não terminativo, que requer “...nos termos do art. 93, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para debater a Precarização das Universidades Federais Brasileiras. Os nomes dos convidados serão posteriormente apresentados a esta Comissão”. AUTORIA: Senadores Cristovam Buarque e Hélio José. RESULTADO: Aprovado.

DIA 15/12/2015 – 52ª REUNIÃO

RCT Nº 76, de 2015 – CCT, não terminativo, que requer “...em aditamento ao RCT nº 71, de 2015, a inclusão do Senhor Leonel Fernando Perondi, Diretor do INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, como convidado da audiência pública proposta no referido requerimento. AUTORIA: Senador Lasier Martins. RESULTADO: Aprovado.

5.6 OFÍCIOS “S” – OFS

DIA 05/05/2015– 12ª REUNIÃO

OFS Nº 35, de 2014, não terminativo, que “Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão – CAC nº 17/2014, de que trata o PDC nº 151/1989, que comunica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da TELEVISÃO PLANALTO CENTRAL LTDA., concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Porangatu, Estado de Goiás.” RELATOR *AD HOC*: Lasier Martins. PARECER: Pelo sobrestamento do projeto nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações. RESULTADO: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CCT, pelo sobrestamento do projeto nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações.

OFS Nº 38, de 2014, não terminativo, que “Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão – CAC nº 20/2014, de que trata o PDC nº 2.625/2010, que comunica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário de Rádio e TV DIFUSORA DO MARANHÃO LTDA., concessionária dos serviços de radiodifusão sonora em ondas médias, ondas tropicais, frequência modulada e de sons e imagens, no município de São Luís, Estado do Maranhão.” RELATOR *AD HOC*: Senador Omar Aziz. PARECER: Pelo sobrestamento do projeto nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações. RESULTADO: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CCT, pelo sobrestamento do projeto nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações.

OFS Nº 12, de 2015, não terminativo, que “Comunica, em cumprimento ao disposto no art. 3º da Lei nº 10.610, de 2002, a composição de seu capital social.” RELATOR: Senador Flexa Ribeiro. PARECER: Pelo arquivamento. RESULTADO: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o parecer da CCT, pelo arquivamento da matéria.

DIA 15/09/2015– 35ª REUNIÃO

OFS Nº 29, de 2014, não terminativo, que “Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão – CAC nº 11/2014, de que trata o PDC 2.146/2009, que comunica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da TV TOCANTINS LTDA., concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, no Município de Anápolis, Estado de Goiás.” RELATOR *AD HOC*: Senador Omar Aziz. RELATÓRIO: Pelo sobrestamento do Ofício "S" nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações. RESULTADO: Aprovado o relatório, que passa a constituir o

parecer da CCT, pelo sobrestamento da tramitação do Ofício "S" nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações.

OFS Nº 39, de 2014, não terminativo, que “Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão – CAC nº 21/2014, de que trata o PDC nº 2.007/2002, que comunica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da NOVO INTERIOR COMUNICAÇÕES LTDA., concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Itapetininga, Estado de São Paulo”. RELATOR *AD HOC*: Senador Omar Aziz. RELATÓRIO: Pelo sobrestamento do Ofício "S" nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações. RESULTADO: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CCT, pelo sobrestamento da tramitação do Ofício "S" nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações.

OFS Nº 40, de 2014, não terminativo, que “Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão – CAC nº 22/2014, que comunica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da TELEVISÃO NORTE BAIANO LTDA., concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Juazeiro, Estado da Bahia”. RELATOR *AD HOC*: Senador Flexa Ribeiro. RELATÓRIO: Pelo sobrestamento do Ofício "S" nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações. RESULTADO: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CCT, pelo sobrestamento da tramitação do Ofício "S" nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações.

OFS Nº 42, de 2014, não terminativo, que “Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão – CAC nº 24/2014, que comunica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da TELEVISÃO CONQUISTA LTDA., concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Vitória da Conquista, Estado da Bahia”. RELATOR *AD HOC*: Senador Omar Aziz. RELATÓRIO: Pelo sobrestamento do Ofício "S" nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações. RESULTADO: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CCT, pelo sobrestamento da tramitação do Ofício "S" nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações.

OFS Nº 11, de 2015, não terminativo, que “Comunica, em cumprimento ao disposto no art. 3º da Lei nº 10.610, de 2002, a composição de seu capital social.” RELATOR *AD HOC*: Senador Flexa Ribeiro. PARECER: Pelo arquivamento. RESULTADO: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o parecer da CCT, pelo arquivamento da matéria.

OFS Nº 13, de 2015, não terminativo, que “Comunica, em cumprimento ao disposto no art. 3º da Lei nº 10.610, de 2002, a composição de seu capital social.” RELATOR *AD HOC*: Senador Flexa Ribeiro. PARECER: Pelo arquivamento. RESULTADO: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o parecer da CCT, pelo arquivamento da matéria.

OFS Nº 32, de 2015, não terminativo, que “Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão

– CAC nº 3/2015, que comunica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas de concessionária de serviços de radiodifusão em ondas médias da Multisom Rádio Jornal LTDA., no município de Leopoldina – MG”. RELATOR *AD HOC*: Senador Flexa Ribeiro. RELATÓRIO: Pelo sobrestamento do Ofício "S" nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações. RESULTADO: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CCT, pelo sobrestamento da tramitação do Ofício "S" nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações.

OFS Nº 47, de 2015, não terminativo, que “Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão – CAC nº 18/2015, de que trata o PDC nº 882/2003, que comunica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas de concessionária de serviços de radiodifusão de sons e imagens da Televisão Tibagi LTDA., no município de Apucarana – PR”. RELATOR *AD HOC*: Senador Omar Aziz. RELATÓRIO: Pelo sobrestamento do Ofício "S" nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações. RESULTADO: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CCT, pelo sobrestamento da tramitação do Ofício "S" nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações.

DIA 24/11/2015– 49ª REUNIÃO

OFS Nº 31, de 2014, não terminativo, que “Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão – CAC nº 13/2014, de que trata o PDC nº 2.661/2010, que comunica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da SPC SISTEMA PARANAÍBA DE COMUNICAÇÃO LTDA., concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Itumbiara, Estado de Goiás.” RELATOR *AD HOC*: Senador Flexa Ribeiro. PARECER: Pelo sobrestamento da tramitação do Ofício “S” nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações. RESULTADO: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CCT, pelo sobrestamento da tramitação do Ofício "S" nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações.

OFS Nº 34, de 2014, não terminativo, que “Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão – CAC nº 16/2014, que comunica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da TV LUZIÂNIA LTDA., concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Luziânia, Estado de Goiás.” RELATOR *AD HOC*: Senador Flexa Ribeiro. PARECER: Pelo sobrestamento da tramitação do Ofício “S” nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações. RESULTADO: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CCT, pelo sobrestamento da tramitação do Ofício "S" nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações.

OFS Nº 36, de 2014, não terminativo, que “Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão

são – CAC nº 18/2014, de que trata o PDC nº 1.055/2003, que comunica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da TELEVISÃO NAIPI LTDA., concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná.” RELATOR *AD HOC*: Senador Flexa Ribeiro. PARECER: Pelo sobrestamento da tramitação do Ofício “S” nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações. RESULTADO: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CCT, pelo sobrestamento da tramitação do Ofício “S” nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações.

OFS Nº 41, de 2014, não terminativo, que “Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão – CAC nº 23/2014, de que trata o PDC nº 2.669/2010, que comunica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da TELEVISÃO OESTE BAIANO LTDA., concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Barreiras, Estado da Bahia.” RELATOR *AD HOC*: Senador Flexa Ribeiro. PARECER: Pelo sobrestamento da tramitação do Ofício “S” nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações. RESULTADO: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CCT, pelo sobrestamento da tramitação do Ofício “S” nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações.

OFS Nº 43, de 2014, não terminativo, que “Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão – CAC nº 25/2014, que comunica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da TELEVISÃO SANTA CRUZ LTDA., concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Itabuna, Estado da Bahia.” RELATOR: Senador Walter Pinheiro. PARECER: Pelo sobrestamento da tramitação do Ofício “S” nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações. RESULTADO: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CCT, pelo sobrestamento da tramitação do Ofício “S” nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações.

OFS Nº 34, de 2015, não terminativo, que “Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão – CAC nº 5/2015, de que trata o PDC 465/1997, que comunica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas de concessionária de serviços de radiodifusão em ondas médias da Rádio Comercial de Presidente Prudente LTDA., no município de Presidente Prudente – SP.” RELATOR *AD HOC*: Senador Flexa Ribeiro. PARECER: Pelo sobrestamento da tramitação do Ofício “S” nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações. RESULTADO: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CCT, pelo sobrestamento da tramitação do Ofício “S” nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações.

OFS Nº 35, de 2015, não terminativo, que “Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão – CAC nº 6/2015, referente à transferência indireta, para outro grupo de cotistas, de concessionária de serviços de radiodifusão em ondas médias da Rádio Técnica de Atibaia LTDA., no município de Atibaia – SP.” RELATOR: Senador Hélio José. PARECER: Pelo sobrestamento da tramitação do Ofício

“S” nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações. RESULTADO: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CCT, pelo sobrestamento da tramitação do Ofício "S" nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações.

OFS Nº 36, de 2015, não terminativo, que “Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão – CAC nº 7/2015, referente à transferência indireta, para outros grupos de cotistas de concessionária de serviços de radiodifusão em ondas médias da Sistema Centro-Oeste de Comunicação e Radiodifusão LTDA., no município de Santo Antônio do Descoberto – GO.” RELATOR *AD HOC*: Senador Flexa Ribeiro. PARECER: Pelo sobrestamento da tramitação do Ofício “S” nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações. RESULTADO: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CCT, pelo sobrestamento da tramitação do Ofício "S" nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações.

OFS Nº 39, de 2015, não terminativo, que “Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão – CAC nº 10/2015, de que trata o PDC nº 2529/2002, referente à transferência indireta, para outro grupo de cotistas de concessionária de serviços de radiodifusão em ondas médias da Rádio Clube de São Domingos LTDA., no município de São Domingos – SC.” RELATOR *AD HOC*: Senador Flexa Ribeiro. PARECER: Pelo sobrestamento da tramitação do Ofício “S” nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações. RESULTADO: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CCT, pelo sobrestamento da tramitação do Ofício "S" nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações.

OFS Nº 40, de 2015, não terminativo, que “Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão – CAC nº 11/2015, que comunica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas de concessionária de serviços de radiodifusão em ondas médias da Multisom Rádio Cataguases LTDA., no município de Cataguases – MG.” RELATOR *AD HOC*: Senador Flexa Ribeiro. PARECER: Pelo sobrestamento da tramitação do Ofício “S” nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações. RESULTADO: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CCT, pelo sobrestamento da tramitação do Ofício "S" nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações.

OFS Nº 41, de 2015, não terminativo, que “Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão – CAC nº 12/2015, de que trata o PDC nº 304/2003, referente à transferência indireta, para outros grupos de cotistas de concessionária de serviços de radiodifusão em ondas médias da Sociedade Rádio Difusora Eldorado Catarinense LTDA., no Município de Criciúma – SC.” RELATOR *AD HOC*: Senador Flexa Ribeiro. PARECER: Pelo sobrestamento da tramitação do Ofício “S” nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações. RESULTADO: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CCT, pelo sobrestamento da tramitação do Ofício "S" nos termos do art. 335

do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações.

OFS Nº 50, de 2015, não terminativo, que “Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão – CAC nº 21/2015, de que trata o PDC nº 1994/09, referente à transferência indireta, para outro grupo de cotistas de concessionária de serviços de radiodifusão de sons e imagens da Empresa Pioneira de Televisão S.A., no município de São Carlos – SP.” RELATOR *AD HOC*: Senador Flexa Ribeiro. PARECER: Pelo sobrestamento da tramitação do Ofício “S” nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações RESULTADO: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CCT, pelo sobrestamento da tramitação do Ofício “S” nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações.

OFS Nº 51, de 2015, não terminativo, que “Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão – CAC nº 22/2015, da Empresa Francana Editora de Jornais e Revistas LTDA.” RELATOR *AD HOC*: Senador Flexa Ribeiro. PARECER: Pelo arquivamento RESULTADO: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o parecer da CCT, pelo arquivamento da matéria.

DIA 01/12/2015– 50ª REUNIÃO

OFS Nº 37, de 2014, não terminativo, que “Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão – CAC nº 19/2014, de que trata o PDC nº 2.721/2002, que comunica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da TELEVISÃO ANHANGUERA S.A., concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Goiânia, Estado de Goiás.” RELATOR *AD HOC*: Senador Aloysio Nunes Ferreira. PARECER: Pelo sobrestamento da tramitação do Ofício “S” nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações. RESULTADO: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CCT, pelo sobrestamento da tramitação do Ofício “S” nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações.

OFS Nº 44, de 2014, não terminativo, que “Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão – CAC nº 26/2014, de que trata o PDC nº 2.922/2010, que comunica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da TV SUBAÉ LTDA., concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Feira de Santana, Estado da Bahia.” RELATOR *AD HOC*: Senador Valdir Raupp. PARECER: Pelo sobrestamento da tramitação do Ofício “S” nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações. RESULTADO: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CCT, pelo sobrestamento da tramitação do Ofício “S” nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações.

OFS Nº 49, de 2015, não terminativo, que “Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão – CAC nº 20/2015, que comunica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas de concessionária de serviços de radiodifusão de sons e imagens da Sociedade de Televisão Manauara LTDA., no município de Manaus – AM.” RELATOR *AD HOC*: Senador Lasier Martins. PARECER: Pelo sobrestamento da tramitação do Ofício “S” nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações. RESULTADO: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CCT, pelo sobrestamento da tramitação do Ofício "S" nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações.

DIA 15/12/2015– 52ª REUNIÃO

OFS Nº 15, de 2015, não terminativo, que “Comunica, em cumprimento ao disposto no art. 3º da Lei nº 10.610, de 2002, a composição de seu capital social.” RELATOR: Senador Lasier Martins. PARECER: Pelo sobrestamento da tramitação do Ofício “S” nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pelo encaminhamento de Ofício à Editora O Estado do Paraná S.A. com solicitação de Informações RESULTADO: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CCT, pelo sobrestamento da tramitação do Ofício "S" nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pelo encaminhamento de Ofício à Editora O Estado do Paraná S.A. com solicitação de informações.

6 EMENDAS DA CCT AO PROJETO DE LEI Nº 06/2015–CN – PPA 2016-2019

DIA 11/11/15 – 46ª REUNIÃO

Discussão e votação das emendas da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática ao Projeto de Lei nº 06/2015-CN, que “Institui o Plano Plurianual da União para o período de 2016-2019”.

RELATORIA: Senador Flexa Ribeiro.

RESULTADO: A Comissão aprovou a apresentação ao PPA 2016/2019, perante a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, das Emendas de Texto nºs 2, 3 e 4 (renumeradas como 6, 1 e 2), e as Emendas de Iniciativa ou Meta nºs 5, 7 e 8 (renumeradas como 3, 4 e 5).

EMENDAS DE APROPRIAÇÃO

PROP	TIPO	DESCRIÇÃO	AUTORIA SENADOR (A)
2	Texto do PL (Modificativa)	II – Encaminhará ao Congresso Nacional relatório anual de avaliação do Plano, que conterà: a – avaliação do comportamento das variáveis macroeconômica que embasaram a elaboração do Plano, explicitando, se for o caso, as razões das discrepâncias verificadas entre os valores previstos e os realizados; b – situação, por programa, dos Indicadores, Objetivos e Metas, informando as medidas corretivas a serem adotadas quando houver indicativo de que metas estabelecidas não serão atingidas até o término do Plano; c – execução financeira das ações vinculadas aos objetivos dos programas temáticos, observando o disposto no § 2º do art. 8º	Cristovam Buarque
3	Texto – Alteração de redação de Iniciativa	Nova redação para a iniciativa “04UT – Estímulo ao desenvolvimento de aceleradoras, microempresas, incubadoras de empresas e parques ecológicos (PNI)“.	Cristovam Buarque

4	Texto – Alteração de redação de Iniciativa	Nova redação para a iniciativa 04QD: “04QD – Apoio à ampliação ou atualização de infraestrutura de pesquisa e de recursos humanos em centros de pesquisa e desenvolvimento (P&D), incluindo a capacitação e formação de engenheiros e de profissionais e pesquisadores em nível de graduação, mestrado e doutorado em tecnologias digitais, especialmente nas áreas de componentes e dispositivos eletrônicos avançados de microeletrônica e segurança cibernética.”	Cristovam Buarque
5	Inclusão de Meta	Inclusão da seguinte Meta qualitativa: “Dirigir, preferencialmente, o financiamento do BNDES para projetos que visem desenvolver a capacidade de inovação na indústria brasileira” no Objetivo 1056 – Promover o desenvolvimento tecnológico e a inovação nas empresas e nas cadeias produtivas.	Cristovam Buarque
7	Ampliação da Meta	Ampliação da Meta 00W0, resultando no seguinte texto: “00W0 – Apoiar anualmente 8 mil projetos de pesquisa pelas agências federais de fomento à ciência, tecnologia e inovação.”	Randolfe Rodrigues
8	Ampliação da Meta	Ampliação da Meta 044E, resultando no seguinte texto: “044E – Apoiar 150 projetos de extensão tecnológica”.	Randolfe Rodrigues

7 EMENDAS DA CCT AO PROJETO DE LEI Nº 01/2015–CN – PLDO 2016

DIA 07/07/2015 – 25ª REUNIÃO

Discussão e votação das emendas da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática ao Projeto de Lei nº 01/2015-CN (PLDO 2015), que "Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2015 e dá outras providências".

RELATORIA: Senador José Medeiros.

RESULTADO: A Comissão aprovou as Emendas ao PLDO/2016 de Inclusão de Metas e Prioridades nºs 1, 24 e 29 (renumeradas como nº 1), emendas 2, 23 e 30 (renumeradas como nº 2), 22 e 51 (renumeradas como nº 3); e emendas de Texto nºs 25, 26, 27 e 28 (renumeradas respectivamente como 4, 5, 6 e 7)

EMENDAS DE METAS

	CÓDIGO DA AÇÃO	DESCRIÇÃO DA AÇÃO	QUANTIDADE DE META	AUTORIA SENADOR (A)
1	20UQ	Apoio a Extensão Tecnológica para Inclusão Social e Desenvolvimento Sustentável	300.000	Randolfe Rodrigues Valdir Raupp Cristovam Buarque
2	20VU	Apoio a Projetos de Inclusão Digital	400.000	Randolfe Rodrigues Valdir Raupp Cristovam Buarque
3	8924	Transferência de Tecnologias Desenvolvidas para a Agropecuária	300.000	Randolfe Rodrigues Cristovam Buarque

8 EMENDAS DA CCT AO PROJETO DE LEI Nº 07/2015–CN – PLOA 2016

DIA 14/10/15 – 40ª REUNIÃO

Discussão e votação das emendas da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática ao Projeto de Lei nº 07/2015-CN, que “Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2016”.

RELATORIA: Senador Lasier Martins.

RESULTADO: Aprovadas 4 (quatro) emendas de apropriação ao Projeto de Lei nº 07/2015-CN.

EMENDAS DE APROPRIAÇÃO

	AÇÃO	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA	VALOR (R\$)	AUTORIA SENADOR (A)
1	Reconstrução da Estação Antártica Comandante Ferraz	Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar	160.000.000,00	Ângela Portela Cristovam Buarque Davi Alcolumbre Eduardo Amorim Fernando Bezerra Coelho Flexa Ribeiro José Medeiros Lasier Martins Valdir Raupp
2	Implantação de Sistema de Defesa Cibernética para a Defesa Nacional	Comando do Exército	70.000.000,00	Cristovam Buarque Davi Alcolumbre Flexa Ribeiro José Medeiros Lasier Martins
3	Apoio a Extensão Tecnológica para Inclusão Social e Desenvolvimento Sustentável	Ministério da Ciência e Tecnologia	150.000,00	Ângela Portela Flexa Ribeiro Randolfe Rodrigues Valdir Raupp
4	Apoio a Projetos de Inclusão Digital	Ministério da Ciência e Tecnologia	200.000.000,00	Ângela Portela Flexa Ribeiro Randolfe Rodrigues Valdir Raupp